



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

DONIÊGO FERREIRA DE LIMA

ENTRE A EXPECTATIVA E A REALIDADE: implicações do Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) para a formação acadêmico- profissional em Serviço Social no contexto da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sousa - PB

**CAMPINA GRANDE-PB
2020**

DONIÊGO FERREIRA DE LIMA

ENTRE A EXPECTATIVA E A REALIDADE: implicações do Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) para a formação acadêmico-profissional em Serviço Social no contexto da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sousa - PB

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (PPGSS/UEPB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Barros da Nóbrega.

Área de concentração: Serviço Social
Linha de pesquisa: Serviço Social, Estado, Trabalho e Políticas Sociais.

CAMPINA GRANDE/PB
2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732i Lima, Doniêgo Ferreira de.
Entre a expectativa e a realidade [manuscrito] : implicações do Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) para a formação acadêmico-profissional em Serviço Social no contexto da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sousa - PB / Doniêgo Ferreira de Lima. - 2020.
112 p.
Digitado.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2020.
"Orientação : Profa. Dra. Mônica Barros da Nóbrega , Departamento de Serviço Social - CCSA."
1. Serviço Social. 2. Formação acadêmico-profissional. 3. Interiorização do ensino superior. 4. Universidades federais. 5. REUNI. I. Título

21. ed. CDD 378

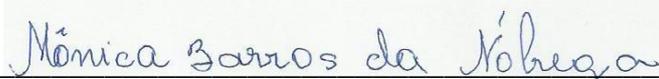
DONIÊGO FERREIRA DE LIMA

ENTRE A EXPECTATIVA E A REALIDADE: implicações do Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) para a formação acadêmico-profissional em Serviço Social no contexto da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sousa - PB

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (PPGSS/UEPB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovado em: 30/09/2020

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Mônica Barros da Nóbrega – UEPB
Orientadora



Prof.^a Dr.^a Moema Amélia Serpa Lopes de Sousa – UEPB
Membro Titular Interno



Prof.^a Dr.^a Larissa Dahmer Pereira
Membro Titular Externo

CAMPINA GRANDE/PB
2020

DEDICATORIA

Dedico este trabalho aos meus pais, José Ferreira de Lima (in memoriam) e Luzinete Maria da Conceição, fonte inesgotável de amor e incentivo cotidiano.

AGRADECIMENTOS

Por mais que eu me esforce, palavra alguma será capaz de mensurar genuinamente todos os sentimentos que perpassam o meu ser, tornando-me simples e eternamente grato. Sendo assim, esse espaço se configura como uma verdadeira memória escrita, que tem por objetivo maior atribuir o devido destaque a algumas pessoas que jamais poderiam deixar de serem mencionadas, pois simplesmente tornaram-se peças fundamentais no quebra-cabeça da minha vida, especialmente ao longo desse processo tão peculiar de aquisição do conhecimento, que por vezes foi bastante amargo, porém necessário para me fazer romper com o véu da inocência e a trilhar o caminho da criticidade.

Inicialmente, registro minha gratidão aos meus pais, José Ferreira de Lima (in memoriam) e Luzinete Maria da Conceição, que mesmo sendo analfabetos, plantaram em mim a certeza de que a educação seria o caminho mais viável a seguir e não mediram esforços para que a chama da esperança por dias melhores permanecesse acesa em meu peito. É com muito carinho, respeito e amor que dedico essa conquista a vocês, que se doaram gratuitamente, que se sacrificaram, que gastaram o que não tinham para arrancar de mim um sorriso bobo e amarelo que fosse, que abdicaram dos seus sonhos simplesmente para que eu pudesse realizar os meus. Obrigado por acreditar e investir em mim.

Ao meu amado sobrinho, Pedro Rennan, presente de valor inestimável, que representa luz e calma em meio as tempestades desse labirinto existencial. À minha querida irmã, Misse Carlete, “minha pequena”, a melhor Misse, e não há quem diga o contrário (rs), por todo o incentivo, carinho e cuidado de sempre. Você é uma das pessoas mais importantes na minha vida, és minha pedra rara, de valor inestimável. Jamais saberia trilhar o caminho da existência sem o teu apoio, tua confiança, enfim, sua companhia. Você é parte constitutiva do meu eterno particular!

Aos meus/minhas amigos(as), Hiasmin Tarso, Lucas Deiby, Olívia Kelly e Ádson Souza, que sempre torceram muito pela minha realização pessoal e profissional. Agradeço imensamente pela parceria, inclusive nos momentos de ausência, oriundas de leituras densas cujas reflexões realmente não admitiam pausas; agradeço por terem sido pacientes comigo quando na verdade nem eu me suportava; pelo acalento voluntário nos períodos difíceis em que o desespero predominava; agradeço por insistirem na construção de uma relação baseada no

respeito e na credibilidade, entendendo meus medos e sonhando os meus sonhos. Cada visita, conversa, lágrimas e sorrisos compartilhados, sem dúvidas, serve como instrumento fortalecedor do laço sincero e desinteressado que há entre nós. O carinho, o respeito, a admiração e o incentivo de vocês fazem muita diferença na minha trajetória. Agradeço imensamente por se fazerem presente em todos os momentos da minha vida.

Agradeço muito aos amigos(as), Juh Nunes, Rayssa Eugênio e Girlan Guedes, cujo vínculo ocorreu através do Mestrado, esse percurso acadêmico árduo e ao mesmo tempo tão prazeroso. Vocês chegaram devagarinho e conquistaram um espaço importante em meu coração. Gratidão por seguirem afagando minha alma e me fazendo ter certeza de que, longe de casa, vocês se tornaram minha família. Muito obrigado a cada um/a de vocês, que singularmente engradeceram essa fase tão significativa da minha vida pessoal e acadêmica.

À minha querida orientadora, Dra. Mônica Barros da Nóbrega, por quem nutro profunda admiração e respeito. À você, todo meu reconhecimento pela profissional comprometida, ética e humana que és. Agradeço pela relação de confiança estabelecida, pela paciência e por todos os ensinamentos ao longo desta trajetória.

Gratidão ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), por todo suporte e rigor teórico-metodológico e ético-político. O comprometimento deste quadro profissional fortalece a trajetória de luta e resistência da categoria, em defesa da formação continuada crítica e propositiva.

Direciono também os agradecimentos a FAPESQ / CAPES por possibilitar o desenvolvimento deste trabalho, por meio do apoio financeiro, que faz toda diferença no processo de aquisição de conhecimento e valorização da pesquisa.

Por fim, registro minha gratidão, sobretudo, ao conjunto da classe trabalhadora, por contribuir concretamente com minha trajetória acadêmica e a de tantos outros através das lutas reivindicatórias em defesa dos direitos sociais. Sem a coragem e a força dessa classe o acesso à universidade pública seria apenas mais um sonho impossível, perdido na fumaça da alienação.

À todos e todas, muito obrigado!

“O tempo escorre pela ampulheta.
É ele o contador da história que construímos.
O tempo que cura saudades,
que em mais-valia capitalista explora cada trabalhador/a na
sua labuta.
O tempo é também contradição,
que prepara a luta,
tece a resistência,
da mulher contra sua opressão,
dos/as sem terra contra os latifúndios,
dos/as idosos/as contra a indiferença,
do povo que resiste ao jugo da tirania e barbárie.
O tempo hoje exige emancipação humana.
Não quer mais silenciar, omitir, ignorar, obliterar.
O tempo quer ser outro, quer se escrever em outras
páginas,
quer se revelar, ebulir de indignação, denunciar, se
revolucionar.
O tempo deve ser o nascedouro da palavra,
do grito sufocado por justiça,
dos amores libertários que há tempos se escondem em
guetos.
O tempo prescinde de poesia, música, da prosa, da roda
de viola,
deve abrir alas para alegria,
para a diversidade em arco-íris desfilarem
em paradas em céu aberto e claro do dia.
Este é o tempo do desejo,
da defesa dos direitos,
de reafirmar atitudes críticas e combativas.
É o tempo da sementeira de sonhos.
Que este tempo que brota da nossa resistência
adormeça a dor, a tristeza, o preconceito, o individualismo
e que possa colorir o cinza das cidades concretadas cheias
de medo,
tão insensíveis às pessoas e à flor que reitera na calçada.
Que este tempo possa renovar a alquimia
de nossas conquistas de cada dia.
E que o tempo que nós vivemos traga na sua outra face
a sonoridade da liberdade, um verde mais vicejante de
esperança.
E que em todos os seus versos
tenha a emergência da luta e da resistência,
no tempo em que lutar
é tão necessário quanto viver, respirar...”

Tempo de luta e resistência... - Andréa Lima

RESUMO

A presente dissertação trata do tema da Interiorização dos Cursos de Graduação, através do Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI). Teve como escopo central analisar as implicações para a formação acadêmico-profissional em Serviço Social com a expansão dos Cursos de Graduação, através do REUNI, na realidade da Universidade Federal de Campina Grande - PB (UFCG), Campus Sousa - PB. Cabe explicitar que a pesquisa teve como objetivos específicos apreender os objetivos, os princípios, as diretrizes, a metodologia e o cronograma do REUNI; detectar quais as possibilidades e os desafios para a efetivação do projeto de formação expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996, no Curso de Serviço Social, Campus Sousa – PB. Para tanto, o materialismo histórico-dialético nos pareceu ser o respaldo teórico-metodológico mais viável para empreender uma análise concreta do real concreto, ou seja, captar criticamente as contradições que atravessam o processo de formação profissional. Para que fosse possível atender aos objetivos da pesquisa, optamos por investir em uma pesquisa documental, analisando o Plano Político Pedagógico do Curso, a proposta de adesão da UFCG ao REUNI, a ata da reunião do colegiado em que ocorreu a aprovação da proposta etc. Esse percurso crítico-analítico proporcionou elementos que nos fizeram aproximar-se da realidade do nosso objeto de estudo, cuja relevância está justamente na possibilidade de sistematizar as particularidades que envolvem a formação acadêmico- profissional em Serviço Social no Alto Sertão Paraibano, ressaltando as implicações do REUNI para a referida formação além de ser, em grande medida, uma contribuição ao debate profissional, sobretudo, em relação a qualidade do processo formativo, as condições do trabalho docente e os desafios e possibilidade para efetivação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Nessa perspectiva, a pesquisa é também um convite ao fortalecimento da luta coletiva em defesa da educação pública, laica, gratuita e de qualidade. Os resultados apontam para o reconhecimento da importância do processo de interiorização do ensino superior, para a identificação de um conjunto de esforços do corpo docente do curso de Serviço Social da UFCG em desenvolver uma formação acadêmico-profissional de qualidade, pautada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e, por fim, que algumas das propostas do REUNI não se efetivaram, o que vem provocando uma precarização do trabalho docente, tendo em vista, por exemplo, o aumento de alunos em detrimento da ampliação do quadro de profissionais e de investimentos na infraestrutura do campus.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Formação Acadêmico-Profissional. Interiorização do Ensino Superior.

ABSTRACT

This dissertation deals with the theme of the Interiorization of Undergraduate Courses, through the Plan of Expansion and Restructuring of Federal Universities (REUNI). Its central scope was to analyze the implications for academic-professional training in Social Work with the expansion of Undergraduate Courses, through REUNI, in reality at the Federal University of Campina Grande - PB (UFCG), Campus Sousa - PB. It is worth mentioning that the research had as specific objectives to apprehend REUNI's objectives, principles, guidelines, methodology and schedule; detect what are the possibilities and challenges for the realization of the training project expressed in the Curriculum Guidelines of 1996, in the Social Service Course, Campus Sousa - PB. To this end, historical-dialectical materialism seemed to us to be the most viable theoretical-methodological support for undertaking a concrete analysis of the concrete reality, that is, to critically capture the contradictions that go through the process of professional training. In order to be able to meet the research objectives, we opted to invest in a documentary research, analyzing the Political Pedagogical Plan of the Course, the proposal to join UFCG to REUNI, the minutes of the collegiate meeting in which the proposal was approved, etc. This critical-analytical path provided elements that brought us closer to the reality of our object of study, whose relevance lies precisely in the possibility of systematizing the particularities that involve academic-professional training in Social Work in Alto Sertão Paraibano, highlighting the implications of REUNI for this training, in addition to being, to a large extent, a contribution to the professional debate, above all, in relation to the quality of the training process, the conditions of the teaching work and the challenges and possibility for the implementation of the Curricular Guidelines of the Brazilian Association of Education and Research in Social Work (ABEPSS). In this perspective, research is also an invitation to strengthen the collective struggle in defense of public, secular, free and quality education. The research recognized the importance of the process of interiorization of higher education, identified a set of efforts by the faculty of the UFCG Social Service course to develop quality academic-professional training, based on the ABEPSS Curricular Guidelines and concluded that some of the proposals of REUNI have not taken place, which has made work precarious, considering, for example, the increase in students at the expense of expanding the staff and investments in campus infrastructure.

KEYWORDS: Social Work. Academic-Professional Formation. Interiorization of Higher Education.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

BM – Banco Mundial

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

GEPEMSS – Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social

IES – Instituições de Ensino Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

MARE – Ministério de Administração e Reforma do Estado

MEC – Ministério da Educação

PDRE – Plano Diretor da Reforma do Estado

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PNE – Política Nacional de Educação

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra Por Domicílios

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

PT – Partido dos Trabalhadores

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

1. INTRUDUÇÃO	11
2. A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E AS PARTICULARIDADES SÓCIO- HISTÓRICAS DE UMA ECONOMIA DEPENDENTE: O CASO DO BRASIL	17
2.1. As faces do colapso econômico de 1970: as “chagas” da ordem vigente ...	19
2.2 Nas trincheiras do capitalismo monopolista: mecanismos de superação da crise e suas expressões na realidade brasileira.....	31
3. AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA CONTEMPORANEIDADE: A CONSOLIDAÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE	45
3.1 CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ASPECTOS GERAIS.....	46
3.2 O ensino de graduação em Serviço Social no contexto de crise estrutural do capital: tendências contemporâneas.....	59
4. A REALIDADE DA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA REALIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - PB.	74
4.1 Fundamentos Históricos do ensino de graduação em Serviço Social no Alto Sertão da Paraíba: as particularidades da UFCG Campus Sousa -PB	75
4.2 A UFCG no contexto de reorganização do ensino superior no Brasil: objetivos do REUNI e as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social de 1996	82
4.2.1. Impasses e possibilidade postos a formação acadêmico-profissional em Serviço Social no campus Sousa - PB.....	95
5. APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS	103
REFERÊNCIAS	107

1 INTRODUÇÃO

O contexto hodierno apresenta a necessidade de investirmos em reflexões críticas sobre as múltiplas faces do processo de contrarreforma da política educacional para o ensino superior, enfatizando os impactos na seara do ensino em Serviço Social, especialmente com a expansão dos cursos via o REUNI. Importa destacar que discutir a formação em Serviço Social é uma tarefa não só de cunho acadêmico, mas também político, tendo em vista que se configura como um verdadeiro espaço de atuação de assistentes sociais na condição docente, empenhados na formação de profissionais em sintonia com o projeto ético-político profissional.

A análise considera, sobretudo, os impactos das novas configurações da política de educação no ensino de graduação desenvolvido nas cidades interioranas, como propôs a pesquisa intitulada Entre a expectativa e a realidade: implicações do Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) para a formação acadêmico- profissional em Serviço Social no contexto da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Sousa – PB.

O curso de Serviço Social da UFCG, campus Sousa, foi criado em 2009, como decorrência da adesão da instituição ao REUNI. Nesse sentido, é fundamental desenvolver uma análise mais profunda sobre o processo de formação de assistentes sociais no Alto Sertão da Paraíba, buscando também captar e explicitar os determinantes e contradições do surgimento do curso de Serviço Social na UFCG.

O interesse em desenvolver esta reflexão advém da nossa estreita relação com o debate sobre as políticas educacionais na realidade brasileira, construída por meio da participação em grupos de estudos e pesquisas sobre o tema durante a trajetória acadêmica. A percepção das disparidades entre os objetivos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em relação as orientação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisas em Serviço Social (ABEPSS), despertou a necessidade de captar as particularidades das condições de emergência do curso de Serviço Social na UFCG e seu desenvolvimento.

Assumir a condição de estudante pesquisador foi primordial, tendo em vista que essas experiências aguçaram significativamente nossas inquietações, tornando

possível a identificação da necessidade de investir em reflexões mais profundas sobre o processo de expansão universitária. Analisar as transformações no âmbito da política de educação superior, suas incidências para a classe trabalhadora, bem como as possibilidades e desafios para a qualidade da formação acadêmico – profissional em Serviço Social está entre as nossas principais problematizações.

No campo dos objetivos desta pesquisa, assume centralidade a análise das implicações para a formação acadêmico - profissional em Serviço Social com a expansão dos Cursos de Graduação, através do REUNI na realidade da UFCG – campus Sousa - PB. Para captar o real concreto em sua totalidade, atendendo ao nosso objetivo principal definimos alguns objetivos específicos, dentre os quais: apreender os objetivos, os princípios, as diretrizes, a metodologia e o cronograma do REUNI; Identificar que perfil profissional está sendo formado no Curso de Serviço Social, Campus Sousa - PB¹ e apreender quais as possibilidades e os desafios para a efetivação do projeto de formação expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996, no Curso de Serviço Social, Campus Sousa – PB.

Para traçar esse percurso analítico, partimos da perspectiva de que o Serviço Social e, tampouco, a Universidade e a formação profissional, não são instâncias isentas de contradições. Ao contrário, o campo no qual situamos nossa compreensão do problema, nos serviu de cenário para afirmar que a perspectiva da totalidade inscrita no método em Max nos pareceu a via possível para apreender o real em suas múltiplas determinações, articulando aparência e essência em sua relação dialética.

Nessa perspectiva, em nosso percurso metodológico, especialmente dois esforços teórico-analíticos se entrecruzaram: o primeiro foi o movimento de avançar criticamente a partir do conhecimento acumulado, sabendo que, em Marx, tal postura analítica significa desvendar fundamentos, relações, limites e condicionamentos próprios desse conhecimento, a partir dos processos históricos reais, para que assim o sujeito pesquisador possa “[...] apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão entre elas” (MARX, 1968, p. 16).

¹ Não foi possível responder este objetivo apenas com a pesquisa documental. Ressaltamos que a pesquisa empírica não foi realizada em virtude da pandemia do Covid-19.

O segundo movimento desenvolvido posteriormente a realização da pesquisa bibliográfica, que compreendeu a utilização de obras de autores/as ,a exemplo de Netto, Guerra, Pereira, Mandel, Meszaros, Dahmer etc. , consistiu em uma rigorosa análise documental construída a partir de sistematizações e leituras analíticas de documentos como o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), as Resoluções que tratam da Regulamentação do Curso, assim como documentos relativos à concepção, objetivos e características do REUNI e da sua adesão por parte da UFCG, dentre outros, com o intuito de aprofundarmos os aspectos concernentes ao objeto de estudo em questão.

Vale frisar que a dimensão empírica desta pesquisa, através da aplicação de questionários com parte significativa do corpo discente do curso de Serviço Social, bem como para a coordenação do curso, docentes e coordenadores da unidade acadêmica não foi possível em decorrência do surgimento da pandemia do Covid-19. Logo, as informações a respeito do perfil discente e da percepção destes sobre a qualidade da formação acadêmico-profissional ficou comprometida.

A relevância social e acadêmica do estudo proposto justifica-se pelo fato de o curso de Serviço Social da UFCG, campus Sousa, criado em 2009, como decorrência da adesão da universidade ao REUNI, consistir no mais recente espaço público e presencial de formação de assistentes sociais no estado da Paraíba, ofertado em um cenário no qual prevalecem cursos criados com natureza privada, inseridos em instituições não-universitárias e portanto não obrigadas à realização de pesquisa, acrescido do fato de as vagas oferecidas na modalidade à distância representarem praticamente o dobro daquelas na modalidade presencial.

Visando expor os resultados mais importantes da pesquisa, julgamos mais coerente iniciarmos as reflexões críticas com base na perspectiva de classe. Partindo desse suposto, a parte propedêutica, ou seja, o primeiro capítulo desta dissertação, dividido em dois tópicos, se debruça sobre a responsabilidade de recuperar o debate acerca das dimensões constitutivas da crise estrutural do capital e suas particularidades no Brasil, enquanto um país de economia dependente.

Inicialmente realizamos considerações relevantes sobre o contexto de emergência da crise do capital nos anos 1970, caracterizado pela queda das taxas de lucratividade do padrão de acumulação capitalista. Nesse sentido, ressaltamos as estratégias do grande capital para retomar o crescimento econômico, sob o apoio dos organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário

Internacional (FMI), que impulsionou a relação de dependência dos países da América Latina em relação aos países de capitalismo central, como mecanismo para orientar o destino do Estado nacional a partir da intervenção na tomada de decisões de cunho político e econômico.

Tratamos da adoção do ideário neoliberal na realidade brasileira, cujo início se deu no final dos anos 1980, durante o governo Collor, e aprofundado pelos governos posteriores, como FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro. Os ditames neoliberais metamorfosearam em grande escala o papel do Estado, que por meio da atual reestruturação produtiva, que tem como característica inédita o padrão de acumulação flexível, não só experimentou a internacionalização do processo de produção, a modificação da conhecida composição orgânica do capital, pois se verificou o avanço da produtividade em detrimento do aumento exponencial da força de trabalho, bem como alterou os rumos das políticas sociais.

A chegada do neoliberalismo, aliada a reestruturação produtiva com as especificidades do contexto de mundialização do capital, consolidaram os processos mais degradantes das condições de vida e trabalho da população, evidenciando a restrição da liberdade, a precarização do mundo do trabalho com a transformação da força de trabalho em mercadoria barata, orientada à produção de mais-valia, o crescimento do desemprego, a constituição do exército industrial de reserva e a indução à competitividade entre os sujeitos; o avanço do conservadorismo, dentre outros.

Outro aspecto considerado ao longo da pesquisa, foi que o neoliberalismo assume um caráter político e econômico, incutindo nos Estados nacionais a lógica gerencialista como mecanismo de controle da crise estrutural do capital. Nessa perspectiva, registra-se a valorização do setor empresarial e corporativo em detrimento de investimentos no setor público.

No segundo capítulo, que também se divide em dois tópicos, analisamos a contrarreforma do Estado brasileiro e sua incidência no âmbito da educação superior, sobretudo, nas últimas três décadas. Para progredir nesse caminho analítico, abordamos essa política situando-a no campo mais amplo das configurações reais registradas no país a partir de posturas assumidas pelo próprio Estado, no seu vínculo estreito e submisso, porém não menos desinteressado, em relação aos ditames internacionais de cunho neoliberal.

Com base nisso, nos propusemos a explicitar as ressonâncias dessa relação subordinada entre Estado e Capital na possibilidade de efetivação dos direitos sociais historicamente alcançados. Não obstante, tentamos evidenciar também a genuína lógica que rege a política de expansão da educação superior e quais os elementos centrais para a caracterização das universidades brasileiras nesse contexto.

Apontamos também as especificidades dos desafios que a contrarreforma provocou para a seara do processo de formação acadêmico-profissional em Serviço Social. Assim, explicitamos as principais estratégias de resistência desenvolvidas pelas entidades representativas da categoria (ABEPSS, conjunto CFES/CRESS e ENESSO), visando assegurar a qualidade da formação crítica e ético-política.

Tornou-se imprescindível considerarmos as condições conjunturais da chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da República, na pessoa de Luís Inácio Lula da Silva, a essência de suas ações governamentais, pautadas na conciliação dos interesses contraditórios das classes fundamentais. Em que pese as críticas aos governos do PT, não poderíamos deixar de evidenciar os ganhos da classe trabalhadora no período que data dos anos 2003 a 2016, dentre elas os programas de transferência de renda, o incentivo a inserção das classes subalternas no ambiente acadêmico, políticas de ação afirmativa para a população negra.

Explicitamos os elementos basilares e os efeitos mais nefastos do Golpe de 2016 contra a presidente Dilma Rousseff, marcado pelo apoio do judiciário. A queda do governo Dilma tornou cristalino a ruptura das vias democrática no Brasil e uma verdadeira consolidação do Estado de exceção. Sinalizamos ainda a perseguição política ao ex-presidente da república Lula, que culminou em sua prisão, como estratégia para excluí-lo do pleito eleitoral e fortalecer a candidatura de Jair Messias Bolsonaro em 2018.

Destacamos o crescimento do fascismo em solo nacional a partir do encarceramento de Lula, a chegada de Bolsonaro à presidência da República e suas ações arbitrárias, especialmente no campo da educação superior, como o projeto "FUTURE-SE", que em essência aponta para a supressão da autonomia universitária, de modo a favorecer o empresariado.

Levando em consideração todas as transformações na esfera política e seus reflexos na educação superior, versamos sobre o ensino de graduação em Serviço Social, pois sendo este um curso da área das humanidades e, sobretudo, por não requerer muitos recursos para aquisição de aparelhos tecnológicos etc, passou a ser

um alvo fácil do grande capital. As investidas mercadológicas para a expansão do ensino de Serviço Social deflagraram um aumento exponencial de cursos ofertados em instituições privados e na modalidade a distancia, possibilitando a diplomação de um quantitativo enorme de profissionais disponíveis no mercado de trabalho.

O terceiro capítulo ficou dividido em três tópicos, e neles aprofundamos as investigações sobre o nosso objeto de estudo. Logo, realizamos algumas aproximações sucessivas aos aspectos fundamentais da história da formação acadêmico-profissional em Serviço Social no Alto Sertão paraibano, mais especificamente na UFCG – Sousa. A princípio, consideramos justo analisar esta realidade com base nas particularidades locais (Sousa) e regionais (Alto Sertão), evidenciando questões econômicas, o modelo de educação ofertado etc.

Em seguida, fizemos uma breve recuperação histórica do surgimento da UFCG, caracterizamos sua estrutura e analisamos o surgimento do curso de Serviço Social na respectiva instituição, inserida no contexto da expansão interiorizada do ensino superior. Sendo assim, apontamos os aspectos positivos deste processo, em especial para a classe trabalhadora. No entanto, não nos tolhemos de explicitar as contradições e conflitos que perpassaram a chegada e a consolidação do ensino de graduação em Serviço Social, de caráter público e presencial, no Alto Sertão da Paraíba.

Com base nisto, investimos esforços intelectuais para captar as determinações mais complexas da emergência do curso de Serviço Social em Sousa - PB. Para tanto, foi indispensável apreender as características e os objetivos do REUNI, tanto quanto entender o que o Programa representava naquele contexto para os membros do colegiado e, de forma geral, para a comunidade acadêmica. Tal questão só foi possível de aprofundar através da consulta atenciosa aos documentos que tratam justamente da adesão da UFCG ao REUNI.

Por entendermos que o ensino de graduação em Serviço Social deve seguir as orientações das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, resolvemos verificar se há compatibilidade com os objetivos do REUNI. Assim, foi possível identificarmos os principais desafios e possibilidades postas à formação acadêmico-profissional, incluindo aspectos relevantes como quantidade de docentes, o trabalho docente, o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão e a assistência estudantil.

Por fim, apresentamos nossas considerações aproximativas e elencamos as referências utilizadas.

2 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E AS PARTICULARIDADES SÓCIO-HISTÓRICAS DE UMA ECONOMIA DEPENDENTE: O CASO DO BRASIL

A proposta do presente capítulo é discutir as dimensões estruturantes do modo de produção capitalista, bem como os elementos que caracterizam suas condições de crise na contemporaneidade, mas, sobretudo, apreender e explicitar as particularidades histórico-concretas do processo de desenvolvimento do capitalismo e os efeitos mais diretos da crise estrutural do capital para o Brasil.

Antes de ir direto a reflexão, convém lembrar as considerações de Mészáros (2010) a respeito da crise atual do capitalismo. No texto: *Das crises cíclicas a crise do capital*, o autor ressalta que uma crise de envergadura estrutural se evidencia pela real capacidade de abalar a totalidade de um complexo social, de modo que sua profundidade afeta ainda as relações com suas partes constituintes ou subordinadas.

A realidade histórica da eclosão da crise do capital remonta à segunda metade do século XX, consolidando uma espécie de onda longa recessiva que se situa na contramão dos anos de ouro do capitalismo, e está inteiramente relacionada às alterações na esfera do processo produtivo internacional. O contexto de instabilidade econômica criou a necessidade da elaboração de instrumentos de superação do declínio das taxas de lucratividade do capital, colocando os países da periferia do capitalismo na condição de verdadeiros alvos da lógica de exploração e acumulação.

Os anos que sucederam a década de 1970 foram marcados por uma intensa reorganização das funcionalidades dos Estados nacionais da América-Latina, com incidências significativas para o conjunto da classe trabalhadora. Nota-se que a efetivação das orientações dos organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) com vistas a assegurar a recuperação dos lucros do capital, seguiu aprofundando a relação de dependências das economias periféricas em relação aos países de capitalismo central.

O desdobramento das reflexões sobre os aspectos fundamentais que atravessam o mundo do trabalho no interior das condições reais do capitalismo contemporâneo é o caminho viável para captar o sentido da complexa reestruturação produtiva que assola o globo nas últimas décadas, mas principalmente entender a manifestação deste fenômeno nas particularidades do Brasil.

Portanto, à crítica dos interesses do grande capital, busca-se captar os fios invisíveis que constituem a teia da realidade social brasileira em termos histórico-conjunturais que se originaram da crise estrutural capitalista contemporânea. Sabendo da relação subordinada do Brasil com o mercado mundial, é imprescindível o dispêndio de esforços cognitivos para analisar as especificidades das transformações políticas, econômicas, culturais e sociais registradas no território nacional a partir dos anos 1990, mais precisamente na esfera dos processos de trabalho e das políticas públicas e sociais.

O esforço foi analisar o cenário que resultou historicamente da reforma, ou melhor, contrarreforma² do Estado, considerando a configuração econômica, política, cultural e social operacionalizada pelo governo, com o objetivo de adequar o país a lógica neoliberal do capitalismo contemporâneo.

Entender o real concreto a partir de uma leitura concreta foi fundamental. Para tanto, o capítulo que se segue cumpre também com a responsabilidade de evidenciar os traços elementares do neoliberalismo³ enquanto dimensão político-ideológica em curso no Brasil, adotada em maior ou menor escala pelo governo brasileiro a depender do tempo histórico. Em linhas gerais, não podemos perder de vista que estávamos a tratar de um projeto de conteúdo burguês, que colocara no centro das prioridades societárias os interesses do capitalismo em detrimento dos investimentos no serviço público, expressando-se nas privatizações e na intensa flexibilização das relações de trabalho.

Na reiteração dos objetivos do capítulo, foi importante tratar do perfil do Estado nacional atualmente, sinalizando suas formas diversificadas de atuação frente às expressões da questão social. O que não se pôde deixar de evidenciar foi o convite à apreensão da realidade, atestando as inflexões desastrosas das requisições internacionais para o país em todas as esferas da vida social, bem como os desafios

² Segundo Behring (2008), esse processo comumente denominado de “reforma” do Estado, configura-se como uma contrarreforma, tendo em vista que possui um conteúdo conservador e regressivo em relação aos direitos conquistados na Constituição de 1988.

³ “O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem que garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro” (HARVEY, 2008, p. 12).

para a arena de luta e resistência dos movimentos sociais vinculados à classe trabalhadora.

Considerando a dinamicidade do real concreto, realizamos alguns apontamentos referentes a pandemia da Covid-19, provocada pelo vírus SARS CoV-2, cujo potencial pandêmico atingiu o ápice em março de 2020 e afetou todas as relações, desde as mais pessoais até as de cunho político-econômico e social. Tratamos a covid-19 enquanto uma das determinações oriundas do modo de produção capitalista, explicitando as desigualdades e ocasionando inúmeras mortes no mundo inteiro.

2.1. As faces do colapso econômico de 1970: as “chagas” da ordem vigente

O caminho analítico que traçamos nesse estudo possui exatamente o escopo de atravessar o “labirinto” teórico erguido em torno da crise estrutural do capital e seus efeitos nefastos, não apenas sobre o processo de produção, distribuição e consumo de mercadorias a nível mundial, mas principalmente sobre as condições de vida da população dos países de economia dependente. Foi imprescindível que trilhássemos esse caminho para capturarmos a realidade cotidiana, mas sem perder de vista os elementos da totalidade na qual estamos inseridos.

Para Mészáros (2010), a crise que experimentamos atualmente evidencia, sobretudo, seu traço fundamentalmente estrutural. Não seria uma novidade apreender as transformações da realidade a partir da relação que o sistema possui com as crises, especialmente porque são elas independente da intensidade e tempo de duração, o modo natural de existência do próprio capital.

A verdade é que os arranjos estruturais do capital funcionam de modo eminentemente contraditório, na medida em que os ciclos de crise do sistema capitalista pressupõe o desenvolvimento de estratégias políticas e econômicas que resultam justamente na retomada das taxas de lucro. Entretanto, o aprofundamento da fase dos monopólios enquanto possível avanço da ordem do capital revelou uma nova direção, que se expressou no alargamento dos períodos de crise econômica, com proporções generalizadas e com diminutas possibilidades de superação do colapso da acumulação capitalista.

Em princípio, dados os traços estruturais do capital e seu caráter irrefreável, não há como assegurar quaisquer possibilidades de um processo de produção em moldes humanizados. Afinal, isso reforça apenas análises superficiais e reformistas no interior da ordem, contribuindo para enturvá-lo da construção de novos horizontes no campo da luta histórica entre as classes fundamentais e o aprofundamento da subsunção real do trabalho ao capital.

O capitalismo como forma histórica de produção da vida, é também um sistema de profunda banalização do gênero humano, cuja razão de ser encontra-se na exploração da força de trabalho, com fins de produzir mais-valia. O desenvolvimento das relações sociais capitalistas ocorre sob o prisma da mercantilização de todos os espectros da vida social, de modo que absolutamente todas as dimensões se tornam submissas à lógica do processo de produção e reprodução do capital em sua fase monopolista.

A lógica de dominação que rege o sistema capitalista, como bem explica Mézáros (2010), não pode ter outro objetivo que não seja sua própria autorreprodução, à qual tudo, desde a natureza à todas as necessidades básicas e aspirações humanas, devem se subordinar de modo absoluto.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o movimento do capital sobre o conjunto das relações sociais encontra-se veementemente relacionado a seu impulso de caráter expansionista (MÉSZÁROS, 2002), com vistas à inovação dos produtos e serviços enquanto medida de perpetuação do ciclo de reprodução ampliada. A pesada engrenagem das relações capitalistas se movimenta com base na acumulação de capital e na ampliação das desigualdades sociais.

O solo histórico em que ocorreu a ascensão do sistema de reprodução do capital e toda sua lógica incontrolável remete-se ao período de desdobramento das revoluções burguesas que perfilaram os séculos XVIII e XIX e gradativamente construíram uma estrutura capitalista reconhecidamente forte, independente e irreformável. Porém, de acordo com Pinassi (2014), é imprescindível o entendimento de que a possibilidade civilizatória do modo de produção capitalista entrou em processo de decadência a partir da estagnação marcante das taxas de lucro do capital, exatamente no período de transição dos anos 1960 para a década de 1970.

Nessa passagem de década, identificou-se a exaustão do padrão fordista-keynesiano⁴ de produção, que assegurou os anos de ouro do capitalismo desde o segundo pós-guerra, abrindo espaço para uma forma de acumulação que assumiria o cerne da flexibilização das relações de trabalho. Como ressalta Harvey (2011, p. 140):

A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. A acumulação flexível [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas.

A emergência do contexto de crise estrutural do capital tem em sua base duas questões reais, são elas: a crise internacional do petróleo e do padrão monetário internacional fundado no dólar, que se estabeleceu exatamente em Bretton Woods. É mister frisar que tais crises são na verdade contradições essenciais e peculiares ao modo de produção capitalista, sobretudo porque impulsiona o capital a desenvolver estratégias de saída da crise, criando, pois, as condições para seu fortalecimento.

Não obstante, outras determinações para o desencadeamento da crise estrutural do capital também requerem explicitação:

[...] a derrota dos EUA no Vietnã; a relativa decadência da economia norte-americana; o avanço de movimentos e governos nacionalistas, socialistas e fundamentalistas na periferia do sistema e a crise energética, que pôs fim a fase de energia barata. Esses processos indicavam uma crise de hegemonia dos EUA (BRENNER, 2003, p. 34).

Em outras palavras, registrou-se a derrocada do ciclo expansionista do capital, isto é, Mézaros (2009) afirma que a crise no padrão de acumulação capitalista

⁴ “O que se chamou fordismo-keynesianismo é um momento histórico de regulação do ciclo capitalista, que impediu, nas condições da crise orgânica, que a dinâmica cíclica do capital implicasse em consequências nefastas para a reprodução capitalista no plano da economia nacional, e principalmente, da política de controle social nos vários países capitalistas, principalmente do centro mais desenvolvido do sistema mundial produtor de mercadorias (vale dizer, sob as condições geopolíticas da “guerra fria”)” (ALVES, 2007)

configura-se exatamente como uma crise endêmica e crônica, assumindo a forma de uma profícua crise estrutural do grande capital.

Mészáros (2009), numa leitura atenta da realidade e dos aspectos que perpassam o desenvolvimento do modo de produção capitalista e suas condições de crise na contemporaneidade, afirma que a necessidade permanente de mais-valor revela a essência destrutiva e incontrolável do sistema vigente, galgado na lógica da expansão e da descartabilidade crescente, o que aponta impetuosamente para a possibilidade de destruição global.

Desde os anos 1929, o sistema capitalista não experimentava um quadro depreciativo tão profícuo quanto o que se vivencia a partir dos anos 1970. A retração da produção industrial e o fortalecimento do sistema financeiro a nível global são apenas alguns dos acontecimentos nefastos que marcaram a inclinação negativa do capitalismo nos últimos anos.

A redução significativa das taxas de lucro média do capital não representa simplesmente uma oscilação oriunda de aspectos conjunturais, na verdade, denuncia o declínio contínuo do sistema de reprodução ampliada do capital, cujas características inéditas apontam para o início de uma crise estrutural. Ainda que as taxas de lucro em alguns momentos específicos alimente a esperança da retomada consistente da trajetória de ascensão econômica, estas não alcançam um patamar de superação da queda, contrariando, pois, as formulações dos intelectuais defensores do sistema. As condições da crise em curso destruíram completamente a aparente possibilidade de auto- expansão ampliada e definitiva do capital.

Mandel (1990), ao analisar a propalada crise estrutural do capital, chama a atenção para os seus efeitos deletérios no mundo do trabalho, que se explicita através do crescimento do desemprego, do desenvolvimento de ações arbitrárias ao conjunto da classe trabalhadora, em que pese à retirada de direitos e a expansão da miserabilidade. As transformações decorrentes do período de crise continuam a todo vapor e evidenciam os limites históricos do capitalismo enquanto sistema de produção, embora seja uma afirmativa de difícil incorporação pelos adeptos da estrutura fracassada e opressora que é a ordem vigente.

As configurações no interior do sistema capitalista impõem a seus defensores, sobretudo, dos países de economia central, a necessidade de gerar mecanismos de administração da crise. Entretanto, as medidas de sua contenção, também como estratégias de recomposição da hegemonia norte-americana, parecem ser

insuficientes, de modo que as consequências desse período é justamente o aprofundamento não só da situação caótica em que estava imerso os Estados Unidos da América (EUA) e demais países de economia central, bem como o fortalecimento do processo de degradação da esfera do trabalho em nível mundial.

Portanto, com a notável fragilidade das políticas keynesianas, o neoliberalismo passou a imperar como caminho necessário a recuperação das taxas de lucros. Fundada no padrão de acumulação flexível, a política neoliberal proporcionou um verdadeiro ataque a todos os direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo dos 30 (trinta) anos de glória do capitalismo. Se até a instauração da crise estrutural do capital era possível falar sobre a existência de quase pleno emprego, redução das desigualdades sociais e avanço do crescimento econômico, enquanto aspectos constitutivos do Estado de Bem-Estar social na realidade internacional, agora o que se verifica é o aprofundamento de uma dinâmica inversa.

A reestruturação produtiva baseada no padrão de acumulação flexível somente foi possível pela disponibilidade de novas tecnologias responsáveis pelo aumento da produtividade sem precisar de um quantitativo elevado de força de trabalho e pela internacionalização do processo de produção.

Marx (1988), ao longo de uma trajetória de dispêndio de esforços intelectuais para apreender a lógica do capital, ao analisar mais especificamente a emergência, desenvolvimento e condições de crise do modo de produção capitalista, apresentou elementos que nos permitem compreender as crises de superprodução enquanto realidade que lhe é inerente, com periodicidade fundamentada no alcance dos limites próprios do ciclo expansivo.

As crises, para Dantas (2009, p.55),

[...] irrompem periodicamente sempre que o processo de produção do capital, após um período de expansão do crédito, do investimento, da produção, do consumo e do emprego termina por encontrar seus limites ali onde a massa crescente de capitais que buscam reproduzir-se excede a capacidade de extração de mais-valia adicional.

A instauração da crise de superprodução pressupõe a modificação da composição orgânica do capital, ou seja, uma diminuição significativa do capital variável (trabalhadores) em detrimento do capital constante (máquinas). Com essa alteração no processo de extração da mais-valia, verifica-se, inevitavelmente, o

aguçamento de todos os limites e contradições históricas do sistema capitalista, cujas repercussões se dão de sobremaneira em todas as esferas da vida social.

Nesse campo minado que é a sociabilidade capitalista, a necessidade de assegurar a subsistência está diretamente relacionada à subsunção do trabalho ao capital, ainda que em condições degradantes. Essa correlação de forças que se inicia no interior do processo produtivo e que determina a vida social dos sujeitos, as possibilidades ou não de acesso às objetivações específicas, ocorrem, sobretudo, porque a força de trabalho não é outra coisa senão uma mercadoria especial e responsável pela criação de todas as outras.

A transformação da força de trabalho em mercadoria se consolida através da relação contratual, fundada na perspectiva de uma pseudoliberalidade. Então não somos livres? A liberdade que se efetiva nos limites do sistema de valorização do capital é simplesmente aquela em que seja possível recompor as energias para despendê-las novamente na extensa carga horária de produção de mercadorias. “O tempo sem venda da força de trabalho não é livre: os que não conseguem vender sua capacidade criativa sequer podem suprir suas necessidades” (FONTES, 2017, p 410).

Em contextos de crises, essa tendência à restrição da liberdade, a potenciação da exploração da força de trabalho e a indução à competitividade entre os sujeitos se fortalece.

Segundo lamamoto (2015, p. 53-54),

Ampliam-se, ao mesmo tempo, as fissuras e contradições entre as classes e o espectro de suas lutas, acrescidas de disparidades, geração, etnias, regiões e meio ambiente, que enraizadas nas particularidades nacionais impõem novas determinações históricas à produção e reprodução das relações sociais.

O processo de reprodução ampliada do capital requer a participação de organismos e estruturas político-representativas que oportunizem sua realização, como por exemplo, o Estado. O que se pretende apontar é que a complexa ampliação do capital depende inclusive da própria expansão da capacidade intervencionista do Estado no âmbito da regulação social, ou seja, “O amadurecimento das várias tendências do capitalismo monopolista exige a expansão da intervenção das atividades do Estado na economia e na regulação da vida social” (BRAVERMAN, 1987, p. 242-244).

Assim, a realização dos interesses da burguesia no reforço as desigualdades conta com a postura fidedigna do Estado capitalista, sem o qual os processos mais degradantes da vida e das condições de trabalho não assumiriam um caráter “natural”, isso porque o Estado atua no que podemos denominar de conciliação dos interesses contraditórios das classes fundamentais. Importa destacar que estamos a analisar o Estado do ponto de vista representativo (FONTES, 2017), e como ele atua efetivamente em contextos de crises, especialmente nos países periféricos, como veremos a frente no caso do Brasil.

Para Mézáros (2015, p.35)

O Estado tornou-se a expressão política do capital, a forma de organizar e viabilizar as forças produtivas, o regime de propriedade privada, as relações entre as classes sociais e um intrincado sistema de centralização fiscal, de a força militar e do espaço da produção e circulação de mercadorias, as crises do capital são também crises do Estado.

Obviamente as ações do Estado não ocorrem de forma idêntica em todos os países, justamente por isso, há que se registrar a existência dos traços que a crise assume no interior das particularidades sócio-históricas das economias nacionais dependentes. Frente à crise, o Estado se insere na lógica de readequação de suas ações aos interesses do capital, numa incessante tentativa de erigir “outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade política e ética” (MOTA; AMARAL, 1998, p. 29).

Esse novo modo de pensar e agir revela outro aspecto fundamental do sistema, a barbárie, que não sendo suficiente a interposição entre a produção de riqueza e o crescimento da pobreza, ainda coloca em xeque quase todas as conquistas trabalhistas e sociais oriundas das lutas reivindicatórias da classe trabalhadora ao longo da história.

As lutas populares representam em grande medida uma ameaça a plena efetivação dos interesses do grande capital. Partindo desse suposto e aliado à necessidade de alcançar o apogeu econômico anterior, o capital investiu fortemente na reestruturação de vários espaços relacionados à produção e para além dela. O processo de conquista de hegemonia não ocorreu através da transformação da esfera produtiva, por isso o capital passou a formular e reorganizar mecanismos de dominação da sociedade.

Conforme Antunes (2013, p.16),

Opondo-se ao contra-poder que emergia das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, como também procurando gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. O fez, por exemplo, no plano ideológico, através do culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador, que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social.

Alves (2007) reforça essa afirmativa ao dizer que a reestruturação produtiva, hoje, se configura como uma reestruturação sóciometabólica, tendo em vista que as metamorfoses não ocorrem no campo do trabalho apenas, mas nos mais diversos espaços institucionais e de desenvolvimento das relações sociais a nível global.

Com a nova divisão internacional do trabalho, verifica-se, de fato, a globalização⁵ do capital e sua potencialidade destrutiva. Os efeitos colaterais dos mecanismos de administração da crise começaram a se evidenciar com certa rapidez, ocasionando também o acirramento dos antagonismos do modo de produção capitalista nos países considerados periféricos.

Ao considerarmos as particularidades que definem a realidade concreta dos países da América Latina na contemporaneidade, é possível apreender os fundamentos da degenerescência política, econômica e social oriunda da dinâmica da crise estrutural do capital. Sabe-se que as modificações gestadas pela crise nos países latino-americanos provocaram o arrefecimento das lutas, a destruição dos direitos das classes subalternas, provocando a inserção destes numa onda regressiva sem precedentes, de modo que as desigualdades sociais passaram a se remeter aos momentos mais pretéritos da história.

A relação que os países de capitalismo central estabeleceram com as economias periféricas foi justamente na perspectiva de aprofundamento do atraso e, por que não dizer do endividamento? A liberação de créditos por vias de empréstimos aos países latino-americanos possuía um objetivo cristalino, cujas consequências são alarmantes: a intensificação do quadro deletério de dependência.

⁵ Para Mészáros (2002), a globalização significa o desenvolvimento de um sistema internacional de dominação e subordinação. Nos países "centrais" do sistema do capital global estabelece-se um padrão de vida mais elevado para a classe trabalhadora - associado a uma democracia liberal - e, na "periferia", um governo potencializador da exploração, autoritário, exercido abertamente ou por delegação.

Isto quer dizer que a chamada globalização do capitalismo tem entre suas componentes uma estrutura representada pelo aprofundamento da dependência dos países atrasados através do processo de endividamento. Portanto, as reformas neoliberais, iniciadas no começo dos anos 1990, viabilizaram o aprisionamento destes países em uma teia de vínculos que os prendem a esta situação de beco sem saída (BALANCO; PINTO. MILANI, 2003, p. 678).

As condições ordinárias vivenciadas pelos Estados nacionais a partir dos processos de desregulamentação e ampliação da capacidade integrativa ao mercado mundial fazem parte das requisições dos EUA e demais economias centrais, pois funciona como mecanismo de potenciação da rentabilidade do grande capital.

Neste sentido, as amplas medidas de desregulamentação que os estados centrais, sobretudo os EUA, passaram a impor aos estados nacionais em geral, seguidas de ações viabilizadoras de maior integração dos mesmos ao mercado mundial, deram formatação a um novo quadro político-econômico que se seguiu à aplicação do chamado receituário neoliberal (BALANCO; PINTO. MILANI, 2003, p. 679).

O progresso da tecnologia, vinculado aos quadros de inovações informacionais possibilitaram a efetivação dos interesses dos países de centro sobre as economias periféricas. A adoção das pautas neoliberais pelos estados nacionais foi e continua sendo a forma político-econômica de mobilidade do capital financeiro nas mais variadas localidades, em especial sob a perspectiva espaço-tempo.

Na verdade, gestou-se em um curto lapso temporal o processo de adequação dos países da América Latina a dinâmica de constituição da dívida. Importa ressaltar que o tempo considerado para o vencimento da dívida era significativamente curto em comparação com a quantidade de recursos disponíveis. Atrelado aos juros abusivos e sem conseguir superar as expectativas em torno das taxas de lucro, a dívida destes países consolidou uma relação de dependência inexorável.

O antagonismo entre a quantidade de recursos emprestados e os níveis de produção no interior dos países de economia dependente, ou seja, a conformação do endividamento foi o elemento chave usado pelo grande capital para avançar brutalmente sobre países como Argentina, México e Brasil, e orientar um determinado modelo de relações político-econômicas, cujo resultado foi à derrocada de conquistas históricas, que em casos mais específicos se aprofundaram com a reconfiguração dos

processos de trabalho, perseguição às manifestações populares e a mercantilização de alguns direitos sociais, como a educação de nível superior.

Portanto, a adesão dos Estados nacionais ao ideário neoliberal fez com que as relações capitalistas e de dominação político-econômica e ideológica dos países centrais se espraiasse intensamente no território das economias periféricas. Verificou-se o desdobramento de reformas recessivas no campo do trabalho e das políticas sociais, cujo produto tem sido a ampliação da miséria dos que nada possui além de sua força de trabalho para vender. O aprofundamento do quadro de degradação humana a partir da submissa vinculação as determinações do processo de acumulação corrosivo e autofágico do capital, síntese do real concreto nos países da América Latina.

A conjuntura política e econômica da América Latina na contemporaneidade é expressão da maturação que o neoliberalismo vem alcançando, com uma base de desenvolvimento que não permite concessões. É o auge de uma política eminentemente sombria, com traços proficuamente conservadores, cuja funcionalidade é sustentar a exploração do trabalho e transferir a responsabilidade dos custos da acumulação capitalista para o conjunto da classe trabalhadora.

Durante a conjuntura histórica de ascensão neoliberal, foram registradas significativas recessões no âmbito das políticas sociais, ocasionando sequelas para os setores populares e apresentando o Estado como responsável pelo declínio das políticas públicas, mascarando a real face do provocador da barbárie, o modo de produção capitalista.

É nessa conjuntura sombria que a afirmativa “Estado máximo para o capital e mínimo para o social” ganha fundamento. Embora o neoliberalismo proponha a refuncionalização do Estado, é importante sinalizarmos que não ocorre uma ausência completa deste em relação ao social, sobretudo, porque o Estado cumpre um papel político e ideológico importante para a acumulação de capital. .

É possível afirmar que o neoliberalismo enquanto principal via ideo-política e econômica da administração da crise estrutural do capital, se consolida na América Latina enquanto uma cultura que modifica a postura dos estados nacionais e implanta uma tendência gerencialista, que capta os objetivos e valores do espaço privado e favorece a ampliação das condições de lucratividade do empresariado e das grandes corporações.

Ainda que a essência do neoliberalismo seja uma só, ou seja, assegurar o processo de acumulação capitalista, ele próprio se altera conforme a realidade particular e sócio histórica de cada região ou país, adquirindo formas diferenciadas e facilitadoras da ocupação total das relações sociais e, conseqüentemente, determinando a restrição das políticas públicas e sociais, que define a possibilidade de acesso ou não da classe trabalhadora as diversas objetivações.

Logo, deve-se acrescentar que os efeitos do contexto de crise do capital e das estratégias de superação do declínio econômico foram no sentido de aprofundar o quadro de relações de dependência dos países de economia periférica, visto que, segundo Carcanholo (2018, p. 31), “por motivos estruturais, são dependentes e subordinados ao comportamento do centro de acumulação mundial de capital”.

Os mecanismos de transferência de valor são expressões concretas do processo de desenvolvimento do receituário neoliberal, que visa o favorecimento da acumulação de capital e do aprofundamento das relações de dependência entre os países. Em outras palavras, o que ocorre é justamente o envio de valores produzidos no interior das economias periféricas para os grandes centros da economia mundial.

Nas palavras de Carcanholo (2018, p. 31):

O neoliberalismo aprofundou a condição dependente das economias da região, uma vez que incrementou a transferência de valor produzido nessas economias, mas que é apropriado e acumulado nas economias centrais. Essas transferências de valor incluem tanto os diferenciais de produtividade média entre os capitais em cada uma das economias, como também os pagamentos de serviços de dívida e do passivo externo.

Carcanholo (2018), afirma ainda, que é constatável enquanto efeito direto das transferências de valor nos últimos anos uma abertura mercantil contínua, que resulta em grande medida no alargamento das privatizações e desnacionalização econômica.

Não fosse a adequação dos estados nacionais a tendência neoliberal, o contexto hodierno não registraria o aguçamento das desigualdades sociais tal qual se verifica nos países latinos americanos, em especial porque a política de redistribuição de renda e, de modo geral, da riqueza socialmente produzida aconteceria numa perspectiva de atendimento às necessidades humanas e da classe trabalhadora, mais especificamente, ao invés de atender aos interesses quase que exclusivos do capital.

No terreno político-econômico neoliberal contemporâneo, o fortalecimento da extrema direita⁶, da direita em detrimento da esquerda tem sido cada vez mais evidente e com isso o acirramento da luta de classes em moldes latino americano. As realizações das reformas resultante das orientações dos organismos multilaterais para os estados nacionais expandiram os desafios para o mundo do trabalho e além dele, provocando não só um retrocesso do ponto de vista dos direitos previdenciários e trabalhistas, como também o renascimento e o avanço do conservadorismo.

Assim, é fundamental compreender a articulação entre as diversas dimensões que conformam o contexto de crise estrutural do capital, as estratégias políticas, ideológicas e econômicas para uma possível retomada das taxas de lucratividade, bem como seus efeitos deletérios sobre o conjunto dos países da América Latina para só então alcançarmos um entendimento mais cristalino e coerente das transformações em curso na sociedade brasileira desde o final do século XX.

No âmbito do acirramento das contradições do sistema capitalista e suas determinações atuais, cabe sinalizar o surgimento da pandemia nomeada de Covid-19, causada pelo vírus SARS CoV – 02. A doença provocou uma verdadeira espécie de “parada súbita” nas relações mercantis, ou seja, uma crise a nível mundial, impactando todo o processo de desenvolvimento da economia. Tal impacto na esfera econômica justifica-se porque a medida mais eficaz no combate a propagação do vírus trata-se do isolamento social.

Em linhas gerais, a pandemia do novo coronavírus se apresenta como um dos maiores problemas sanitários já registrados ao longo do século XXI. O isolamento social se tornou a alternativa mais viável em virtude da grande capacidade de disseminação do vírus e sua letalidade, o que torna ainda mais difícil a situação do Brasil, perpassado por profundas desigualdades sociais, a exemplo de várias famílias em condições precárias de vida, sem moradia e saneamento básico. Porém, defensores do sistema econômico criticam o isolamento social, alegando que este

⁶ “A extrema-direita, marcadamente associada às trágicas experiências do nazifascismo, continua apresentando muitos traços originais do contexto de sua emergência: irracionalismo, nacionalismo, defesa de valores e instituições tradicionais, intolerância à diversidade — cultural, étnica, sexual — anticomunismo, machismo, violência em nome da defesa de uma comunidade/raça considerada superior. Compartilhando do ideário político vinculado aos interesses de dominação, opressão e apropriação privada da riqueza social, distancia-se da direita tradicional pela intolerância e pela violência de suas ações, embora, quando organizada em partidos ou associações públicas, recuse tais práticas por parte de seus membros” (SILVA, 2014).

deveria ser cumprido apenas por àqueles/aquelas que se enquadram no grupo de risco,

Assim, captar as particularidades que envolvem o Brasil nessa relação direta da luta de classes é imprescindível, principalmente em face dos desafios estruturais e conjunturais que marcam a realidade nacional e impacta severamente nas condições de vida, trabalho, lazer da população etc.

Com base na complexificação das relações sociais e de trabalho como produto da efetivação de algumas requisições destrutivas da lógica da acumulação capitalista, a qual os organismos internacionais assumem a posição de mentores das configurações nos estados nacionais, é que nos propomos a desenvolver uma análise crítica e cuidadosa do real concreto na perspectiva de apreender as particularidades da crise estrutural do capital e as suas consequências para o tecido social brasileiro.

2.2 Nas trincheiras do capitalismo monopolista: mecanismos de superação da crise e suas expressões na realidade brasileira

A inserção capitalista do Brasil no âmbito da economia mundial ocorreu a partir de variadas determinações. Inicialmente, considerando que a realidade é constituída de avanços e rupturas, precisamos apreender criticamente quais são os traços históricos que propiciaram as possibilidades e os desafios à consolidação do capitalismo no Brasil.

Analisar as características da formação política, econômica, cultural e social do Brasil é imprescindível para que possamos desenvolver uma leitura crítica do processo de constituição do capitalismo em solo nacional. Para tanto, partimos do suposto que o período colonial foi responsável por deixar marcas que perpassaram a teia histórica da realidade e influenciaram na construção das relações sociais no contexto hodierno, e é com base nisso que tentaremos explicitar, brevemente, as determinações para a emergência, consolidação e expansão do capitalismo em moldes brasileiro.

Fernandes (2005) nos informa com muita propriedade que as relações mercantis do período colonial não apresentavam qualquer possibilidade concreta para o desenvolvimento de uma produção efetivamente capitalista e de caráter dominante.

A produção característica do Brasil colônia era voltada a plantações e as lavouras, e estas não assumiam condição relevante na seara das relações mercantis externas. Segundo Lara; Perez (2015, p. 42):

[...] essa produção baseada nas plantações e na grande lavoura (seleção de produtos para exportação, mecanismos de apropriação de terras, trabalho escravo e também livre, custos baixos de produção e extrema concentração de renda) ocupava posição marginal no circuito externo da mercantilização de produtos exportados, mesmo Portugal enquanto metrópole não participava das principais fases desse circuito.

As alterações político - econômicas que ocorreram no interior do território brasileiro se devem em grande medida ao rompimento com alguns parâmetros coloniais, abrindo caminhos para a expansão capitalista. O desdobramento das relações capitalistas de produção só foi possível, nas análises de Perez e Lara (2015), a partir da generalização do trabalho assalariado.

Importa atentarmos também para os elementos que perfilam o capitalismo emergente no Brasil, a exemplo do modo como ele opera e quais os seus estágios de desenvolvimento. A leitura de Fernandes (2005, p.25) aponta para a existência de um “capitalismo de caráter especial”, isso porque sua funcionalidade se dava a partir de duas grandes pilstras de sustentação, a qual o autor denomina de “heteronomia econômica condicionada pelos países centrais” ao tempo em que também contava com uma “dinâmica autônoma em fase de estruturação”.

Com efeito, ao longo de decurso temporal significativo, o processo de industrialização e urbanização crescente manteve forte vinculação com as condições estruturais do desenvolvimento capitalista monopolista brasileiro, refletindo o movimento de desvencilhar-se dos elementos mais robustos do período colonial, que, como já mencionamos anteriormente, não vislumbrava relações mercantis consideráveis com o comércio externo do ponto de vista da possibilidade de acumulação de excedente econômico.

Entretanto, apesar dos resultados da expansão industrial no Brasil, no qual dentre eles a emergência do capitalismo monopolista seja o mais significativo se consideramos o modo particular e inicial do processo produtivo e de acumulação de capital, enquanto base para as futuras estratégias de dominação burguesa, a consolidação do padrão de dependência do capitalismo brasileiro foi propiciado com

as transformações mais desastrosas que marcaram a história nacional a partir de 1964, com a instauração da ditadura cívico-militar. Perez e Lara (2015, p.44) comentam que,

Essa consolidação estrutural tem seu marco político no golpe civil-militar de 1964. Vários elementos sociopolíticos desse acontecimento histórico precisam ser entendidos em sua relação com a estrutura econômica do capitalismo dependente, essa análise evidencia os limites de uma ordem social que se fecha para os anseios da reforma social, nacional e democrática, fazendo com que tais reformas deixem de ser tarefa do seu próprio desenvolvimento. A blindagem conservadora se evidencia a cada momento histórico e vive o seu clímax no golpe preventivo que consolida o pleno domínio do capitalismo monopolista de Estado numa ordem permanentemente dependente.

Decerto, é preciso considerar os arranjos para a formação do domínio político, econômico e social no tempo histórico atual, bem como as tendências no curso do desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil. Na análise desenvolvida por Lênin (2012), em relação à essência do capitalismo em suas divergentes etapas, o imperialismo é entendido na condição de superestrutura do sistema vigente, cuja dominação do capital financeiro sobre a sociedade burguesa é o que revela sua forma política.

A experiência histórica do imperialismo como fase superior do capitalismo nos convida a entender as suas características mais elementares e, portanto, deletérias. Para Lênin (2012, p.56), a

[...] crescente importância das formas parasitárias de acumulação, a inevitável eclosão das crises econômicas agudas e recorrentes, a desconexão radical entre o progresso subordinado a lógica dos lucros e as necessidades sociais da grande maioria da população, o aparecimento dos Estados rentistas resultam de um padrão de concorrência intercapitalista, que combina as relações de dominação típica dos monopólios com as relações mercantis típicas do capitalismo.

É inegável que as metamorfoses ocasionadas pelo atual padrão de produção e acumulação capitalista afetam drasticamente o conjunto das relações a nível global. Lênin (2012), já aludira sobre o surgimento do capital financeiro e sua capacidade de provocar mudanças radicais no comportamento das classes sociais, o que tende a culminar na produção real do substrato social e ideológico do capitalismo monopolista

e de sua superestrutura. Entretanto, é sempre fundamental sinalizarmos que a sustentação da superestrutura capitalista apresenta multifacetadas formas de dominação, sobretudo quando levadas em consideração o modelo de relação estabelecido entre as periferias do capital com as economias centrais.

A mundialização do capital é uma realidade inquestionável enquanto traço particular do sistema capitalista no cenário contemporâneo. Para se entender essa característica marcante, é necessário que sinalizemos, ainda que de forma bem propedêutica, a lógica do capital financeiro, responsável por impulsionar essa mundialização e submeter todos os países às suas requisições de reprodução.

Para Chesnais (2012), o desenvolvimento forte da mundialização do capital justifica-se pela necessidade de recuperação das taxas de lucro, que abriu as portas para a crescente desregulamentação do mercado de trabalho, através da inserção de inovações tecnológicas na esfera produtiva. Seria esse o solo histórico de efetivação da liberdade do capital, donde sua face fictícia assumiria proporções gigantescas aliadas à reestruturação do processo produtivo.

No Brasil, os reflexos mais diretos da crise estrutural do capital de 1970 emergiram na transição dos anos 1980 para a década de 1990. Embora marcado por um passado muito recente de conquista das liberdades democráticas e um conjunto de direitos através da promulgação da Constituição Federal de 1988, o país começaria a implementar reformas de cunho neoliberal no intuito de enquadrar o Estado Nacional na ótica das exigências dos organismos internacionais.

Não se pode perder de vista que, de acordo com Mészáros (2015), o Estado funciona historicamente como uma verdadeira estrutura fulcral da sociabilidade do capital. A plena realização dos interesses capitalistas só é possível através das ações estatais, que na contemporaneidade se caracteriza pela lógica gerencialista, da privatização, das terceirizações e do fortalecimento do seu aparelho repressivo. Assim,

Historicamente, as formações estatais constituídas do capital sempre foi à manutenção e também o fortalecimento dos irremediáveis imperativos materiais de auto-expansão do sistema, e elas continuam as mesmas, inclusive em nossa época, quando proceder de tal forma torna-se um ato suicida para a humanidade (MÉSZÁROS, 2015, p. 36).

O tempo histórico presente demarca a adoção de medidas neoliberais e o parâmetro de racionalidade da produção flexível, que ganhou espaço em solo nacional a partir dos mandatos governamentais de Fernando Collor de Mello - eleito na década de 1990 pelo expressivo apoio da burguesia nacional e Fernando Henrique Cardoso (FHC), conforme já dito anteriormente. O Brasil estava, pois, iniciando uma verdadeira reorganização da produção em moldes capitalista, a qual pressupunha a incorporação de mecanismos de exploração da força de trabalho, adequando progressivamente ao conjunto de exigências da acumulação capitalista mundial.

As transformações societárias em curso no Brasil, a exemplo da mudança no papel regulador do Estado, das alterações no mundo do trabalho, das políticas sociais, na esfera da cultura com o ideário pós-moderno etc., sobretudo, a partir dos anos 1990 são também resultados do empenho da burguesia em responder estrategicamente a crise do capital, que requisitam dos Estados Nacionais um conjunto de (re) ajustes, numa lógica meramente destrutiva das conquistas da classe trabalhadora. Não obstante, verifica-se, sem muitos esforços, a caracterização do Estado brasileiro enquanto celeiro do desenvolvimento do ideário neoliberal, aliado ao processo de reestruturação produtiva e da mundialização do capital.

O reflexo mais emblemático das estratégias do grande capital em solo brasileiro se encontra exatamente no (não) reconhecimento e concessão dos direitos sociais, que, embora tenham sido assegurados no passado recente através da promulgação da Constituição Federal de 1988, com o avanço da efetivação das pautas neoliberais passaram a ser considerados “privilégios”. A visão criada em torno dos direitos sociais por parte de uma parcela das representações política do país jogou a classe trabalhadora no abismo da pauperização.

É infosismável que a contrarreforma do Estado priorizou a efetivação da agenda de “reformas”, com a elaboração de propostas de ajuste fiscal, flexibilização das relações e dos processos de trabalhos por meio do apoio as privatizações e terceirizações, que no mercado ganhou expressividade através do salário, da jornada de trabalho, das vagas de emprego, e nas drásticas incidências sob a classe trabalhadora, considerando a transferência das responsabilidades do Estado para o setor privado.

Se remetermos a chegada e ao avanço do neoliberalismo no Brasil implica estudar as suas diversas nuances e como elas acometem direto ou indiretamente a realidade dos sujeitos singulares e coletivos, não apenas do ponto de vista material,

mas principalmente subjetivo. O ideário neoliberal não é uma mera nomenclatura aplicada a uma determinada forma de governo, porque em essência estamos lidando com uma ideologia forte, rigidamente conservadora, que expressa uma maneira específica de conceber o mundo e decidir sobre os rumos da sociedade.

No clímax do projeto do capitalismo monopolista, a restrição das garantias sociais também se articula com outras ações de cunho nefasto, a saber, as transformações, sobretudo, no plano das relações de produção e suas incidências nas condições de vida e de trabalho dos sujeitos sociais. A complexidade da reestruturação produtiva alcança a subjetividade da classe trabalhadora para convencê-la a aceitar e naturalizar a superexploração de suas forças produtivas, geralmente através do exercício da prática discursiva que insiste em situar o sucesso pessoal e profissional como sendo um resultado direto da sua capacidade de produção.

O canto perverso da sereia parece funcionar perfeitamente, a ponto de fazer com que uma parte dos trabalhadores não se enxergue dentro da condição de explorados pelo capital, mas simplesmente como um colaborador do processo produtivo, que, cedo ou tarde, terá reconhecimento pelos esforços que despende. Assim, a atenção fundamental do período de acumulação flexível é justamente alcançar a subjetividade do trabalhador, visando seu consentimento em torno das novas formas de exploração da sua força de trabalho e das reformas políticas e sociais que vem sendo gestadas.

À prova do tempo, o Estado Nacional já não conseguia esconder sua estrutura capitalista, de forte adesão às orientações do Consenso de Washington⁷ e de efetivação da ofensiva do capital contra o trabalho. Sendo assim, a restrição da liberdade democrática, o desemprego, a desregulamentação das relações e dos processos de trabalho ganharam notoriedade, abrindo cada vez mais espaços para as terceirizações e as privatizações. A terceirização, enquanto forma de organização e controle do trabalho, nos parece representar, no momento histórico em questão, o pontapé inicial do processo de precarização das relações, dos processos trabalhistas e da vida social.

⁷ “O Consenso de Washington deve ser pensado como um dos meios pelos quais a burguesia internacional imprime uma direção política de classe às estratégias de enfrentamento de reformas a serem implementadas pelos países periféricos” (MOTA, 2005, p. 80).

Analisar o desdobramento da denominada contrarreforma do Estado implica situar a criação do Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE), sob o comando de Luiz Carlos Bresser Pereira, mentor do então Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (PDRE). No rol das propostas que se evidenciaram no PDRE, a flexibilização da estabilidade dos funcionários públicos, bem como as medidas de ajustes fiscais assumiram lugar de destaque.

De acordo com Oliveira (2011, p. 142),

A reforma do Estado estabelecida pelo Plano Diretor representou um ataque a Constituição 1988, principalmente ao princípio da seguridade social e ao funcionalismo público. Construiu-se uma ideia de reforma sustentada em orientações econômicas, com funções do Estado sendo transferidas para o mercado, principalmente as mais rentáveis, e redução dos direitos sociais com a reforma previdenciária, pois ao se incentivar os planos de previdência complementar (privados) transformam-se direitos em mercadorias.

Importa considerar também que com o aprofundamento da recessão generalizada e o fortalecimento dos mecanismos de superação da crise, as múltiplas expressões da denominada questão social⁸ passaram a sofrer um processo de complexificação, uma vez que esta é inseparável da sociabilidade capitalista e, particularmente, das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado na expansão monopolista do capital (IAMAMOTO, 2015).

Nesse quadro de alterações relacionais entre Estado e sociedade a partir da implementação de medidas neoliberais, a complexificação da questão social implica, necessariamente, no crescimento vertiginoso de uma superpopulação relativa, ou seja, sujeitos sociais que estão alijados do mercado de trabalho e que, portanto, não só fundamentam a lógica da competitividade por uma vaga na seara da produção capitalista, como exerce uma pressão considerável nos salários dos que possuem vínculos empregatícios.

Ainda na esfera do trabalho, é marcante a rotatividade das relações contratuais, demonstrando que:

⁸ Segundo Iamamoto (2013, p. 27), “[...]a Questão Social pode ser definida como: o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

Tais mudanças na organização e nos processos de trabalho que buscam aumento da produtividade, melhoria de qualidade do produto e dos serviços, e a redução dos custos de produção, têm resultado, em última instância, em uma maior intensificação do trabalho, na diminuição de postos de trabalho, no aviltamento do valor dos salários e no aumento da informalidade do emprego, em um quadro que aponta uma precarização das condições e das relações de trabalho de uma parcela significativa da força de trabalho do país (NAVARRO, 2004, p. 81).

A redefinição das determinações históricas de subordinação da gestão do trabalho e do processo produtivo como um todo reflete a busca da hegemonia por parte do capital financeiro, que não se restringe mais a esfera econômica, mas permeia todos os espaços da vida em sociedade, apresentando a flexibilidade das relações trabalhistas como a estratégia central do capitalismo contemporâneo, para imprimir um novo modo de vida e consolidar sua dominação. Para Aves (2007, p.260),

O Brasil é a nona economia do mundo capitalista, considerando seu Produto Interno Bruto pelo critério da paridade do poder de compra – US\$ 1,13 trilhões em 2000 (o PIB é a soma das riquezas produzidas no país). O que se constata nos últimos trinta anos, e com intensidade na “década neoliberal”, é diminuição da participação percentual do trabalho no bolo da riqueza social produzida no País (caindo abaixo de 50%) (ALVES, 2007, p. 260).

A ordem do dia no terreno da sociabilidade capitalista é sempre o reforço das desigualdades sociais, uma vez que esta representa seu fundamento, de modo a requisitar das categorias profissionais, dentre as quais se destaca os/as assistentes sociais, uma alteração significativa de seu trabalho. O fortalecimento das alterações político-institucionais no interior do Estado impulsionaram as noções de criminalização do pauperismo e suprimiram os recursos destinados à assistência social, por exemplo. Tal fato, pois, denota a crescente focalização e seletividades das políticas sociais.

Ao analisar mais proficuamente as metamorfoses no mundo do trabalho, percebe-se que os impactos são desastrosos, especialmente porque ocorre na perspectiva de não apenas alienar os trabalhadores em relação a sua realidade, mas de criminalizar as suas formas de reivindicação, sejam elas individuais ou coletivas. O fortalecimento do braço repressivo do Estado ou ainda a ampliação do Estado

penal⁹ representa um dos principais mecanismos de dominação e controle social no contexto da acumulação flexível.

Sabe-se que os anos iniciais do século XXI, em que pese à ascensão de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República no Brasil, representaram uma curva importante no histórico degradante pelo qual o país passava desde o governo de Collor, e provocou na população a expectativa de mudanças radicais. Os ataques aos direitos sociais e trabalhistas que caracterizaram o período de governabilidade de Fernando Henrique Cardoso, sobretudo nos anos finais da década de 1990, apareceram como fundamento para apostas positivas no mandato de Lula.

Dentre os inúmeros fatos que marcaram a transição do século podemos ressaltar que, “nos anos 1990, a sociabilidade brasileira já estava marcada pela cultura da violência e do *medo social*” (BARROCO, 2015, p. 626). O capitalismo moderno confere cotidianamente a revalorização da moral, que com base em determinações estruturais e conjunturais cria as condições para o robustecimento da ofensiva neoliberal no cenário brasileiro. Para a referida autora,

{...} o apelo à ordem é duplamente conservador: primeiro, por evidenciar um dos valores fundamentais do (neo) conservadorismo; segundo, porque sua forma de objetivação moralista, ou seja, moraliza as expressões da *questão social*, ao tratá-las como resultantes de “problemas” de ordem moral. Esse apelo moralista é facilitado pela reificação das relações sociais e pelo irracionalismo, contribuindo para o ocultamento de suas determinações socioeconômicas e para sua naturalização (BARROCO, 2015, p. 624).

Seria essa, pois, a base explicativa para o reconhecimento de que o governo do partido dos trabalhadores (PT) ascendera ao poder em condições conjunturais extremamente desafiadoras, tanto pelo conjunto das orientações dos organismos multilaterais na perspectiva da efetivação das pautas neoliberais, quanto pela necessidade de atender com urgência as reivindicações oriundas da classe trabalhadora.

⁹ “O Estado penal, além de criminalizar os jovens pobres e negros, dissemina o “medo ao outro”, ou seja, os efeitos deletérios da crise avançam sobre as relações sociais, produzindo desconfiança, ratificando desigualdades e diluindo as solidariedades” (BRISOLA, 2012).

Reafirmamos as dificuldades dos governos do PT no auge da administração dos impactos da crise no Brasil, sem nos isentarmos da crítica justa e, portanto, coerente. É indispensável que saibamos identificar as dimensões da correlação de forças que atravessaram as tomadas de decisões do governo federal e que serviram de fundamento para a construção de argumentos que alegava, principalmente, as posturas contraditórias dos governos do PT. Segundo Carcanholo (2018, p.38)

Lula se elegeu em 2002 em virtude da crise da estratégia neoliberal de desenvolvimento que havia levado a economia brasileira a pífias taxas de crescimento econômico, crescentes *déficits* e vulnerabilidades externas, além de aprofundamento na concentração de renda e riqueza nos governos anteriores.

É verdade que entre os anos de 2003 e 2016, período de governo do Partido dos Trabalhadores (PT)- Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff -, a classe trabalhadora obteve algumas conquistas históricas, produto de suas lutas populares. Entretanto, não podemos perder de vista que as ações políticas se desenvolveram no sentido de atender interesses duplos, tanto da classe trabalhadora, quanto das classes dominante. O PT consolidou na realidade brasileira uma aliança de classes que, embora tenha lhe atribuído uma avaliação diferenciada nos primeiros anos de mandato, muito provavelmente, foi também o ponto chave de sua derrocada anos mais tarde, via golpe institucional contra a presidente Dilma Vana Rousseff.

Em linhas gerais, para Alves (2018, p. 59)

Foi à disputa por um modelo de integração à mundialização do capital (neoliberalismo e neodesenvolvimentismo) que demarcou incisivamente a conjuntura de 1994 a 2014, tendo em vista que o modelo de desenvolvimento implica alianças de classes e frações de classes internas e externas.

A existência de ações governamentais que favoreciam o enriquecimento do empresariado e o aprofundamento dos privilégios dos bancos contrastava com a liberação de alguns ganhos sociais para a classe trabalhadora. Tal fato alimentou os argumentos que afirmavam uma linha de continuidade, principalmente nos anos

iniciais, entre a política econômica¹⁰ dos governos do PT em relação ao governo de FHC.

Seria equivocado, portanto, afirmar que as ações dos governos do PT são em essência contrárias aos interesses da classe trabalhadora. Quando nos remetemos à contemporaneidade no Brasil, a presença de um presidente explicitamente conservador, de extrema direita, como é o caso de Bolsonaro, percebemos as disparidades entre os períodos governamentais do PT em relação a Temer e destes para com o próprio Bolsonaro, que vem tornando a realidade ainda mais dramática, porque além de impulsionar o discurso de ódio contra as minorias, provocou o aumento exponencial do desemprego e fragilizou ainda mais àqueles/as que permaneceram inseridos/as no mercado de trabalho

De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), só no primeiro trimestre de 2020 o número de desempregados ficou em torno de 12,9 milhões, enquanto a taxa de desempregados atingiu 11,9%. Já em relação ao quantitativo de pessoas que se enquadram no que denominam de desalentados chegou a 4,8 milhões, e a taxa de subutilização marcou 24,4%.

¹⁰ Nas considerações de Barbosa e Souza (2010), há uma verdadeira divergência a respeito das medidas que expressaram a política econômica que caracterizou o governo Lula. Segundo os autores, nos anos que se seguiram entre 2003 e 2005, verificou-se o predomínio da postura ideo-política neoliberal, mas que a partir de 2006 instaurou-se uma visão macroeconômica mais flexível, na qual o Estado passou a ser interpretado como figura fundamental e orgânica no desenvolvimento econômico-social.

A política macroeconômica do Estado brasileiro experimentou ao longo de uma década transformações expressivas, principalmente quando se refere a real situação das taxas de juros, durante o governo Lula e as suas disparidades em relação ao governo Dilma. Nas palavras de Teixeira e Pinto (2012), se o final do governo Lula já apontava a existência de uma fragilidade no padrão hegemônico do bloco no poder, a configuração no plano das relações entre as frações bancário-financeira e o estado nacional tornaram-se cada vez mais evidentes nos dois últimos mandatos do PT, e o resultado foi à redução do parâmetro ortodoxo que orientava a política monetária, a redução dos juros dos bancos públicos.

As mudanças que se gestaram durante o governo Dilma estavam relacionadas à efetivação do seu quadro de medidas anticíclicas da crise do capital internacional. É certo que as alterações resultaram, inclusive, na redução da capacidade dos mercados internacionais intervirem nas tomadas de decisão sobre os rumos do Brasil.

Entretanto, é preciso cuidado para não confundirmos a diminuição da capacidade interventiva do mercado internacional no campo das ações desenvolvidas no país com um total afastamento em termos de orientações. As metamorfoses no âmbito das políticas sociais e públicas continuaram ocorrendo como parte do processo de contrarreforma do Estado, que tem como mentores as próprias representações político-institucionais do grande capital internacional.

Nessa perspectiva, é fundamental frisar a influência dos organismos multilaterais, BM e do FMI nas redefinições das políticas sociais no Brasil. Em novembro de 2017, o BM lançou um relatório denominado “Um ajuste justo: análise da eficiência da equidade e do gasto público no Brasil”, no qual consta uma série de orientações a serem executadas pelo Estado brasileiro no âmbito das políticas sociais. Vale salientar que o documento fortalece as contrarreformas realizadas durante o governo de Michel Temer, que substituiu Dilma Rousseff através de um golpe em 2016, como já dito anteriormente. O modelo de gestão desenvolvido por Temer serviu para subsidiar as ações de Bolsonaro na atualidade, isto é, reverbera com as seletividades das políticas sociais e expressa um perfil cristalinamente economicista, que, de modo geral, desconsidera as particularidades nacionais e regionais.

O documento ainda apresenta dados comparativos entre o ensino superior público e privado, no intuito de incentivar a privatização do ensino a partir do demonstrativo de que as universidades públicas têm um gasto com apenas 01 (um) estudante, superior aos gastos das instituições privadas com 03 (três) estudantes. No

mais, o relatório esboça, ainda, de maneira pretensiosa, a comparação entre os níveis de qualidade desses estudantes, fomentando uma concepção maniqueísta e deturpada.

Para o BM (2017, p. 131),

Entre 2013 e 2015, o custo médio anual por estudante em universidades privadas sem e com fins lucrativos foi de aproximadamente R\$ 12.600 e R\$ 14.850, respectivamente (Figura 97). Em universidades federais, a média foi de R\$ 40.900. Universidades públicas estaduais custam menos do que as federais, mas ainda são muito mais caras do que as privadas, custando aproximadamente de R\$ 32.200. O custo por aluno dos institutos federais, a maior parte fundada desde 200887, é de aproximadamente R\$ 27.850.

Nesse sentido, é no contexto de intensa regressão social, impulsionada pelo avanço da ofensiva neoliberal no território brasileiro que a política de educação superior aprofunda a sua condição de alvo do capital, tornando-se cada vez mais mercantilizada, portanto, adequada as necessidades de acumulação capitalista. Encontra-se aqui, pois, a justificativa para o fato de que a quantidade de instituições privadas e na modalidade de Ensino à distância (EAD) representa um número, significativamente, superior ao de universidades públicas.

Assim, considerando as particularidades do Brasil no atual contexto de crise estrutural do capital, embora tenhamos alcançado alguns avanços em comparação à década de 1990, é possível observar alterações na relação entre o Estado e a sociedade civil, provocando, dentre outras coisas, a mercantilização dos direitos sociais, bem como o desmonte das políticas sociais. No que se refere às políticas educacionais para o ensino superior, é inegável sua ampliação e mercantilização, o que analisaremos no capítulo seguinte. Ou seja, realizaremos um balanço da contrarreforma no âmbito do ensino superior, sua expansão interiorizada e os reflexos no ensino de graduação em Serviço Social no Brasil.

3. AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA CONTEMPORANEIDADE: A CONSOLIDAÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE

Nesse capítulo, o objetivo central é problematizar as incidências da ofensiva do capital sob o sistema educacional brasileiro, especialmente a partir dos anos 1990. O desenvolvimento desse percurso teórico-analítico passa pela compreensão das árduas configurações registradas nos diversos espectros das relações constitutivas do processo de produção e reprodução do capital, visando apreender e identificar os principais elementos que caracterizam o conjunto de reações da burguesia à crise capitalista que emergiu nos anos 1970.

A fundamentação sócio-histórica dessa realidade concreta situa-se no campo da operacionalização governamental, no bojo do atendimento as necessidades de adequação do estado nacional às exigências do desdobramento da política neoliberal. Os resultados aparecem de forma muito evidente no conjunto de metamorfoses políticas, econômicas, culturais e sociais sob a ótica da mercantilização e privatização.

A realidade contemporânea representa uma síntese da reforma, ou melhor, contrarreforma do Estado Nacional, processo caracterizado pelo conjunto de transformações político-econômicas, culturais e sociais, administrado pelo governo na tentativa de moldar o país à lógica neoliberal adotada pelo modo de produção vigente.

Durante o metamorfosar do posicionamento estatal, partindo do pressuposto de uma reforma educacional e visando a ampliação dos ramos de fortalecimento da reprodução do capital, faz da educação um instrumento altamente lucrativo, atribuindo-lhe um caráter mercantil, que ganha respaldo no discurso da “democratização” do ensino, cuja materialidade ocorre, sobretudo, por meio da expansão das Instituições de Ensino Superior (IES), de cunho privado e na modalidade à distância.

Partindo-se do pressuposto da formação em Serviço Social enquanto unidade processual entre ensino, pesquisa, extensão e do princípio da necessidade permanente da pesquisa de situações concretas, sejam aquelas referentes à formação, bem como ao exercício profissional dos/das assistentes sociais, numa perspectiva crítica, como orientam as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, apreender os fundamentos sócio-históricos que revelam a particularidade do contexto de

mercantilização e aligeiramento do ensino superior brasileiro, de modo específico, do ensino de Serviço Social, é imprescindível.

Nesse contexto, é fundamental analisarmos os reais impactos para a formação acadêmico-profissional em Serviço Social, tentando apreender os desafios, as contradições e as possibilidades postas para o fortalecimento do projeto de formação de qualidade. Para tanto, é indispensável à realização de abordagens referente à subsunção do conhecimento ao capital.

Nessa perspectiva, fundamentamos a crítica ao modelo de educação que vem sendo ofertado no Brasil, destacando as principais incidências deste na seara do processo formativo em Serviço Social, indagando as especificidades da construção do perfil profissional. Entretanto, compreendemos que os/as assistentes sociais enquanto categoria profissional, com notória relevância de suas produções teóricas e sua posição ética e política em defesa dos interesses da classe trabalhadora, não se assenta na condição de mero receptor das requisições macrossocietárias, mas se situa na arena das reivindicações, elaborando estratégias político-profissionais de enfrentamento as peripécias da ordem do capital.

3.1 CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ASPECTOS

GERAIS

O sistema educacional tal qual se apresenta na cena contemporânea possui profunda relação com a real, complexa e histórica reprodução do conjunto de interesses da burguesia. As atividades educacionais, historicamente, foram exclusivamente acessadas pelos detentores do poder econômico, evidenciando o distanciamento involuntário das camadas subalternas quanto ao processo de aprendizagem formal. Logo, a educação tem sido hegemonicamente usada como instrumento de dominação, com nítida dimensão político-econômica, contra os trabalhadores e a serviço das necessidades do capital.

Os interesses de classe foram e são cruciais para definir os rumos da educação nesse país. Desde a sua formação sócio histórica o ensino sempre esteve pautado numa relação de controle da ordem e, portanto, com nítida dominação de uma classe sob a outra, donde inclusive a educação só começou a expandir-se a partir das

demandas por mão de obra especializada, o que vai tornando explícita as disparidades entre os processos educativos da classe trabalhadora em relação àqueles direcionados aos membros da classe dominante.

É possível ressaltar que se em termos de tempo histórico a educação se desenvolveu subordinada à lógica do capital, na contemporaneidade esta característica permanece, porém de forma robusta. A parceria entre Estado e burguesia é sem dúvidas uma ameaça à classe trabalhadora, pois além de estar na condição de subordinada, ainda se encontra compelida a acessar uma educação extremamente precarizada.

É de particular relevância destacar que no seio de uma sociedade classista o não acesso e/ou acesso precário à educação, expressa a concretude do universo da desigualdade social. E se a educação é ofertada de forma pública, gratuita e de qualidade, sobretudo voltada aos membros da classe trabalhadora, representa uma verdadeira ameaça à plêiade de vantagens da burguesia, mediante a possibilidade efetiva do despertar dos/das trabalhadores/as para a necessidade de desenvolver posturas mais críticas e práticas diretivas contra a lógica dilapidadora da força humana de trabalho, embora a revolução não seja uma decorrência natural da educação.

Seguindo com base nas considerações supracitadas, as modificações em curso no campo político, econômico, cultural e social determinam o desenvolvimento das relações sociais em condições históricas, eivadas de contradições peculiares à produção da riqueza na sociabilidade do capital. Assim, a análise da expansão do ensino superior no Brasil deve estar pautada na apreensão da histórica relação de dependência do Estado Nacional à economia mundial, enquanto aspecto que infere diretamente nos rumos das políticas sociais e, em especial, na política de educação.

Avançar no debate sobre as especificidades das políticas educacionais para o ensino superior no contexto hodierno é impensável sem o conhecimento cristalino da crise do capital e os mecanismos para sua administração, desenvolvidos pelas economias centrais. Nos marcos da essência capitalista e da incorporação de estratégias para saída da crise, mas que afetam ainda mais expressivamente todos os espaços da realidade social, Mézáros (2002), como já visto no capítulo anterior, concebe o sistema vigente como sóciometabólico, de cunho explicitamente expansionista e irrefreável.

Conforme tem se desdobrado a crise a nível mundial, mas com particularidades tenebrosas para os países periféricos, os quais estão situados na América Latina, é

possível reconhecer seu núcleo e presumir a processualidade histórica de suas conexões com os estados nacionais. Há uma tentativa reiterada do sistema e, diga-se de passagem, com êxito, em degradar o quanto mais possível às condições de trabalho para assegurar plenamente os estágios da produção e reprodução de capital.

Nessa linha de raciocínio, parece ser consensual a compreensão de que o sistema vigente está fundado em um tripé relevante: capital, Estado e trabalho. É na articulação dessas três dimensões que o modo de produção atual vem promovendo o desmonte dos ganhos históricos da população brasileira, que se expressa em grande medida na crescente exploração da força de trabalho, aliado a um processo de sucateamento inexorável das políticas sociais, nas quais a educação, que deveria ser ofertada enquanto um direito vem sendo guinada fortemente à esfera mercantil.

Durante a conjuntura histórica de ascensão neoliberal, foram registradas significativas recessões nas políticas sociais, prejudicando os setores populares e atribuindo ao Estado a culpabilidade pelo declínio das políticas públicas, mascarando a real face do ocasionador da barbárie, o modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, o Estado passa a desenvolver um modelo de gestão “mini max”, ou seja, mínimo para o social e máximo para o capital, configurando-se como o celeiro para o desenvolvimento de todas as estratégias do ideário capitalista.

No contexto de execução da cartilha neoliberal em solo nacional, marcado pelas sucessivas tentativas de adequação do Estado às exigências dos organismos multilaterais, o ensino superior se tornou um ramo potencialmente lucrativo para o grande capital. Os mecanismos de expansão do ensino superior encontram suporte jurídico-normativo no aparelho de Estado, a partir dos quais se criam as condições para o reforço a mercantilização do ensino e a submissão da pesquisa ao produtivismo acadêmico.

É evidente que nas últimas duas décadas o estado nacional passou pelas mais intensas e prejudiciais alterações no quadro político-econômico e social, resultante da aliança entre as orientações internacionais e apoio significativo da burguesia brasileira, proporcionando as bases para o desdobramento de uma contrarreforma, pautada especialmente na fragilização das políticas sociais, sobretudo a partir do empresariamento da educação, da saúde e da previdência social.

Apesar do recente encontro do Brasil com as perspectivas democráticas, cristalizadas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o ideário conservador neoliberal que, segundo Pereira (2016), defende o Estado mínimo, a

focalização e seletividade das políticas sociais para grupos determinados, pondo também em evidência a refilantropização social no interior da sociedade civil¹¹, começam a se desenvolver rapidamente nos anos posteriores.

As primeiras medidas que compunham o quadro da contrarreforma do Estado nacional surgiram ainda durante o governo Collor, como já dito anteriormente. Porém, com o *impeachment* em 1992, Itamar Franco, vice de Collor, assumiu o poder e seguiu implementando o conjunto de contrarreformas propostas pelos organismos internacionais, tendo como ministro da Fazenda o sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

Não obstante, FHC sucedeu Itamar Franco em 1995, aprofundando o processo de contrarreforma do Estado brasileiro, numa tentativa incessante de adequar o Brasil aos moldes da financeirização e mundialização do capital. Nesse sentido, passou também a repensar, bem como modificar o ensino superior no país.

A contrarreforma se desenvolveu assumindo um caráter especificamente reacionário, cuja concretude nas díspares esferas governamentais foi notória e proficuamente relacionada à fragmentação das políticas sociais e a marcante regressão no campo das possibilidades de participações democráticas da população nas discussões e tomadas de decisão.

Acrescenta-se a esse processo, a elevação exorbitante do exército industrial de reservas que, em outras palavras, seria a existência em grande escala de pessoas alijadas do mercado de trabalho, desvelando a compatibilidade do caráter desumanizador da ideologia burguesa com a voracidade da lei geral da acumulação capitalista, numa defesa ferrenha do ciclo de reprodução do capital e sua cultura visivelmente conservadora e consideravelmente regressiva.

Partindo dessa perspectiva, verificou-se o aprofundamento da condição periférica do Brasil, justificada através do avanço do pensamento neoliberal e na conquista de dominação ideológica e exploração econômica por parte da burguesia nacional. Registrou-se nesse contexto histórico uma busca ferrenha do capital por novos campos de lucratividade. Nesse sentido, a política de educação superior

¹¹ “Sociedade civil, para Gramsci, é o espaço em que as classes organizam e defendem seus interesses (através de associações e organizações, sindicatos, partidos etc.), é a esfera da elaboração e/ou difusão de valores, cultura e ideologias que tornam, ou não, conscientes os conflitos e as contradições sociais. Portanto, é nela em que se confrontam projetos societários, em que se desenvolve a luta pela construção de projetos hegemônicos de classe”. (DURIGUETTO, 2007).

passou a sofrer diversos impactos, sendo intensamente reestruturada de acordo com as necessidades das organizações capitalistas centrais.

Ao final do governo FHC para o início do governo Lula, e, posteriormente, do governo Dilma, as condições de expansão do ensino superior permaneceu alinhada à ótica do mercado e com meios cada vez mais consistentes para seu desenvolvimento profícuo. Logo,

Nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014), as diretrizes para a área educacional, com a manutenção da presença passiva do setor privado, mantiveram-se, ainda que com pequena redução da participação do setor privado, de 88,9%, em 2003, para 87,4%, em 2013, o que pode ser explicado principalmente levando-se em consideração a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), por meio do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), e a sua implantação a partir de 2008 (PEREIRA, 2016, p. 37).

Dada à expansão da educação superior, “[...] dotar as universidades federais das condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência dos estudantes na educação superior [...]” (BRASIL, 2007), aparece como o objetivo central do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). É inquestionável que este programa vem conseguindo assegurar a inserção da população no ensino superior. Entretanto, é preciso considerar que ao ampliar o número de vagas nas IFES devem-se proporcionar as devidas condições para uma formação de qualidade, ao que tudo indica não ocorreu.

No campo dos mecanismos de recomposição das taxas de lucratividade do capital, a expansão do ensino superior ganhou destaque. No Brasil, a política de educação de nível superior experimentou seu ápice durante os governos do PT, que, pautado no discurso de democratização do acesso, proporcionou a inserção massiva dos membros da classe trabalhadora no ambiente universitário. Com isso, o PT fortaleceu entre a população brasileira a ideia de “governo dos pobres”.

Nos governos do PT, de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef, foram desenvolvidas programas na área da educação, a exemplo, dentre outros, do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e REUNI. No entanto, resguardando os aspectos positivos da emergência de tais programas é necessário frisar que eles

não se desvincularam das orientações dos organismos multilaterais, reforçando, pois, a lógica da expansão e interiorização do ensino superior com base no incentivo a sua mercantilização.

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) concede bolsas de estudos integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior em cursos de graduação e sequências de formação específica. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. O REUNI, foi instituído pelo Decreto n. 6.096 de 24 de abril de 2007 e tem como objetivos a ampliação de vagas no curso de graduação, a expansão de oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que tem como propósito diminuir as desigualdades no país.

É evidente que o REUNI foi o mecanismo usado pelo governo federal para impulsionar a expansão das universidades federais no território nacional. Entretanto, não podemos omitir que o Programa falhou em termos de recursos. Na verdade, metas como o aumento no número de vagas e a alteração da relação professor-aluno foram alcançadas, porém, o incentivo financeiro para sustentar a realidade das Instituições Federais após a adesão ao REUNI praticamente não ocorreu, tendo que continuar as atividades com recursos já existentes.

Segundo Sousa e Coimbra (2016, p.08),

No que se refere a dotação de recursos para a expansão das IFES nos moldes das pretensões do MEC (dobrar o quantitativo de vagas na rede pública federal e, até 2011, matricular 30% dos jovens de 18 a 24 anos na universidade, conforme prevê o PNE 2001- 2011), o REUNI prevê apenas um acréscimo de até 20% dos recursos para despesas de custeio e pessoal das IFES, condicionado a verba orçamentária do MEC, conforme as metas projetadas pelas IFES e de acordo com as metas globais do REUNI. Nesse aspecto se percebe uma grande fragilidade do Programa, pois, além de não ampliar de forma significativa os recursos das IFES, em comparação com as metas propostas, condiciona o repasse de recursos às verbas orçamentárias do MEC.

Ao realizarmos uma recuperação da educação superior nos governo de FHC e no governo de Lula é possível identificar:

- a) Qualificação abstrata e polivalente, a que a educação deve prestar-se, visando facilitar a mobilidade e transferência dos indivíduos de uma atividade à outra. É o que está sendo chamado de multifuncionalidade; b) aligeiramento da educação; c) o caráter moralista e filantrópico, que é fortemente veiculado pelos

organismos internacionais; d) formação de caráter técnico e instrumental: a perspectiva de adestramento, fundamentalmente produtivista e de racionalização dos custos da produção, acrescida da ideologia da flexibilidade, da qualidade total e de conteúdo privatista e mercantilista; e) concepção de educação de clara inspiração na Teoria do capital humano, a qual reduz a educação e o conhecimento a fatores de produção, com predomínio das demandas do mercado (GUERRA, 2013, p. 242).

Embora reconheçamos as dificuldades em relação a execução do REUNI, também precisamos considerar um aspecto de significativa relevância, que é o alargamento de oportunidades para a classe trabalhadora, no sentido de fazer com que acessem o conhecimento produzido no ambiente acadêmico. Nesse diapasão, Cepêda e Marques (2012) afirmam que entre os pontos positivos do REUNI destacam-se também a estratégia de espraiamento das vagas nas cidades interioranas, o que representa um enfrentamento evidente à lógica de concentração das IFES nas capitais. Assim,

a) criação de novas unidades em regiões com grande densidade populacional e baixa cobertura universitária de nível público; b) criação de novas unidades em regiões distantes e/ou com características socioculturais específicas com a implantação, principalmente, de licenciaturas; c) cobertura das regiões de fronteira, de hinterland, de integração e escoamento regional, ou ainda regiões portadoras de características socioculturais específicas (CEPÊDA e MARQUES, 2012, p. 183-184).

O avanço das políticas para o ensino superior precisa ser analisado a partir do movimento contraditório da realidade concreta. Por isso, é cabível apontar que, apesar de reconhecermos os pontos positivos do processo de expansão, os desafios são inúmeros e coloca em risco a qualidade da formação profissional, o que veremos mais adiante. Ao considerarmos as transformações capitalistas contemporâneas, sabe-se que as necessidades do mercado serão sempre priorizadas em detrimento das necessidades sociais, e no plano educacional superior essa realidade não é destoante.

Nesse contexto, cabe ressaltar que as universidades públicas não conseguiram acompanhar o ritmo de expansão das instituições de ensino privadas e EAD, justamente por não representar um espaço estrategicamente lucrativo para o grande capital. Ainda assim, essas universidades passaram a se adequar aos padrões de

produtividade, reconfigurando todos os aspectos relativos à formação. Consideramos que a refuncionalização do espaço acadêmico tal qual está ocorrendo nos últimos anos, vem provocando o desmantelamento da formação superior, em especial através da privatização interna das universidades públicas. O que se verifica é o fortalecimento da precarização do trabalho docente, pautado em relações contratuais temporárias, aliadas a sobrecarga de trabalho. É impensável uma formação de qualidade quando não é assegurada aos docentes as condições necessárias para o desenvolvimento de suas atividades.

Colocar em debate as universidades brasileiras na contemporaneidade significa, necessariamente, discutir as alterações realizadas no padrão de desenvolvimento das políticas educacionais implementadas nas últimas duas décadas. Como já escreveu Laval (2004, p, 43), a educação “[...] não encontra mais sua razão de ser na distribuição o mais igualmente possível do saber, mas nas lógicas de produtividade e rentabilidade do mundo industrial e mercantilista [...]”.

Podemos dizer, então, que a expansão da educação superior no Brasil ocorreu privilegiando o empresariado, de modo a atuar com forte investimento na formação de um contingente de profissionais difusores do projeto burguês de sociabilidade, pautado no conformismo e no colaboracionismo. Nessa perspectiva, cabe assinalar ainda a obrigatoriedade de enquadramento ao modelo produtivista incorporado pelo nível superior de ensino, enquanto ferramenta de dominação ideológica da burguesia em sua fase catalisadora de campos de exploração e monopolização do conhecimento.

Essa é, pois, a base material e ideológica que rege o metamorfoseamento do sistema educacional brasileiro, em especial o de nível superior, justificando a expansão do ensino privado e a emergência do ensino a distância, em detrimento da liberação de recursos para as universidades públicas. Portanto, é um dado de realidade que a contrarreforma do Estado brasileiro vem alargando e aprofundando a expansão do ensino superior, a partir de sua inserção na esfera mercadológica, privilegiando a parceria público/privada.

É importante destacar que:

As mudanças em curso desde 1996 estão indicadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mas foram as propostas de “reforma universitária” do Governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB),

seguidas pelas dos Governos Lula e Dilma (PT) que materializaram e agudizaram as propostas da LDB (BOSCHETTI, 2016, p. 17).

Os vários indícios da tendência de mercantilização do ensino superior, principalmente nos países subdesenvolvidos, ou seja, da explosão do empresariamento das políticas educacionais, expressa, em grande medida, a existência de uma população evidentemente carente de conhecimento, cuja aproximação com a educação formal ocorreu de maneira tardia e sem grandes investimentos (PEREIRA, 2016).

A contrarreforma do ensino superior no país tem representado um verdadeiro risco a qualidade do processo de formação profissional, bem como a carreira docente, marcada, inclusive, pelo adoecimento dos/das professores/as como reflexo da sobrecarga e precarização das condições de trabalho. Além do mais, o aligeiramento da trajetória acadêmica comumente executada nos últimos tempos, significa uma pretenciosa estratégia das organizações interessadas em excluir do processo de ensino elementos de extrema relevância como o incentivo à pesquisa e a extensão.

Logo, fica evidente a responsabilidade do Estado mediante o desdobramento da mercadorização do ensino superior, especialmente porque vem ocorrendo um favorecimento as instituições privadas e EAD, a partir da criação de um conjunto de medidas jurídico-normativas, que por sua vez asseguraram a condição de privilégio fiscal, visando à redução dos gastos e, conseqüentemente, a elevação das taxas de lucros para o empresariado.

O conjunto de intervenções do Estado no âmbito das políticas educacionais, em que pese à condução da ótica empresarial, criou, em contrapartida, as condições para um insofismável sucateamento das universidades federais. É preciso considerar nessa análise o estrangulamento orçamentário das IFES e Instituições de Ensino Superior (IES), os ajustes fiscais, o congelamento de concursos e salários.

Essa expansão do ensino superior, sob a lógica mercantil, especificamente nas particularidades dos países periféricos como o Brasil, caracterizados por uma economia marcadamente dependente, escancara a desastrosa subsunção das políticas educacionais ao capital, que não atribui relevância alguma a funcionalidade precípua dos espaços de produção do conhecimento, essencialmente voltados à dimensão do ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, no atual contexto de contrarreforma do ensino superior, segundo Guerra (2013), as universidades passaram a integrar o Núcleo de Serviços não exclusivos do Estado. Partindo dessa concepção, o ensino superior passou a se estruturar sob as orientações do processo produtivo, expressos na crescente instrumentalização, ou ainda, na tecnificação da formação, cada vez mais distante do saber crítico. Dessa forma, a educação superior adentra fortemente no campo da competitividade, incentivada pelos investimentos internacionais, a fim de consolidar uma política nacional de educação de caráter flexível, adequada a mundialização do capital.

Porém, é necessário ponderar as críticas, não no sentido de “esconder” os aspectos mercantis que perpassam a expansão do ensino superior no país durante o governo Lula, mas de evidenciar também os ganhos desse processo. Afinal, as mudanças na política educacional brasileira permitiram que os filhos da classe trabalhadora, de fato, se inserisse no ambiente acadêmico. Ainda que esse movimento seja contraditório, marcado por erros e acertos, a crítica não deve se desdobrar como mecanismo para desmerecer as ações do governo na educação superior, mas de argumentar em defesa do aperfeiçoamento da política.

Iniciativas como o aumento do emprego formal, da ampliação de políticas compensatórias, de ações de combate à fome e a valorização do salário mínimo são características dos governos do PT, reafirmando o compromisso com as classes subalternas. O cenário construído durante os governos do PT, em comparação aos governos anteriores, seguiu a perspectiva de consolidação da segurança do trabalhador, que migraram da informalidade para o trabalho formal.

A estratégia governamental de promover a distribuição da renda via gasto social é analisada e contrastada com a expansão do mercado de trabalho, que ocorre em paralelo. As melhores condições da economia fizeram com que o mercado de trabalho reagisse positivamente. Os salários reais valorizaram-se de forma a alcançar os trabalhadores de diferentes níveis de qualificação e regiões, o que acarretou a redução do hiato salarial entre níveis de escolaridade, e, além disso, aumentou o número de ocupados (OLIVEIRA, 2011, p. 13)

Logo, não podemos deixar de considerar que tais ações influenciaram positivamente na possibilidade de inserção dos filhos e filhas da classe trabalhadora ao ensino superior. Se antes dos anos 2000 o poder aquisitivo era o fator determinante para a inserção das pessoas no nível superior de ensino, os anos que o sucederam

apontam uma realidade destoante, pois a chegada dos cursos de graduação nas cidades interioranas possibilitou a formação profissional àqueles/àqueles que não possuíam condições de estudar nas capitais. Com isso, abriu-se também a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, considerando que a graduação também representa a construção de mão de obra qualificada.

É certo que a política educacional assumiu um lugar de destaque nos governos do PT, ou seja, tanto no governo Lula quanto no de Dilma. Não por acaso, a logomarca da campanha de Dilma Rousseff em 2014 foi “Brasil, pátria educadora!”. Entre erros e acertos, percebe-se que a expansão do ensino se deu em consonância com o entendimento da necessidade da permanência dos estudantes na Universidade, embora ainda se tenha muito a desenvolver nesse quesito, a exemplo de uma política de assistência estudantil que assegure a permanência dos estudantes na universidade.

A caracterização da contrarreforma do Estado e as metamorfoses nas políticas sociais na contemporaneidade passa certamente pelo entendimento dos mecanismos e jogadas políticas que conformam a raiz do golpe de 2016. As alianças estabelecidas por Lula para manter o apoio do Congresso se mostrou uma estratégia negativa, quando o que deveria ter sido feito era a derrocada do esquema que já existia bem antes da chegada do PT à presidência da república.

Tal aliança fomentou a revolta e o ódio contra o PT, apontando uma possível formação de quadrilha. Isso impulsionou uma série de denúncias sem provas, pautadas no discurso de “luta contra a corrupção”, incentivada pela grande mídia e que, em pouco tempo, assumiu enormes proporções, obtendo, inclusive o apoio de inúmeras instituições e entidades.

Para Saviani, 2018, p.28 – 29,

No clima de ódio contra o PT incentivado com a insistência da mídia diariamente esmiuçando denúncias não comprovadas contra Dilma, Lula e o PT criou-se uma situação muito grave porque todas as instituições da República (Judiciário, Ministério Público, a própria Ordem dos Advogados do Brasil, as entidades empresariais, Parlamento, Partidos políticos, toda a grande mídia televisiva, escrita e falada) encontram-se conspurcadas e obcecadas com o único objetivo de destruir o PT e impedir Lula de voltar a se candidatar. E, para isso, não têm pejo em violar as normas jurídicas relativas aos direitos mais elementares, inclusive dispositivos constitucionais, desembocando no golpe parlamentar-jurídico-midiático desencadeado em 17 de abril na Câmara dos Deputados e consumado no Senado em 31 de agosto de 2016.

Nas considerações de Saviani (2018), ficam explícitos os interesses político-partidários por trás do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Com o apoio do judiciário, representado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, a primeira e única mulher a ocupar o cargo de presidenta do Brasil teve o seu mandato presidencial cassado em 31 de agosto de 2016, marcando a consumação do golpe por meio da decisão do Senado Federal.

A retirada de Dilma Rousseff da presidência da república representou uma ruptura no Estado democrático de Direito e a consolidação cada vez mais explícita de um verdadeiro Estado de exceção. Em que pese a gestão de Michel Temer à frente da presidência do país podemos afirmar que o Estado sofreu um aprofundamento das contrarreformas iniciadas na década de 1990, justamente porque seguiram à risca as orientações dos organismos internacionais. Vale apontar que em 2016 foi aprovada a emenda a constituição (EC) 95/2016, congelando os recursos por 20 anos para saúde, educação e assistência social, que são os direitos sociais mais elementares. Conforme Moraes (2018, p.30),

Com o afastamento de Dilma Rousseff quebrou-se a institucionalidade democrática deixando de existir o Estado Democrático de Direito. E passamos a viver num Estado de exceção com uma sequência de atos discricionários abrindo margem a uma verdadeira escalada do arbítrio, num estado de golpe contínuo constituído por atos que se sucedem eivados de ilegalidade cometidos pelo Executivo, por parlamentares, pelo Judiciário e pela imprensa que vão desde as condenações sem provas até, às vésperas da eleição, a liberação de delação, a censura à imprensa na forma do impedimento de entrevistar Lula em contraponto à autorização de entrevista de Bolsonaro à TV Record no horário do debate dos candidatos à presidência da República (MORAES, 2018, p. 30).

Não obstante, ao aproximar-se das eleições de 2018, de acordo com Moraes (2018) o jogo político e fraudulento continuou a todo vapor. Desta vez, o foco voltou para Lula, que se mostrou, na época, um forte candidato a vencer a corrida presidencial. Cientes do apoio popular em relação à candidatura de Lula, cuja confirmação se deu com os resultados das pesquisas eleitorais, o grupo jurídico-parlamentar-midiático, movido por interesses políticos promoveu a prisão de Lula, sem quaisquer provas para sua condenação.

Com a prisão de Lula, a onda fascista ganhou impulso, representada pela candidatura de Bolsonaro, com discursos de reprodução da misoginia, do racismo, da LGBTIfobia e de defesa da Ditadura Militar. Eleito em 2018, o governo Bolsonaro

expressa o avanço do neoliberalismo ortodoxo, pautado em ações repressivas, de retiradas de direitos com legitimação consolidada nas urnas.

Segundo FILHO, 2018, p.23 – 24,

[...] a viabilização eleitoral de um candidato de perfil autoritário, o ex-capitão do exército Jair Bolsonaro. Esse deputado, que se notabilizara por declarações nacionalistas e contrárias às privatizações do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, surpreendentemente apresentou-se como candidato com um programa neoliberal ao extremo. Ao mesmo tempo, com um discurso de acirrado conservadorismo nos costumes e extremamente repressivo em matéria de segurança pública, procurou atender tanto às preocupações do fundamentalismo religioso, quanto aos medos de amplas camadas da população afetadas pelo crescente banditismo nas cidades brasileiras. Suas frases raivosas, muitas vezes ofensivas, receberam ampla cobertura da mídia, o que acabou servindo para ampliar sua popularidade.

Um traço marcante das medidas empreendidas pelo governo Bolsonaro foi justamente à tentativa de validação do projeto “FUTURE-SE”, que ganhou evidência em 2019, fortemente defendido pelo governo, pretendendo consolidar no espaço acadêmico um *ethos* empreendedor, com o discurso de que proporcionaria o aumento dos recursos para as universidades. Entretanto, o que se verifica é uma tendência à supressão significativa da autonomia universitária. Portanto, o “FUTURE-SE” não surgiu de forma aleatória, mas como processo de continuidade do desmonte do ensino superior público.

Outro traço marcante do movimento de desmonte da educação aprofundado neste governo tem como característica o estabelecimento de uma racionalidade mercantil/empresarial, fundada na lógica do gerenciamento de resultados. É, pois, a desvalorização do pensamento crítico, de modo que as formações acadêmicas devem estar voltadas a perspectiva tecnicista e meramente pautada nos interesses do mercado. Embora o discurso de aperfeiçoamento das políticas educacionais seja usado para fundamentar as estratégias de privatização, é necessário compreender que uma sociedade sem mentes pensantes de um ponto de vista crítico-analítico está fadada ao fracasso.

O contexto hodierno do Brasil se configura como um dos mais sombrios ao longo deste início de século. A perspectiva ideológica de Bolsonaro e suas ações têm revelado a sua posição como verdadeiro inimigo do conhecimento científico e defensor do obscurantismo. Em meio a uma pandemia, como é o caso da Covi-19, o

presidente não desenvolve ações de combate a esta pandemia, fazendo uso de práticas discursivas reiteradas para maquiar os seus efeitos na tentativa de convencer a população de que a doença se trata de apenas uma “gripezinha”.

A postura rígida, tanto de Bolsonaro quanto de seus ministros, contra a racionalidade afeta em grande medida o avanço das universidades na sua função social. Os ataques à academia seguem desde os cortes orçamentários até os discursos que visam desqualificar o corpo docente, os funcionários públicos e fomentar o desrespeito aos estudantes, que se torna notável por meio das restrições do acesso as ações de assistência estudantil, como o direito a restaurantes universitários e a bolsas de incentivo ao desenvolvimento de pesquisas científicas etc. Mais do que nunca, é possível percebermos a falta que fazem os recursos retirados da saúde, educação e assistência social, enquanto setores primordiais no enfrentamento da Covid-19. São tempos de destruição das políticas públicas, de desvalorização da vida humana e de ataques ao pensamento crítico-científico.

Por fim, partindo do entendimento de que as alterações nas políticas educacionais para o ensino superior englobam inclusive a interiorização das formações acadêmico-profissionais, tanto no sentido de reforçar a mercantilização, bem como ampliar o número de vagas e a inserção da lógica gerencialista de resultados nas universidades públicas, o próximo tópico se apresenta como uma reflexão em torno dos impactos mais diretos desse processo para o ensino de graduação em Serviço Social.

3.2 O ensino de graduação em Serviço Social no contexto de crise estrutural do capital: tendências contemporâneas

O trato crítico-analítico do desenvolvimento dos cursos de graduação em Serviço Social não pode se realizar distante das reflexões sobre a realidade social em sua historicidade e, sobretudo, contemporânea. Afinal, a realidade social é o espaço onde se materializa a vida cotidiana da população usuária do trabalho do/da assistente social (IAMAMOTO, 2013).

É insofismável que atualmente a educação de nível superior também funciona como forma de adestrar e alienar as pessoas face suas reais condições de vida e trabalho na sociedade capitalista. Ao incidir na consciência dos sujeitos, a sociedade

de classes tende a se tornar cada vez mais evidente ao passo que a burguesia alcança efetivamente, através do modelo elitista de ensino, a materialização de uma significativa parte dos seus interesses. Para Orso (2008, p.52),

Ou seja, uma educação voltada para estimular o individualismo, para fomentar a competição, para enaltecer a concorrência, para premiar pela produtividade e punir pelos resultados não desejados, permitindo assim, selecionar os mais aptos e mais adaptados, de acordo com os valores vigentes nessa sociedade – uma educação para a subserviência.

O tempo histórico presente demarca e reflete os aspectos da realidade, no qual se registra um Estado burguês de caráter híbrido, cujo ápice de sua expressão é a liberação de poucos investimentos para as políticas sociais, absorção, consideravelmente, reduzida das demandas da classe trabalhadora e apreensão e execução dos interesses do empresariado. Importa evidenciar que a própria Política Nacional de Educação (PNE) em vigência, favorece os investimentos no âmbito do capital privado.

Outro aspecto que não pode passar despercebido no conjunto das reflexões sobre as mudanças na política de educação superior e que certamente impactam à formação-acadêmico profissional em Serviço Social é que concomitante a lógica de expansão das instituições privadas, a autonomia universitária também tem sofrido ataques de forma reiterada. Conforme Leher (2019, p. 222),

Se a autonomia não é forte, é porque a democracia é débil e vice-versa. Governos com pretensão autocrática, igrejas fundamentalistas, grupos econômicos hostis ao desenvolvimento social, agrupamentos corporativos particularistas, forças políticas conservadoras em geral não possuem apreço à autonomia. E é a autonomia que fomenta a liberdade de cátedra, a pesquisa livre, a gestão democrática e o protagonismo estudantil em busca de outros anseios sociais. E é nesse ambiente que a pesquisa científica e tecnológica viceja.

Em meio ao crescimento exponencial das instituições privadas e EAD, aos ataques a autonomia das universidades brasileiras e cortes de recursos para a educação é fundamental considerarmos que as contradições do modo de produção capitalista e as particularidades que ele assume no contexto de aprofundamento do ideário neoliberal no Brasil incidem decisivamente na qualidade da formação de assistentes sociais. Esse nos parece ser o caminho através do qual conseguiremos

captar as particularidades da expansão da graduação em Serviço Social, a fim de identificar as reais possibilidades e limitações no que se refere à construção de um perfil profissional de acordo com as orientações das Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Enquanto que no atual contexto o ideário pós-moderno se espalha, principalmente na academia, o qual, como já dito anteriormente, põe em xeque a validade do marxismo enquanto perspectiva de apreensão da realidade, no Serviço Social, hegemonicamente, acredita-se que o cumprimento das atribuições profissionais do/da assistente social na contemporaneidade passa pela indispensável adoção da teoria social crítica, responsável por fundamentar parte significativa do trabalho profissional e das elaborações teóricas da categoria nas últimas quatro décadas. As incidências da tradição marxista no Serviço Social cumpre um papel fundamental no campo da formação e do trabalho profissional, fomentando a realização de leituras críticas do real concreto e orientando a construção de objetivos e a efetivação de intervenções éticas nos diferentes espaços de atuação dos/ das assistentes sociais.

De acordo com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, é fundamental que os discentes e docentes estejam sempre instigados a investigar e a interpretar, pois essas são características que devem marcar permanentemente o processo de formação. Para tanto, a orientação é que o desenvolvimento das análises se dê numa perspectiva crítica, que, apesar de não ser homogênea na categoria, podemos afirmar sua hegemonia. “Nesse sentido, a pesquisa deve ser entendida como estratégia contínua de formação, de modo a permitir aos alunos a dimensão investigativa em todo processo e não a pesquisa apenas como uma disciplina” (BOSCHETTI, 2004, p.29)

Segundo Koike (2009), os temas abordados ao longo da formação acadêmico-profissional em Serviço Social são selecionados com base na estrutura das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que definiu alguns núcleos temáticos, ou seja, o núcleo de fundamentação da vida social, da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional. Com o arcabouço teórico adquirido durante a dinâmica da formação profissional, mais especificamente na pesquisa e extensão, obviamente mantendo o vínculo com o conhecimento oriundo da sala de aula, é que os/as assistentes sociais devem apreender, no miúdo do cotidiano, as devidas mediações entre os/as usuários/usuárias e seus respectivos direitos. Assim,

Trata-se, portanto, de um processo de formação acadêmica do/da assistente social que deve proporcionar uma compreensão histórica e social das relações entre indivíduos, sociedade e natureza. Bem como, a percepção de que a teoria crítica-dialética, debatida em sala de aula, direciona o exercício profissional pelo compromisso com os/as usuários/usuárias dos serviços prestados pelas políticas sociais, nas quais são campo de trabalho. Confirma e legitima o legado da construção do Código de Ética Profissional que tem como princípio a responsabilidade de uma atividade voltada à defesa dos direitos sociais e humanos, respeitando os sujeitos com suas maneiras de ser (ALBUQUERQUE, PEREIRA, 2016, p. 104)

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS, ora em vigência, tributária do conjunto de debates desenvolvidos em âmbito nacional e regional recomenda como deve ocorrer a formação em Serviço Social, diferentemente do que apenas requisita o mercado, particularmente voltada para a compreensão do significado social da profissão, pautada na perspectiva crítica. Logo, apontam para a constituição de um perfil profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora, capaz de empreender análises do real concreto, de questionar a sociabilidade burguesa e desenvolver estratégias de enfrentamento as medidas que representem retrocessos no plano dos direitos sociais e não um perfil profissional técnico, pragmático, acrítico etc. Portanto, defende um rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a apreensão dos problemas e desafios com os quais o/a assistente social se depara no universo da produção e reprodução da vida social (ABEPSS, 1996).

Enfim, As diretrizes da ABEPSS apontam para a adoção da teoria social crítica como o caminho mais viável para apreender a totalidade na perspectiva da universalidade, particularidade e singularidade. É com base nesse referencial teórico-metodológico que os profissionais situarão suas análises em torno da dinâmica peculiar da produção e reprodução da sociedade capitalista em tempos históricos díspares, inclinando-se sobre as múltiplas expressões da questão social e a responsabilidade do Estado, bem como da sociedade civil frente às necessidades sociais.

Dentre os princípios estruturantes das referidas Diretrizes Curriculares e que orientam a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa destacam-se ainda o

Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; (ABEPSS, 1996, p 6 - 7).

Não há dúvidas de que a postura profissional do Serviço Social tal qual se apresenta no contexto hodierno só foi possível justamente por via da aproximação da categoria com a tradição marxista. A apropriação pela profissão da teoria social crítica não ocorreu de forma linear e corresponde exatamente ao conjunto de determinações históricas e das particularidades de cada país, conferindo ao Serviço Social, especialmente na década de 1980 e, principalmente, em 1990, um acúmulo teórico-crítico de qualidade, capaz de consolidar sua posição acadêmica.

Ainda que apresentemos os núcleos separadamente, cabe sinalizar que estes deverão ser trabalhados de forma articulada ao longo de todo desenvolvimento do ensino de graduação, pois esse é o mecanismo pedagógico através do qual os estudantes apreendem sobre a constituição histórica do ser social, sua relação com o desenvolvimento da sociedade burguesa, e se colocam diante da necessidade de captar a totalidade do real concreto, enquanto “unidade do diverso, síntese de múltiplas determinações (MARX, 1968, p. 14)

Os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social devem primar pela defesa de uma formação acadêmico-profissional assentadas em moldes críticos, assegurando as condições de desenvolver profissionais com posturas éticas e compromissados/as com a luta pela efetivação do Projeto Ético-Político Profissional. Assim, os cursos de Serviço Social carrega a responsabilidade de “remar” contra a maré dos efeitos negativos do processo de expansão exacerbada do ensino, que ocorre via instituições privas e EAD, visando um processo formativo vinculado a articulação das dimensões históricas, teóricas e metodológicas.

A despeito de todas as conquistas da profissão, especialmente, no que diz respeito à formação acadêmico- profissional, na contemporaneidade, o combate ao avanço do conservadorismo tem assumido posição de destaque nos debates travados pela categoria, ressaltando possíveis riscos tanto para o processo de formação quanto para trabalho profissional. Ora, um traço marcante da atualidade é o privilegio concedido à perspectiva pós-moderna em detrimento do pensamento crítico-dialético.

Em larga escala, esse é um fato preocupante e que explicita desafios, sobretudo porque alguns dos seus adeptos não consideram a relevância do marxismo no trato cuidadoso da realidade social, como dito anteriormente.

Nesse sentido, verifica-se uma crescente desvalorização do marxismo e uma verdadeira tentativa de priorização da ideologia pós-moderna. Para Chauí (2001), essa nomenclatura pretende marcar a ruptura com as ideias clássicas que fizeram a modernidade. A pós-modernidade seria, pois, como uma parte importante no processo de consolidação de uma nova racionalidade, ou seja, de analisar os aspectos da realidade social sem considerar os elementos sócios históricos que a constitui. Portanto,

O pensamento “pós-moderno”, tomando proveito das equivocadas denúncias do “fim do trabalho”, “fim da história”, “fim da ideologia”, ganhou espaço nas ciências sociais e humanas e influenciou muito o debate acadêmico nos últimos anos. O estudo fragmentado da vida social deu margem a “ideologia” automeada “pós-moderna (LARA; LUPATINI; TRISTÃO, 2009, p. 23).

Fazendo uso das considerações de Coelho (2005), a pós-modernidade atua diretamente na negação contínua do projeto de emancipação humana, àquele que se configura como herança do século XIX e que até os anos iniciais do século XX influenciaram o fortalecimento das lutas de cunho democrático e socialista. As implicações da perspectiva pós-moderna no Serviço Social são conhecidas, porque coloca em cheque o patrimônio ético-político construído pela categoria profissional ao longo dos últimos 30 anos no Brasil.

Para Junior (2016, p.170),

Em resumidas contas, temos aí as duas implicações da influência da pós-modernidade no Serviço Social: primeiro, o empobrecimento teórico-metodológico e ético-político da prática profissional vinculada ao Projeto Ético-Político; segundo, a maior imantação dos posicionamentos individualizantes e despolitizadores. Agora avaliemos como essas duas implicações se articulam no quadro da crise capitalista para reconfigurar a intervenção do Serviço Social. Numa conjuntura como essa aquela influência coopera para rearranjar as bases da legitimidade profissional em favor das classes e segmentos empregadores, em última instância robustecendo o campo da supremacia burguesa da fase restauracionista.

O surgimento de posturas que se apresentam libertárias no interior da profissão denuncia a invasão da perspectiva pós-moderna. A recente constituição de um grupo denominado “Serviço Social libertário”, composto por profissionais que não compactuam com a perspectiva hegemônica da categoria reivindica ações mais pontuais, descoladas do debate de classe vem ganhando espaço nas redes sociais. O espraiamento da concepção pós-moderna pode alterar substancialmente os rumos da formação acadêmico-profissional e do trabalho profissional e justamente por isso o Serviço Social se depara hoje com a urgente necessidade de fortalecer a adoção da perspectiva crítico-dialética pela categoria.

Nesse contexto, o sistema capitalista também vem se apropriando indubitavelmente das práticas pedagógicas e erigindo um modelo de educação que concentra no campo dos objetivos a necessidade de alienar mais ainda a classe trabalhadora, tanto no que tange a genuína lógica que sustenta sua formação - intrinsecamente relacionada à conveniência do mercado de trabalho –, quanto as suas reais potencialidades crítico-reflexivas e interventivas.

É perceptível o quanto a concepção de educação vigente no país está vinculada as demandas do mercado de trabalho, especialmente porque no e para o modelo de sociabilidade capitalista não importa o sujeito na sua dimensão integralmente humana, mas simplesmente enquanto àqueles/as que ao dispender sua força de trabalho estará direta ou indiretamente contribuindo para o processo de valorização e acumulação de capital. Assim,

[...] a função hegemônica da educação é a de preparar os indivíduos para se inserirem no mercado de trabalho. Pois, nesta forma de sociabilidade, o indivíduo vale enquanto força-de-trabalho e não enquanto ser humano integral (TONET, 2012, p.16).

Tais questões colocam para o Serviço Social preocupações e desafios concretos, que estão para além do espaço da formação, se expressando proficuamente na dimensão interventiva do fazer profissional. A produção de conhecimento na área de Serviço Social não segue um padrão gnosiológico, e isso se evidencia através da hegemonia da perspectiva materialista-dialética. Entretanto, o tempo histórico presente aponta para a necessidade do enfrentamento às tendências e perspectivas que se aproximam da profissão e ameaçam não só a construção de

conhecimento crítico, bem como todo o patrimônio ético-político conquistado pela categoria profissional.

Embora a realidade fenomênica dificulte a compreensão cristalina dos processos sociais, é primordial entender que existe uma relação direta entre o padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro, a subestimação do pensamento crítico-dialético - como modo de apreensão e fundamentação da prática interventiva na realidade social - e as requisições do empresariado sobre a formação profissional, que resulta na precarização do trabalho.

Os cursos das humanidades assumem a condição de principais alvos do governo na lógica de expansão, especialmente por serem considerados mais baratos, pois não requerem, por exemplo, gastos com aparelhos tecnológicos e laboratórios.

É necessário destacar a responsabilidade do Estado mediante o desdobramento da mercadorização do ensino superior, especialmente porque ocorre um favorecimento das instituições privadas e EAD a partir da criação de um conjunto de medidas jurídico-normativas que asseguram o privilegiamento fiscal, visando à redução dos gastos e, conseqüentemente, a elevação das taxas de lucros. O desmonte da educação superior se expressa, sobretudo, na redefinição dos espaços universitários, principalmente por meio do processo de privatização, da retirada da autonomia das universidades públicas e do incentivo a lógica do produtivismo acadêmico.

O curso de Serviço Social se tornou um alvo privilegiado dessa lógica de expansão, através da ampliação das instituições de ensino privado e a distância. No que se refere à modalidade EAD, os curso de graduação em Serviço Social foram ampliados a partir dos anos 2000, o que impulsionou a resistência das entidades representativas da categoria profissional, sob o argumento de uma expansão desordenada que se contrapõe a uma formação crítica, capaz de construir um perfil profissional verdadeiramente qualificado, com rigor teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo (PEREIRA; FERREIRA; SOUZA, 2014).

Pereira (2018, p. 32) afirma:

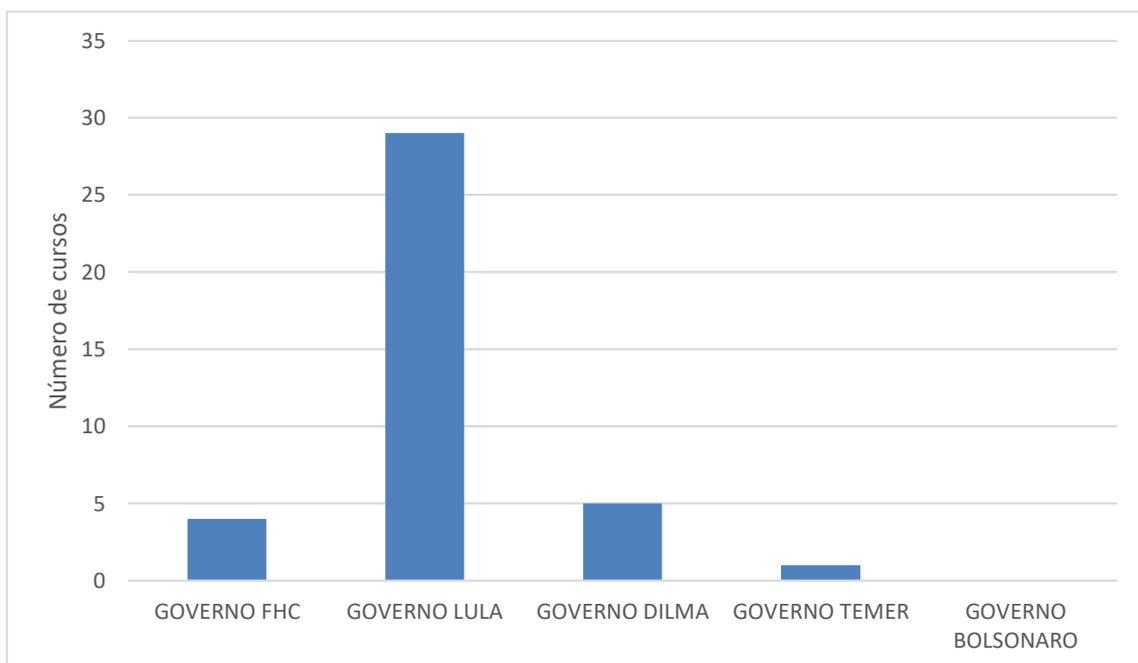
Na área de Serviço Social, mais da metade dos cursos públicos atualmente existentes foi criada entre os anos de 2003 e 2016, o que é muito impactante para a profissão. Lembremos que o período da ditadura militar fora o que havia criado, até então o maior número de cursos públicos de Serviço Social no país, o que trouxe inclusive,

dentre outros fatores, a possibilidade concreta de renovação profissional.

Assim, as duas décadas iniciais do século XX registraram o crescimento exponencial de cursos de Serviço Social, cuja concentração ocorreu principalmente, na análise de Pereira (2018), durante os governos de Lula em detrimento do governo de Dilma.

No gráfico a seguir, podemos verificar o crescimento no número de cursos públicos de Serviço Social a partir dos anos 1995:

GRÁFICO II:
CURSOS PÚBLICOS DE SERVIÇO SOCIAL CRIADOS ENTRE OS ANOS 1995 E 2020



Fonte: Dados coletados do sistema E-MEC, em Setembro de 2020. Elaboração própria.

Com base nos dados disponibilizados pelo sistema e-MEC, entre os anos 1995 e 2000, foram criados 36 cursos de Serviço Social na modalidade presencial. Deste número, cabe frisar que apenas 04 surgiram no último mandato de FHC, já durante o governo Lula o sistema registra a abertura de 29 cursos, 05 no período em que Dilma esteve no poder, 01 no governo de Michel Temer e não há dados referente ao surgimento de novos cursos de Serviço Social desde que Bolsonaro assumiu a presidência da república.

Destacamos que a abertura de novos cursos de graduação estão vinculados a perspectiva de interiorização do ensino superior, no qual o REUNI cumpre uma tarefa importante. No contexto atual, a graduação em Serviço Social encontra-se

perpassada de investidas mercadológicas, que ganham materialidade através do ensino nas instituições privadas e EAD, reverberando com muita intensidade na formação profissional, tendo em vista que não assegura as condições necessárias à construção de um perfil profissional sintonizado com o projeto de formação profissional expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996. Conforme comenta Boschetti (2016, p. 19):

O ensino de graduação presencial aligeirado, assim como o ensino de graduação a distância, não assegura a formação com a qualidade que está na pauta das históricas bandeiras de luta do movimento docente do Serviço Social brasileiro, como: educação como direito de todos e dever do Estado; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; processo formativo básico com perspectiva de totalidade e apreensão crítica da realidade; ensino do trabalho profissional em diferentes momentos do processo formativo e em várias disciplinas; realização do estágio presencial, com articulação estreita entre acompanhamento do supervisor acadêmico e de campo; realização de pesquisa e investigação como princípio formativo que deve perpassar todo o currículo [...].

O Estado tem provocado, sobretudo nos últimos anos, um verdadeiro sucateamento das IFES, seja no sentido da provisão de recursos humanos, que implica em limitar os novos concursos para docentes e técnico-administrativos, ou ainda no que se refere ao financiamento, com explícita redução dos recursos para o campo da formação profissional (AMARAL, 2003).

É problemático o ensino de Serviço Social em espaços de formação que não priorizam efetivamente a lógica da formação crítica, mas que preza pela concepção mercantil, porque, dentre outras questões, resulta no robustecimento da precarização, considerando também que ao concluírem a graduação “[...] os profissionais poderão exercer a supervisão de campo ou até mesmo à docência, retroalimentando as fragilidades no processo formativo de outros profissionais” (PEREIRA, 2016, p. 46).

O respeito à substancialidade das Diretrizes Curriculares da ABEPSS é fundamental para assegurar que o corpo discente possa compreender inclusive do ponto de vista orgânico, a dinâmica do exercício profissional, nos mais diversos espaços sócios ocupacionais, de modo a perceber as possibilidades e os desafios da atuação dos/das assistentes sociais, frente ao avanço do ideário neoliberal, responsável pela crescente espoliação dos direitos sociais.

O contexto é ameaçador. Observa-se a manipulação dos desejos da população, a criminalização dos movimentos sociais, a eliminação de determinados segmentos sociais e o avanço do neoconservadorismo no interior da categoria profissional, como já constatou Santos (2007).

O neoliberalismo aprofunda a difusão da noção de individualidade e competitividade para o conjunto da sociedade, logo, é notável o incentivo a privatização do ensino. Nessa lógica da competição somente, e tão somente, uma parcela ínfima é vencedora, enquanto os demais, no caso a maioria, não tem sequer o direito de frequentar o âmbito escolar. Portanto, há que se notar que a educação também reflete e/ou reproduz as desigualdades sociais em larga escala.

Poderíamos questionar, os programas de ampliação de vagas nas universidades públicas e privadas atuaram no enfrentamento das desigualdades de acesso? Não podemos deixar de reconhecer que sim, tais programas cumpriram um papel indispensável no estreitamento dos laços entre a classe trabalhadora e a esfera do conhecimento acadêmico. Porém, esse não é o cerne da questão. Ocorre que a problematização gira em torno da qualidade do acesso ao ensino superior e suas condições de permanência na vida acadêmica.

Nas universidades públicas, por exemplo, o REUNI traçou como objetivo a expansão das vagas de ensino superior público em cinco anos. Entretanto, o aumento do número de vagas implica necessariamente na elevação dos recursos para provimento das atividades acadêmicas com qualidade. Se isso não ocorre, a realidade registrará o surgimento de turmas bastante numerosas, o agravamento do quadro de adoecimento docente decorrente da intensificação e precarização do trabalho destes e, conseqüentemente, se criam dificuldades a mais na materialização cotidiana da tríade ensino-pesquisa-extensão no cotidiano das universidades.

O Estado tem provocado um verdadeiro sucateamento das IFES, seja no sentido da provisão de recursos humanos, que implica em limitar os novos concursos para docentes e técnico-administrativos, ou ainda no que se refere ao financiamento, com explícita redução dos recursos para o campo da formação profissional (AMARAL, 2003).

A possibilidade de efetivação das Diretrizes curriculares da ABEPSS se fragiliza intensamente diante dos desmontes das políticas sociais, especialmente da educação superior, que rebate diretamente na qualidade do ensino de Serviço Social, inclusive contribuindo com veemência para o tensionamento do projeto ético-político da

categoria profissional, sobretudo por proporcionar uma recorrência às leituras aligeiradas da realidade, fundamentando práticas fatalistas ou messiânicas.

Os rebatimentos desse contexto no Serviço Social ganha especificidade também na pós-graduação, pois:

Há um evidente estímulo e fortalecimento de cursos de curta duração, com autofinanciamento, com os mestrados profissionais. Essa tendência está em consonância com o Processo de Bolonha, que preconiza uma “pós-graduação a serviço do mercado e da competitividade” (BOSCHETTI, 2016, p. 20).

Considerando que os processos educativos na atualidade estão intimamente marcados pelo aprofundamento da crise do capital, o crescente sucateamento das escolas e universidades públicas e a expansão significativa das instituições de ensino privado reforça a discussão sobre o processo de formação profissional enquanto expressão da luta de classes, embora essa realidade não apareça de maneira imediata para o conjunto da população.

Entretanto, vale frisar que o Serviço Social não assume uma postura passiva diante dos ataques oriundos da ofensiva do capital na contemporaneidade. A categoria profissional vem implementando estratégias de resistência e de combate às investidas do capital tanto na formação, quanto no trabalho profissional. Podemos ressaltar a recusa da criação de mestrados profissionais na área; a defesa intransigente de um projeto de formação que está para além das requisições do capital; a luta por um ensino de qualidade, fundamentado em uma perspectiva crítica, reflexiva e propositiva, que orienta a construção de um perfil profissional voltado a viabilização dos direitos sociais à população, o Projeto ABEPSS Itinerante, que visa fortalecer o atual Projeto de Formação Profissional, dentre outras.

Em meio a expansão interiorizada do ensino superior, através da qual se justifica o aumento no número de cursos de graduação em Serviço Social, o CFESS vem fortalecendo suas ações em defesa da educação pública, crítica e de qualidade. Importa sempre destacar que a crítica da categoria acerca da expansão do ensino está relacionada à modalidade, em especial, à distância, e não ao conjunto de estudantes e docentes que integram esse sistema de formação.

Ao tomar conhecimento de investidas ilegais por parte do empresariado, o CFESS também resolveu construir coletivamente um documento com base nas informações apreendidas pelo Grupo de Trabalho Nacional de Formação. A proposta

é a de elaboração de um relatório que trate sobre os cursos de extensão que se apresentam como graduação em Serviço Social. Com o desdobramento da contrarreforma do Estado, incidindo nas políticas educacionais para o ensino superior, cuja expressão também se deu por meio da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, a categoria profissional sentiu a necessidade de pautar mais fortemente a defesa da formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

Logo, podemos afirmar que a história do Serviço Social registra a realização de outras campanhas na contramão da perspectiva de educação como mercadoria, pautando, portanto, a qualidade do processo formativo acadêmico-profissional. Dentre elas, uma que data inclusive do final da década de 1990 para o início dos anos 2000, mais precisamente dos anos 1999-2002, que trouxe como tema “Brasil, Mostra a Tua Cara!”. Ao longo dos últimos 20 (vinte anos), houveram outras campanhas, como a de 2011 com o tema “Educação não é fast-food”, e entre as mais recentes, a de 2019, “Formação com qualidade é educação com direitos para você. Graduação em Serviço Social: só se for legal, crítica e ética”.

Desta forma, as alterações pelas quais passam as universidades públicas brasileiras impõe um conjunto de inquietações à categoria profissional de Serviço Social. Com base nisso, torna-se urgente à necessidade de apreender as inflexões para a formação profissional. Tal esforço poderá captar o concreto caótico e contribuir para o reforço e ampliação das estratégias de resistência político-institucional, na perspectiva de defesa da universidade pública e da formação de qualidade.

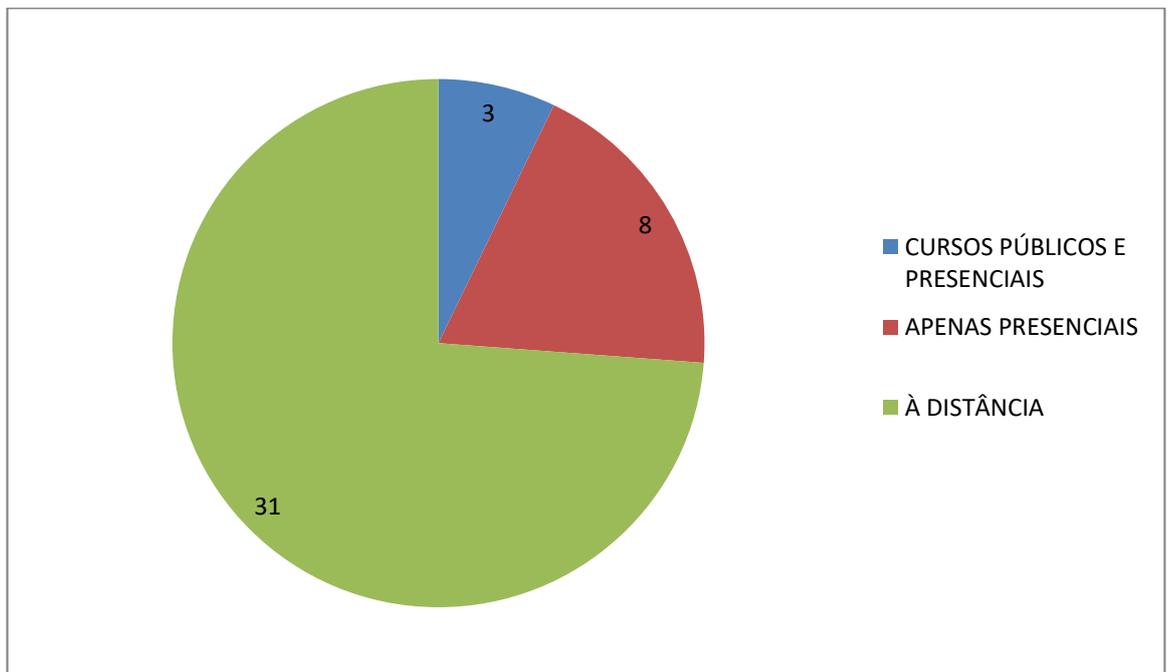
Portanto, as transformações em curso no ensino superior vem afetando substancialmente a formação profissional em Serviço Social, mas, como ressalta Lewgoy (2013), tem se constituído também enquanto uma demanda real para a profissão na defesa da formação. Reforça-se, pois a oportunidade do Serviço Social se colocar ainda mais estrategicamente nas trincheiras da luta coletiva, reafirmando a relevância do projeto ético-político e das Diretrizes Curriculares de 1996.

A estratégia de interiorização do ensino superior em curso na sociedade brasileira impacta diretamente no processo de desenvolvimento local e regional, na medida em que investe na formação de mão de obra qualificada. Em consequência, ocorre um movimento de redução da quantidade de pessoas nas capitais. Sabemos que as capitais registram enorme concentração populacional e isso se dá também pela histórica necessidade de deslocamento de muitos estudantes do interior para as regiões metropolitanas, tendo em vista a majoritária oferta de cursos de graduação.

O gráfico a seguir apresenta a realidade do estado da Paraíba no que se refere ao quantitativo de cursos públicos e presenciais, apenas presenciais sem gratuidade e os cursos ofertados na modalidade à distância.

GRÁFICO III:

CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NA MODALIDADES PÚBLICO – PRESENCIAIS, APENAS PRESENCIAL, À DISTÂNCIA NO ESTADO DA PARAÍBA



Fonte: Dados coletados do sistema E-MEC, em Setembro de 2020. Elaboração própria.

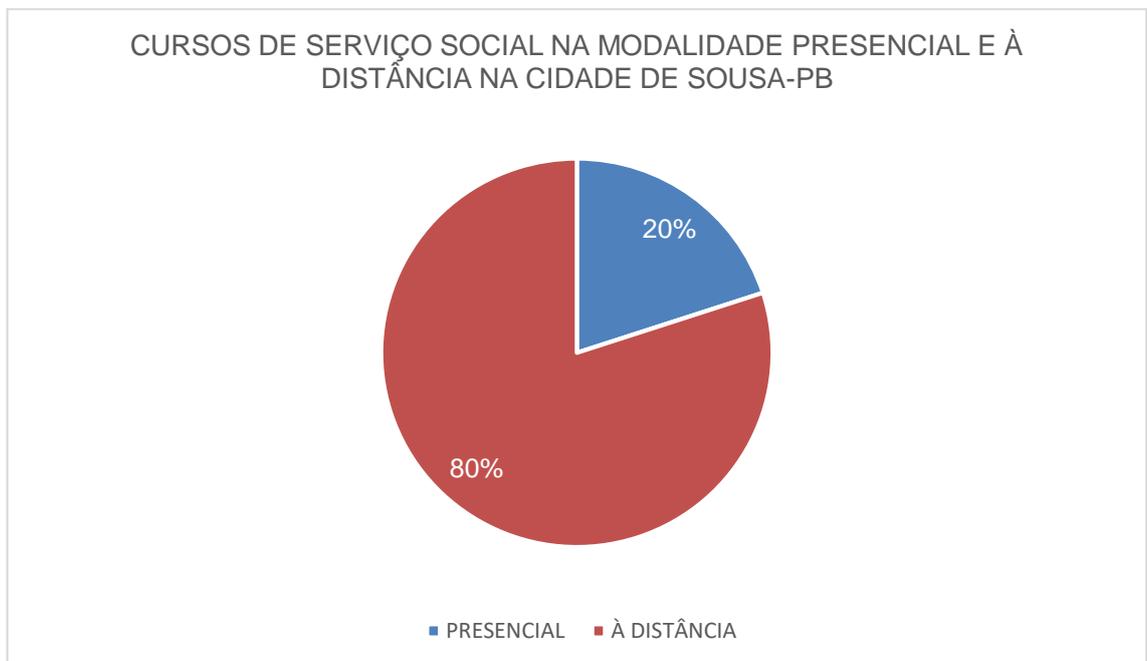
No estado da Paraíba, o E-mec (2020) registra a oferta de apenas 03 cursos públicos e presenciais de Serviço Social, 12 cursos de Serviço Social na modalidade presencial, cuja soma anual atinge a marca de 1.702 vagas. Em contrapartida, o E-mec (2020) aponta também que o número de cursos de Serviço Social na modalidade EaD é consideravelmente maior, ofertando 129.984 vagas anualmente.

O REUNI ganhou destaque nesse movimento de interiorização de ensino, principalmente por se tratar de um programa voltado às universidades federais. Com a construção de novas estruturas e/ou ainda o aproveitamento das estruturas já existentes, ocorreu uma aproximação das universidades em relação a classe trabalhadora, fortalecendo a possibilidade do diálogo entre academia e realidade local e regional. Tal aproximação modificou o perfil dos estudantes das universidades, que passaram a registrar a presença de pessoas negras, indígenas e LGBTQI's, que outrora não dispunham de condições reais para a inserção na vida universitária.

Ao tratarmos das especificidades da expansão do curso de Serviço Social, de acordo com os dados disponibilizados pelo E-mec (2019), as cidades interioranas são responsáveis por ofertar mais de 80% das graduações. Entretanto, a quantidade de cursos ofertados pelas universidades ainda são inferiores ao número de cursos ofertados pelas instituições privadas e EaD.

No Gráfico a seguir, podemos observar a disparidade entre o quantitativo de cursos presenciais de Serviço Social e os ofertados na modalidade à distância na “cidade sorriso”.

GRÁFICO IV:



Fonte: Dados coletados do sistema E-MEC, em Setembro de 2020. Elaboração própria.

As informações disponibilizadas pelo E-mec (2020) apontam que na realidade da cidade de Sousa, há quatro cursos de Serviço Social ofertados na modalidade EaD e apenas um na esfera pública e presencial, que é justamente a UFCG, que oferta 50 vagas anualmente. Portanto, é neste universo de expansão interiorizada do ensino superior que, no capítulo seguinte, nos debruçaremos sobre a realidade da formação acadêmico-profissional em Serviço Social na UFCG, campus Sousa - PB.

4. A REALIDADE DA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA REALIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - PB.

Neste último capítulo, nos debruçamos sobre a realidade da expansão interiorizada do ensino superior brasileiro, como estratégia governamental para proporcionar a inserção das classes subalternas na vida universitária. Assinalamos ainda os aspectos mais positivos e negativos deste processo, levando em consideração questões como permanência estudantil e condições de trabalho docente.

Adentramos nas particularidades da cidade de Sousa, justamente por entendermos que é onde encontramos o único curso público e presencial de Serviço Social no Alto Sertão da Paraíba. A criação do curso está inteiramente vinculado à lógica expansionista e interiorizada das formações acadêmicas-profissionais. Por isso, apresentamos algumas informações que caracterizam a “cidade sorriso” e ajudam a explicar a importância do surgimento do curso Serviço Social para o desenvolvimento local e regional.

Destacamos também as especificidades da UFCG e de sua proposta de adesão ao REUNI, sobretudo porque a criação do curso de Serviço Social é fruto deste processo. Assim, consideramos relevante apontar algumas dimensões da formação acadêmico-profissional para averiguarmos em que medida esta formação está em consonância com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Ora se o curso emergiu como resultado da adesão da UFCG ao REUNI, e se os objetivos deste último apresentam distinções em relação as Diretrizes, julgamos necessário partir para uma análise de documentos como o próprio PPC.

Por fim, realizamos a exposição das possibilidades e desafios que se apresentam à formação de assistentes sociais na realidade da UFCG, pontuando pontos específicos do trabalho docente, da relação professor-aluno e a possível participação do corpo discente em projetos de pesquisa, extensão e monitoria. Em suma, analisamos se a formação acadêmico-profissional em Serviço Social na UFCG se encontra em condições de ofertar a construção de assistentes críticos e éticos, como preconiza as Diretrizes Curriculares da ABEPSS ou está mais aproximada das exigências do REUNI.

4.1 Fundamentos Históricos do ensino de graduação em Serviço Social no Alto Sertão da Paraíba: as particularidades da UFCG Campus Sousa -PB

Apreendemos no decurso do processo investigativo a prevalência de uma linha tênue e contraditória entre o acesso e a precarização na qual se situa a chegada de cursos públicos de ensino superior no interior do país, uma realidade ainda recente em muitas localidades onde estes eram até então inexistentes ou exclusivamente pertencentes à rede privada de ensino.

De acordo com Mariz (2007), o censo da educação superior registrou a necessidade de investir em medidas mais pontuais para amenizar o alto número de evasão no espaço acadêmico. Isso indubitavelmente funcionou como base para que o REUNI começasse a ser pensado, especialmente como uma alternativa viável para solucionar alguns problemas que circundavam as IFES no Brasil.

De um lado, vislumbramos como sendo um importante enfrentamento à histórica desigualdade regional no acesso ao ensino superior no Brasil e, de outro, como uma situação eivada de inúmeras dificuldades, especialmente na infraestrutura e na garantia da qualidade na formação ofertada por esses cursos, criados sob a lógica do REUNI. Uma das características mais gritantes provocada por esta expansão tem sido, além do próprio aumento no número de matrículas, a intensificação e precarização do trabalho docente. O corpo docente passa a desenvolver atividades fora das salas de aula e do campo da pesquisa e da extensão, assumindo cada vez mais funções de cunho administrativo.

É fundamental que o acesso ao ensino superior, assegure a permanência dos estudantes no espaço acadêmico. Contudo, é preciso pensar com cuidado nas condições em que se efetivará a proposta de expansão do ensino, tendo consciência de que no campo da formação essa ampliação deve necessariamente estar calcada na qualidade.

Dentre os cursos oriundos desse processo ganhará destaque nesse estudo o curso de Serviço Social no Campus Sousa –PB, da UFCG, cuja realidade será objeto de análise deste estudo. Em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (PPC), o respectivo curso surgiu em 2009, no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS), no Alto Sertão da Paraíba, mais especificamente no município de Sousa – PB.

É na verdadeira apreensão das particularidades regionais e locais da cidade de Sousa, no Alto Sertão da Paraíba, que encontramos o fundamento para o surgimento do curso de Serviço Social envolvido no processo de interiorização do ensino superior. Outrora, conhecida como “Jardim do Rio do Peixe”, atualmente a cidade de Sousa, ou ainda a “cidade sorriso”, como é chamada por muitos, deve seu povoamento as buscas por terras aptas para a agricultura e para agropecuária.

De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 a população de Sousa era estimada em 65.803 (sessenta e cinco mil, oitocentos e três) pessoas, já em 2019 a estimativa é de a cidade sorriso comporte um total de 69.444 (sessenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e quatro) habitantes.

No âmbito do trabalho e do rendimento, em 2018 o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,7. Assim, a proporção de pessoas ocupadas é de 16,2 em relação à população total. Em termos econômicos, o IBGE aponta que em 2017 o Produto Interno Bruto (PIB) alcançava a margem de R\$ 15.606, 28. Com relação a educação em Sousa, os dados do IBGE mostram que o número de matrículas no ensino fundamental em 2018 era 9.883, já no ensino médio era 2.639.

Os traços mais elementares da emergência da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), remete justamente à década de 1950, período em que se deu início ao ensino de nível superior em Campina Grande, especialmente através da instalação da Faculdade de Ciências Econômicas e da Escola Politécnica, integradas à UFPB. Contudo, é preciso considerar que, na condição de instituição autônoma, a UFCG é muito recente, tendo como marco legal para sua criação a lei nº 10.419, de 09 de abril de 2002, a partir do desmembramento da UFPB.

A organização da UFCG se dá por via de uma estrutura *multicampi*, cuja sede da reitoria está localizada na cidade de Campina Grande, com mais 06 (seis) campi localizados em cidades do interior da Paraíba, quais sejam: Sumé, Cuité, Patos, Pombal, Cajazeiras e Sousa, no sertão paraibano, onde se situa o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS), inicialmente apenas com o curso de Direito (matutino, vespertino e noturno), e a partir de 2004 também com o curso de Ciências Contábeis. Em 2005 foi criado o curso de Administração e, em 2009, demarcou-se a criação do curso de Serviço Social no referido Centro, “em sintonia com as necessidades de expansão da universidade e orientação do REUNI das Universidades Federais (REUNI)” (UFCG, 2013, p. 05).

No campo das determinações para a criação do curso de Serviço Social na UFCG, podemos apontar a possibilidade de desenvolver respostas às demandas de cunho sócio histórico da cidade de Sousa, como a formação de profissionais da área de Serviço Social para atuar junto a implementação das políticas públicas e sociais no município. A turma pioneira do curso de Serviço Social na UFCG iniciou suas atividades no ano de 2010 e as encerrou em 2014. Vale salientar que a interiorização do curso de Serviço Social ocorreu justamente no período inicial da expansão da IES e IFES.

Nesse sentido, o REUNI representava na época, para as universidades que aderissem ao plano, à oportunidade de receber recursos e vagas de docentes e técnico-administrativos (necessidade historicamente posta à realidade das universidades brasileiras marcada por um quadro de precarização e contenção de recursos), elemento que contribuiu para explicar a adesão massiva das universidades federais ao REUNI.

A UFCG integra o quadro das instituições federais de ensino superior que assinaram o acordo de metas do REUNI, tendo formalizado sua adesão ao programa logo no primeiro ano de implementação do mesmo. No documento “proposta da UFCG ao REUNI”, apresenta-se o objetivo da IFES de expansão das matrículas, especialmente a partir de dois mecanismos: a criação de cursos noturnos e de cursos fora da sede, segundo a proposta, buscando o fortalecimento dos Centros e proporcionando a democratização do acesso ao ensino superior.

Albuquerque e Pereira (2016) sinalizam a importância da chegada desses cursos ofertados em instituições públicas, gratuitas e presenciais, porque mesmo com um conjunto de problemas no que se refere à infraestrutura e na qualidade de forma mais ampla, o processo de “interiorização” pode representar um grande passo na formação de sujeitos mais críticos e politizados. Ora, se antes as pessoas precisavam se deslocar para outras cidades, geralmente capitais e regiões metropolitanas, para cursar Serviço Social em instituições públicas, porque nas cidades em que residiam só encontravam o curso na rede privada e EaD, com a interiorização do ensino em Serviço Social, a formação profissional no curso desejado tornou-se uma realidade possível para quem não possuía condições de se deslocar para outro município ou estado.

Ademais, entendemos também existir uma possível relação entre o aumento quantitativo de cursos de Serviço Social a partir de 2006 e a criação do Sistema Único

de Assistência Social (SUAS), em 2005, o qual prevê a existência de pelo menos um/uma assistente social em cada CRAS (Centro de Referência da Assistência Social). Ou seja, a intensificação das expressões da questão social nesse período, conseqüentemente, alavancou a demanda por profissionais do Serviço Social.

Portanto, foi à atuação do Estado frente às expressões da questão social, que tornou o Serviço Social uma profissão socialmente legitimada, sobretudo na contemporaneidade, cuja atuação é cada vez mais requisitada, tornando o exercício profissional dos/das assistentes sociais indispensáveis em vários espaços da sociedade. Segundo Cantalice (2008, p, 103-104),

Nesses termos, é colocada ao assistente social a tarefa de identificar, na atualidade, o conjunto de necessidades políticas, sociais, materiais e culturais, na dimensão do capital, na variação do trabalho, no campo das necessidades sociais, no prisma das demandas emergentes, refazendo o caminho entre as demandas postas e as suas necessidades fundantes, o espaço, as determinações sociais e sua complexidade na sociedade capitalista contemporânea, particularmente nas inflexões promulgadas no processo de reprodução social.

No que diz respeito às principais determinações para a expansão e interiorização do curso de Serviço Social, em particular, no cenário paraibano, é possível apontar o suposto baixo custo que o curso exige, pois não requer gastos com a construção de laboratórios ou compra de equipamentos de alta tecnologia para sua manutenção e funcionamento.

No Brasil, os cursos de Serviço Social encontra-se em significativa expansão, uma realidade passível de indagações, sobretudo no que diz respeito ao quantitativo docente, se há uma correspondente ampliação em face de expansão do número de matrículas, bem como as conseqüências no processo de formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

Com a leitura minuciosa e atenta de documentos que tratam da proposta da Universidade Federal de Campina Grande ao REUNI, aparece aqui como um passo inicial, logo fundamental para nos apropriarmos dos elementos diretamente relacionados à genuína gama de interesses envolvidos na adesão ao Programa de Expansão.

A elaboração de metas esdrúxulas para a ampliação do número de vagas discentes se dá em consonância com exigências estabelecidas pelas próprias

Diretrizes do REUNI para o lapso temporal de cinco anos. Nesse sentido, compreendemos que a estimativa seria para alcançar até 2012, de forma gradativa, a elevação do número de matrículas para 21.651,47, bem como a redefinição no tangente à relação professor e aluno que se configuraria de 1 (um) para 18 (dezoito) no mesmo período de tempo. A ampliação, no caso da UFCG, ocorreria através da criação de 15 novos cursos (2010), ofertados em 25 novas turmas.

É nesse contexto da criação de 15(quinze) novos cursos que a graduação em Serviço Social emergiu na UFCG, no ano de 2010, com projeção de 201,6 matrículas e com o funcionamento matutino. No entanto, a abertura do curso em discussão se efetivou com a constituição de um corpo docente insuficiente diante do número de vagas ofertadas para o curso e para o desenvolvimento das atividades relativas à formação, como ensino, pesquisa e extensão. A nova realidade que se engendrou no interior da UFCG escancarou a oportunidade para uma série de debates fervorosos em torno dos mais diversos pontos vinculados à formação profissional, a exemplo da qualidade do ensino, da ausência de uma política de assistência estudantil, do insuficiente acervo bibliográfico específico do Serviço Social na biblioteca da instituição e a parca quantidade de bolsas de pesquisa e extensão.

Esse quadro de metas trouxe para o cerne da discussão outro aspecto relevante, pois tornou perceptível a lógica de precarização do já solapado trabalho docente. Vale ressaltar que a justificativa para a criação do curso de Serviço Social um ano posterior à disponibilidade de vagas em cursos já existentes deveu-se a necessidade de um maior suporte, incluindo a infraestrutura.

Para não incorrer no risco iminente de desencadear uma análise de cunho mecânico, o estudo em tela não apenas desvelou os elementos que determinaram historicamente o surgimento do curso de Serviço Social no Alto Sertão da Paraíba, como assume a responsabilidade de contribuir singelamente com a caracterização do pêndulo que marca a contradição entre expansão e precarização do ensino superior nesse contexto.

Nessas circunstâncias, não há pretensão alguma de estabelecer uma crítica de caráter maniqueísta, desconsiderando os avanços, mas é necessário contornar e dar verdadeira ênfase aos desdobramentos do REUNI no processo de formação acadêmico- profissional em Serviço Social, visando contribuir com o debate sobre os desafios e as possibilidades para a formação de um perfil profissional regado pelo comprometimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

Albuquerque e Pereira (2016), ao analisar as transformações contemporâneas e as inflexões na formação superior no Brasil, concebe a realidade a partir de seu movimento dialético e contraditório, explicitando que é preciso estabelecer um link entre suas mais diversas faces. Destarte, isso não apenas nos coloca diante da complexidade do real, como nos compele a trilhar um percurso investigativo mais rigoroso, sobretudo no trato das especificidades que perpassam a formação acadêmico-profissional em Serviço Social nos moldes da realidade da UFCG no Alto Sertão da Paraíba.

Para a efetivação do processo de interiorização do ensino superior a nível nacional, a proposta do REUNI estabelece um compromisso com a modificação da estrutura acadêmica, particularmente a partir de dois vieses, que seria a revisão nos métodos de ensino e a reorganização dos cursos de graduação, baseada na revisão dos currículos. Desse modo, a reestruturação propõe novas ideias que orientem os currículos, pautados em itinerários formativos mais horizontalizados e transversais, descartando noções como as de obrigatoriedade e de pré-requisitos (UFCG, 2007).

A princípio, os aspectos negativos impetrados nessas estratégias encontram-se, de algum modo, disfarçados face ao fortalecido discurso de priorização da qualidade do ensino e da aprendizagem contido na ideia da revisão da estrutura acadêmica. Entretanto, ao mencionar como estratégia da proposta conquistar, em metade de uma década, a elevação considerável no número de discentes em fase de conclusão da graduação revela o interesse no que se pode denominar certificação massiva que, por sua vez, não é parâmetro de verificação da qualidade do curso e, conseqüentemente, da formação superior.

Importante lembrar que, em sua proposta de adesão ao REUNI, como contrapartida, a UFCG comprometeu-se a:

[...] revisar os métodos de ensino de modo a dividir essa ênfase com **as várias formas de estudo**; reestruturar a gestão dos cursos de graduação de modo a **redefinir currículos** a partir da **revisão de ideias**, já de muito sedimentadas, **como as noções de pré-requisito e obrigatoriedade**, em busca de itinerários formativos menos verticais e, portanto, mais laterais, ou mesmo transversais (UFCG, 2007, p. 03, grifos nossos).

De acordo com a proposta, todos os seus cursos passariam por uma reforma curricular com o objetivo de se adequarem aos parâmetros do CNE, apontando para

pontos como carga horária e o tempo mínimo de integralização, além das inovações tecnológicas, da flexibilização da oferta de disciplinas, da adoção de atividades semipresenciais, ou seja, da possibilidade dos discentes realizarem parte da graduação por meio de disciplinas ofertadas a distância.

Certamente tratou-se de um desdobramento da contrapartida ofertada em ocasião da adesão ao REUNI a aprovação recente de 03 (três) resoluções da Câmara Superior de Ensino da UFCG: a resolução 01/2016 que regulamenta a criação e oferta de componentes curriculares, na forma semipresencial, em cursos de graduação presenciais da UFCG, entendida como uma metodologia centrada na “autoaprendizagem”, em que estudantes e professores/as desenvolvem suas atividades didático-pedagógica “em lugares e tempos diferentes”, utilizando Recursos Tecnológicos de Informação e Comunicação (TIC’s); e duas outras resoluções, a 02/2016 e a 03/2016 que tratam da mobilidade acadêmica, possibilitando aos estudantes a realização de componentes curriculares de outros cursos, em campus distinto daquele em que é ministrado o curso no qual o(a) discente está regularmente matriculado ou em outras IES, nacionais ou estrangeiras.

Acopladas, as três resoluções conformam um verdadeiro programa “tapa buraco” para suprir a falta de estrutura física, de quantidade suficiente de docentes e de funcionários/as em todos os Centros da instituição (ADUFCG, 2016) e, conforme demonstram os documentos ora analisados, estão fundadas na mesma raiz: o processo de adesão da UFCG ao REUNI e os compromissos assumidos pela referida IFES para o atendimento das metas postas pelo plano de reestruturação, em suas muitas dimensões.

Não obstante, é digno e necessário enfatizar que até então o curso de Serviço Social resiste cotidianamente a tais resoluções, assumindo uma postura crítica e um pleno diálogo com as diretrizes curriculares da ABEPSS. Logo, o processo de aprendizado no curso de Serviço Social ocorre centrado em parâmetros éticos e políticos, de incentivo a formação de profissionais realmente capacitados/as para apreender o movimento real da sociedade capitalista e atender as demandas sociais, ao contrário do que se verifica em processos formativos flexíveis, como destacam as resoluções.

Compreendendo que a dimensão qualitativa da formação acadêmico-profissional deve ser prioridade, o dispêndio de esforço intelectual torna-se fundamental para problematizar a interiorização do curso de graduação em Serviço

Social no alto sertão da Paraíba, especificamente sob a ótica dos desdobramentos na seara da formação crítica, competente, criativa e ética, desenvolvida no terreno da implementação do REUNI.

Vale destacar que, apesar das condições precárias acima elencadas, a criação do curso de Serviço Social da UFCG, significou uma grande conquista para a região, sendo o primeiro espaço público e presencial de formação de assistentes sociais. Logo, não há como deixar de reconhecer a importância do REUNI, que trouxe o curso de Serviço Social para a UFCG como uma alternativa viável para aqueles sujeitos que não possuem condições de se inserirem nas instituições de ensino privado, nem de deslocar-se para outras regiões do país para cursar o ensino superior público.

Entretanto, também é preciso realizar os devidos balanços quanto aos objetivos do REUNI e seus efeitos deletérios sob a formação acadêmico- profissional em Serviço Social, em que pese à sinalização do perfil de assistentes sociais que estão sendo formados no interior da UFCG. Nessa perspectiva, buscar-se-á compreender até que ponto o REUNI de fato proporciona um diálogo consistente entre a formação acadêmico- profissional e a real possibilidade de concretização e viabilização do Projeto de formação explicito nas Diretrizes Curriculares de 1996.

4.2 A UFCG no contexto de reorganização do ensino superior no Brasil:

objetivos do REUNI e as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social de 1996

Quando da sua criação, o REUNI apresentava-se como uma possibilidade para o fortalecimento do espaço acadêmico, principalmente por meio da captação de recursos, democratização do acesso, valorização do trabalho docente e dos técnicos administrativos. Por isso, mesmo aqueles gestores que viam com alguma criticidade o caráter e as características do REUNI sentiam-se de alguma forma pressionados a aderirem ao Programa. Sintomático disto são as críticas e ponderações do professor Thompson Fernandes Mariz, reitor da UFCG, no período de 2002 a 2012, publicado em artigo produzido por ocasião do lançamento do Programa por parte do governo federal:

O que, de imediato, nos preocupa no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais é a sua meta nada modesta: 'a elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos'. Esta preocupação aumenta bastante quando lembramos que o Decreto em referência é fruto do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que tem como escopo a duplicação da oferta de vagas no ensino público superior. Como o Plano de Reestruturação não pode estar descontextualizado do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, que prevê, para os próximos dez anos, uma significativa limitação na expansão das folhas de pagamentos, não permitindo aumento superior a 1,5% por ano, o objetivo do REUNI se revela assustador. Nesta hora percebemos que o aparentemente inquestionável objetivo do REUNI de ampliar o acesso e a permanência na educação superior se dará pelo muitíssimo questionável 'melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais'. Duplicar a oferta de vagas e aumentar, pelo menos em 50%, o número de concluintes, a partir de um incremento de apenas 20% das atuais verbas de custeio e pessoal (excluídos os inativos!) é a indicação sub-reptícia de que a reestruturação proposta pelo Decreto Nº. 6.096 cobra uma subutilização dos recursos existentes nas Universidades Federais e aponta somente dois caminhos para o cumprimento de sua meta global: a aprovação automática ou a certificação por etapas de formação (MARIZ, 2007, p. 01).

Nesse sentido, em que pese o MEC divulgar a adesão ao REUNI como ato facultativo às universidades, na prática, tal autonomia institucional estava bastante relativizada, face o alardeado risco que isso poderia representar para a sua organização e seu funcionamento em termos acadêmicos e de recurso público a ser investido ou não, em caso de recusa por parte da IFES.

Certamente não por acaso, para o então reitor da UFCG, Thompson Mariz, o grande questionamento era:

[...] para onde caminhará uma Instituição que resolva não aderir ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, uma vez que o Ministério da Educação estabelecerá parâmetros de cálculos dos indicadores que compõem a meta global do REUNI? (MARIZ, 2007, p 02)

Não obstante, a UFCG integra o quadro das instituições federais de ensino superior que assinaram o acordo de metas do REUNI, tendo formalizado sua adesão ao Programa logo no primeiro ano de sua implementação. Contudo, o processo de sua implantação não foi consensual e isento de polêmicas, conforme sinaliza a ata da 21ª Reunião Extraordinária do Colegiado Pleno do Conselho Universitário, realizada

no dia 24 de outubro de 2007, tendo como ordem do dia a apresentação da proposta da UFCG ao REUNI a ser apreciada por este Colegiado.

A referida ata registra que na ocasião foi inclusive sugerido por alguns dos conselheiros não votar a proposta naquele momento, encaminhamento este não aprovado pela maioria do Conselho Pleno. Desse modo, a proposta foi votada de imediato, contabilizando no resultado final 33 (trinta e três) votos favoráveis, 03 (três) votos contrários e nenhuma abstenção, embora no decorrer das discussões fomentadas na ocasião a partir da arguição dos Conselheiros à Comissão muitas tenham sido as questões levantadas, as quais na caracterização da própria ata, “[...] foram debatidas à exaustão, e [com os conselheiros] contestando alguns dos ajustes feitos à contribuição dos Centros” (COLEGIADO PLENO, 2007, p. 03).

Quanto aos ajustes referidos, à única menção que a ata faz – e talvez a mais ilustrativa que fosse possível registrar – consta das linhas 41 a 43 do documento, onde se lê: “[o reitor Thompson Mariz, no exercício da presidência da reunião] informou que, para a UFCG, há um quantitativo limite de cento e setenta e uma vagas para docentes, de modo que a Comissão teve que adequar à demanda, oriunda dos Centros, de duzentos e noventa e dois” (COLEGIADO PLENO, 2007, p. 02).

Em outras palavras, significa que na adequação feita para fins de correspondência da proposta ao REUNI, foram demandados 121 (cento e vinte e um) professores, menos do que foi indicado originalmente, com base na consulta aos Centros acerca de suas demandas e necessidades reais, devido os limites estabelecidos pelo próprio Programa governamental, num evidente indicativo da intensificação do trabalho docente, bem como o limitado quadro de professores, em determinados cursos, particularmente os ofertados nos campi do interior.

Vale destacar que na UFCG, o curso de Serviço Social apresentava o seguinte quadro docente em sua fase inicial:

Ingressaram como componentes do referido quadro em 2010.1, os professores Antônio Marcelo Cavalcanti Novaes, Helmara Giccelli Formiga Wanderley e Maria da Conceição Silva Felix. No semestre 2012.1, ingressaram as professoras Eliane Leite Mamede e Juliana e Silva de Oliveira e, em 2012.2, a professora Larissa Sousa Fernandes, conforme a PORTARIA – UFCG/UAD/ CCJS/ Nº 027 de 18 de dezembro de 2012 (PROJETO PEDAGÓGICO, 2013, p. 23).

Pode-se inferir ainda com melhor precisão a polêmica que perpassou a adesão da UFCG ao REUNI ao notarmos o apontamento de Lima (s/ d), segundo o qual:

[...] é emblemática a maneira truculenta como o REUNI foi aprovado na UFCG em 2007, violentando os mais elementares princípios da democracia universitária, implicando, dentre outros aspectos, em processos de cooptação, desqualificação de adversários, desconsideração de deliberações coletivas de unidades acadêmicas contrárias à criação irresponsável de novos cursos nessa modalidade, etc. Aqui, mais uma vez, o professor Edilson Amorim¹² foi peça importante na consecução desse conjunto de medidas expansionistas, pois esteve à frente do grupo de trabalho local que visa transformar as IFES em universidades de resultados, cujo conhecimento coletivamente produzido é colocado a serviço do mercado e do capital em detrimento dos interesses maiores dos trabalhadores e das necessidades da maioria da população, apesar da propaganda oficial da inclusão/excludente difundir o contrário (s/p).

Realmente o professor Edilson Amorim, então vice-reitor, esteve na linha de frente da campanha de adesão da UFCG ao REUNI, atuando como presidente da Comissão responsável pela formulação do projeto de implantação do referido Programa, inclusive argumentando favoravelmente ao aumento da relação professor-aluno, ao passo em que defendia que:

A segunda proposta da meta (proporção de 1 professor para 18 alunos), embora careça de fundamentação, não constitui grande problema, na minha compreensão, se a universidade: a) planejar e adotar iniciativas pedagógicas que permitam monitorar e aproveitar melhor o tempo que o aluno dedica ao curso quando fora da sala de aula; b) revisar a grade curricular de cada curso, revir as disciplinas, sua quantidade e qualidade, e a noção de obrigatoriedade; d) discutir a percepção de que a aprendizagem não deve ser uma prática

¹² Vice-Reitor da UFCG na gestão que tinha Thompson Mariz como reitor, na época da aprovação e implantação do REUNI, e posteriormente eleito reitor para o quadriênio 2013-2016. Na análise de Lima (s/d), trata-se de figura no plano local que possui trajetória política similar ao observado nacionalmente quando em janeiro de 2003 uma parte das até então forças de esquerda progressistas e democráticas chegaram ao poder no Brasil e acabaram se convertendo nos principais gestores da ordem e do capital, tornando-se desde então tão ou mais conservadores e reacionários quanto os grupos dominantes que criticavam e combatiam historicamente: “[...] da mesma maneira que, no âmbito nacional, as forças de esquerda, capitaneadas pelo PT, passaram a se aliar com o que de mais retrógrado e direitista havia na política brasileira (Paulo Maluf, Kátia Abreu, José Sarney, Fernando Collor, Renan Calheiros, José Maranhão, Enivaldo Ribeiro etc.), também na UFCG se deu algo similar, quando o professor Edilson se aliou à casta de burocratas que representa o que de mais atrasado e conservador existe na instituição há anos. E as implicações desse duplo processo de dominação vão ficando cada vez mais claras no país e na universidade: autocracia, privatismo e heteronomia” (s/p).

centrada, apenas, na relação direta do professor com o aluno; d) encarar a resistência à mudança presente à esquerda e à direita (AMORIM, 2007, p. 02).

De fato, o que se verificou na sequência foi que não somente a adesão das universidades ao REUNI não significou garantia de alocação imediata de recursos (CHAVES; ARAÚJO, 2011), como também que a expansão das vagas se deu em proporção largamente maior do que os investimentos financeiros necessários à manutenção das mesmas, o que inclui o parco orçamento destinado à assistência estudantil e muito aquém das necessidades reais de incremento nos recursos de custeio e de pessoal para o devido investimento na abertura de novos cursos, infraestrutura e aquisição de equipamentos, assim como a contratação de docentes e técnicos administrativos, questões que outrora já eram objeto da preocupação da administração central da UFCG. Para Mariz (, 2007, p. 02),

Verbas são necessárias para a melhoria da qualidade do ensino que hoje é ofertado nas Instituições de Ensino Superior, mas não sob a forma de uma mesada que será dada, por cinco anos, 'na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação' e do 'cumprimento das metas fixadas pela instituição, em atendimento aos objetivos do Programa'. Aumentar a oferta de vagas no ensino superior e ampliar as políticas de inclusão e assistência estudantil são objetivos que exigem significativo investimento, não sendo um alvo possível de se atingir apenas em melhor aproveitar a estrutura física e os recursos humanos existentes, até porque estes recursos estão já há muito tempo defasados [...] [fazer universidade] requer tempo dedicado à pesquisa, o que já se mostra difícil com a atual relação de um professor para cada dez alunos de graduação: realidade que revela o perigo que o estabelecimento da relação de um professor para cada dezoito alunos de graduação representa para o ensino público superior, em sua constante busca da elevação da qualidade

A construção de perfis profissionais críticos, capazes de intervir ético e politicamente na realidade social é uma orientação central no âmbito das entidades representativas do Serviço Social no Brasil. Partindo dessa perspectiva, o presente tópico busca captar a proposta de formação profissional elencada no projeto político-pedagógico do curso da UFCG, sobretudo no contexto do REUNE, afinal:

Essas preocupações integram a agenda da ABEPSS, que reafirma o seu compromisso político-acadêmico de luta contra o neoliberalismo,

contra o desmonte das políticas sociais públicas e da política educacional de ensino superior, bem como da precarização do trabalho docente. Reitera a sua contribuição no âmbito da formação e qualificação profissional para a construção de um projeto que atenda os princípios apresentados no nosso código de ética [...] (MENDES, 2004, p. 10)

Nessa direção, a tentativa também é de conhecer mais proficuamente o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, visando proporcionar um debate franco a respeito da oportunidade de fazer deste Projeto uma realidade concreta, em que suas estratégias estejam direcionadas à luta contra as dificuldades que esse tempo histórico impõe, contribuindo mais efetivamente para o fortalecimento da universidade pública. Em outras palavras:

Isso significa sintonizar nosso projeto pedagógico com a luta de resistência e de defesa do compromisso da universidade pública com a produção e socialização do saber, atendendo a interesses, direitos e necessidades sociais permanentes da maioria da população e não interesses imediatos de instâncias governamentais diversas e do mercado (MENDES, 2004, p. 11).

É evidente a necessidade de avaliar as condições e as tendências que conduzem o curso de Serviço Social da UFCG, refletindo sobre as possibilidades de implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, partindo da concepção de que “as condições nas quais a educação superior se materializa têm um papel determinante no tipo de currículo implementado nas instituições de ensino superior, sejam públicas ou privadas” (BOSCHETTI, 2004, p.19).

Há que se comparar o projeto pedagógico implementado pelo curso de Serviço Social no âmbito da UFCG com as Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS – o que é um desafio considerando a ampliação recente do corpo docente -, a fim de averiguar se de fato está havendo a incorporação coerente de seus princípios e orientações, sem desconsiderar que a construção dos currículos está relacionada ao “projeto pedagógico que o grupo de docentes e discentes constrói em cada unidade de ensino a partir da sua construção histórica, em função das especificidades de cada unidade e das particularidades regionais” (BOSCHETTI, 2004, p. 22).

Essa discussão nos faz entender que existem várias formas de se construir um currículo, mas principalmente compreender que a formação acadêmico-profissional em Serviço Social deve estar de fato ancorada aos princípios e ao conjunto de

fundamentos das diretrizes da ABEPSS, sobretudo no cenário atual, em que a possibilidade de implementação destas Diretrizes pelas universidades pode se deparar com uma gama de dificuldades oriundas dos objetivos do REUNI, considerando, pois, que entre uma projeção e a realidade existe uma infinidade de mediações que poderão interferir na sua efetividade.

Fazendo um recorte para a realidade da UFCG, é inquestionável que o curso de Serviço Social enfrenta uma batalha árdua para materializar o currículo em conformidade com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, tendo em vista que sendo criado pelo REUNI, o curso também está submerso às estratégias do Programa. Um entre os vários objetivos do REUNI é a reorganização dos cursos de graduação, com o intuito de adequar os currículos às normas do CNE, especialmente no que diz respeito às diretrizes curriculares, a carga horária e o tempo mínimo de integralização, como bem mostra o documento que expressa a proposta de adesão da UFCG ao REUNI.

Para adentrar nos aspectos que representam obstáculos à implementação das diretrizes da ABEPSS no contexto de adesão da UFCG ao REUNI, iniciaremos tratando da flexibilização de organização dos currículos. É fundamental sinalizar que, nas palavras de Boschetti (2004), esse princípio estava presente nas diretrizes da ABEPSS, não com a pretensão de flexibilizar os conteúdos, mas de proporcionar uma ampliação da maleabilidade na organização dos conteúdos e garantir que fossem preservadas as especificidades regionais.

No entanto, o referido princípio surge de forma diferente no documento final do CNE, como “flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares”. Isso é preocupante por que:

Associado a não-regulamentação da carga horária mínima, este princípio tem sido compreendido e adotado por muitas unidades como ‘afrouxamento’ e flexibilização dos conteúdos, o que tem provocado a elaboração de projetos diversificados, diferenciados, sem um conteúdo básico que garanta unicidade e direção teórico-metodológica na formação profissional, com excessiva carga horária em atividades complementares e reduzida carga em disciplinas fundamentais do currículo (BOSCHETTI, 2016, p. 25).

Outra característica do REUNI que também é problemática para a efetivação das Diretrizes da ABEPSS, situa-se no campo da implementação de regimes

curriculares voltados à construção de itinerários formativos. Para alcançar essa meta, a proposta estabelece as seguintes estratégias:

[...] aproveitamento máximo das possibilidades de formação plural por meio de uma mobilidade que permita ao aluno cursar disciplinas em diversos cursos e instituições; fixação de número máximo de alunos por disciplina; oferta de disciplinas de tópicos especiais não vinculadas aos cursos, oferecendo maior transversalidade; fixação de carga horária mínima na integralização curricular para as atividades de pesquisa e de extensão, bem como para a participação em trabalhos técnicos (UFCG, 2007, p. 21 - 22).

Dentre muitos aspectos, a formação acadêmico-profissional em Serviço Social deve também estar voltada a qualificação dos/das estudantes para o desenvolvimento de pesquisas, do fomento à produção de conhecimento sobre a totalidade da vida social e também sobre seus reflexos numa dimensão particular, de modo que isso influencie sua prática nos mais diversos espaços sócios ocupacionais.

Na verdade, o comprometimento com o ensino, a pesquisa e a extensão significa que o corpo docente, apesar do seu quantitativo ser insuficiente, como já dito anteriormente, mantém uma postura firme, de luta em defesa da substancialidade das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, compreendendo também que somente a partir do envolvimento com o processo investigativo, é possível oportunizar aos/as estudantes o despertar para o conhecimento de nível histórico e também social no que diz respeito à relação entre sujeitos e sociedade.

De acordo com as Diretrizes de 1996, é primordial que discentes e docentes estejam sempre instigados a investigar e a interpretar, pois essas são características que devem marcar permanentemente o processo de formação. “Nesse sentido, a pesquisa deve ser entendida como estratégia contínua de formação, de modo a permitir aos alunos a dimensão investigativa em todo processo e não a pesquisa apenas como uma disciplina” (BOSCHETTI, 2004, p.29)

E é com esse conhecimento adquirido no processo de formação acadêmico-profissional, mais especificamente na pesquisa e na extensão, obviamente mantendo o vínculo com o arcabouço oriundo da sala de aula, que os/as assistentes, no miúdo do cotidiano, devem realizar criticamente e de forma ética as devidas mediações entre os/as usuários/usuárias e seus respectivos direitos.

Albuquerque e Pereira (2010, p. 104) ressaltam que:

Trata-se, portanto, de um processo na formação acadêmica do/da assistente social que deve proporcionar uma compreensão histórica e social das relações entre indivíduos, sociedade e natureza. Bem como, a percepção de que a teoria crítica-dialética, debatida em sala de aula, direciona o exercício profissional pelo compromisso com os/as usuários/usuárias dos serviços prestados pelas políticas sociais, nas quais são campo de trabalho. Confirma e legitima o legado da construção do Código de Ética Profissional que tem como princípio a responsabilidade de uma atividade voltada à defesa dos direitos sociais e humanos, respeitando os sujeitos com suas maneiras de ser.

As Diretrizes da ABEPSS apontam para a adoção da teoria social crítica como o caminho mais viável para apreender a totalidade na perspectiva da universalidade, particularidade e singularidade. É com base nesse referencial teórico-metodológico que os/as profissionais situarão suas análises em torno da dinâmica peculiar da produção e reprodução na sociedade capitalista em tempos históricos díspares, intervindo sobre as múltiplas expressões da questão social e a responsabilidade do Estado, bem como da sociedade civil frente às necessidades sociais.

O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFCG prima pela defesa de uma formação profissional crítica, capaz de desenvolver profissionais éticos e compromissados/as com a luta pela efetivação do Projeto Ético-Político Profissional. Nesse diapasão, o curso segue contra a maré e vem proporciona um processo formativo vinculado a articulação das dimensões históricas, teóricas, éticas e metodológicas.

A proposta da UFCG ao REUNI também sugere, como já foi mencionado, a revisão da estrutura acadêmica, pautando-se no objetivo de alcançar níveis significativos de atuação dos/as discentes quanto ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), seguidos da conquista dos melhores índices de desempenho quando da avaliação dos cursos. Associado a isso e de acordo com os parâmetros evidenciados pelo REUNI, destaca-se também a meta de alcançar no prazo de cinco anos a taxa de 90% de conclusão dos cursos em relação à quantidade de ingressantes.

Portanto, identifica-se ainda o interesse em investir na reordenação da assistência estudantil no interior da instituição por meio da criação de bolsas estudantis, visando contribuir de forma mais direta para a possibilidade dos discentes permanecerem e concluírem seus respectivos cursos com qualidade, exigindo como retorno a aprovação em pelo menos cinco disciplinas por semestre letivo.

Conforme apreensão das ideias constitutivas da proposta de adesão da UFCG ao REUNI, é possível afirmar que as metas foram estipuladas de maneira equivocada e até mesmo arbitrária, pois atua numa dimensão que fragmenta a autonomia universitária, tão defendida pela LDB. Ambicionam, pois, atingir metas que seguem ao encontro de interesses que não pertencem aos/as docentes e muito menos aos discentes, tendo em vista que as turmas tendem a se tornar cada vez mais superlotadas,

A emissão massiva de certificações anualmente em consonância com os parâmetros do REUNI não apenas acarretará no desenvolvimento de conhecimentos genéricos, que não permitem ao/a graduando/a em Serviço Social à apreensão profícua da dinâmica da realidade em suas múltiplas determinações, sobretudo por priorizar uma formação flexibilizada, aligeirada como contribuirá para a relativa queda do caráter valorativo dos diplomas emitidos pela UFCG.

Na verdade, as ideias de reestruturação que compõe o Programa de Expansão estendem-se na arena do desrespeito a praticamente todas as circunstâncias concretas que envolvem a UFCG, as quais os limites institucionais não assumem centralidade na condução da proposta e as necessidades da sociedade, particularmente os interesses regionais – uma região marcada pelo analfabetismo, pela seca, também não são considerados. A maneira como discutiram a proposta foi, no mínimo, escancarar de alguma forma os interesses dos principais apoiadores dessa adesão. Com isso, torna-se tranquilo afirmar concisamente que a aprovação da proposta ocorreu atropelando características essenciais ao perfil de um espaço universitário comprometido com a qualificação profissional.

O exercício da capacidade teórico-reflexiva voltada à análise rigorosa da atual conjuntura, identificando os fios invisíveis que perpassam a dinâmica própria da realidade social capitalista em suas multifacetadas determinações, com vistas à apreensão da totalidade, é indispensável para à afirmação de uma postura pautada na defesa da qualidade da formação acadêmico-profissional, ancorada às significativas possibilidades de fazer valer os escopos dispostos na pilastra maior da categoria de assistentes sociais, o Projeto Ético-Político-Crítico do Serviço Social e, conseqüentemente, intervirem qualificadamente.

É inconteste que a educação superior em solo brasileiro é historicamente guiada pela gama de interesses do projeto burguês de sociabilidade. Em contrapartida, a formação acadêmico- profissional em Serviço Social encontra-se

direcionada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, cujos componentes curriculares atuam efetivamente na promoção de um processo educacional-formativo de qualidade, divergindo firmemente das orientações do projeto hegemônico de educação no país.

O respeito à substancialidade das Diretrizes Curriculares da ABEPSS é fundamental para assegurar que o corpo discente possa entender inclusive do ponto de vista orgânico, a dinâmica do trabalho profissional da categoria nos mais diversos espaços sócios ocupacionais, de modo a perceber o conjunto de possibilidades e desafios da atuação dos/das assistentes sociais frente ao avanço do ideário neoliberal, que por sua vez, é responsável pela crescente espoliação dos direitos sociais. Portanto,

A proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS aponta para a formação de um perfil profissional com 'capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais' (ABEPSS, 1996, p. 02-03).

Com a aprovação da proposta de adesão da UFCG ao REUNI, o curso de Serviço Social já emerge com desafios relativos à possibilidade de implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, afinal entre as metas do Programa e as citadas Diretrizes não existe sintonia.

A guisa desse movimento um tanto quanto deficitário por qual passa a UFCG, pautado em ideias de implantação de regimes curriculares flexíveis, identifica-se implicações diversas para os processos educacionais-formativos do Serviço Social, inclusive porque distancia o quadro discente das oportunidades de exercício e ampliação da capacidade intelectual necessária à construção de um perfil profissional sustentado rigidamente pelo aporte teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

A noção de itinerários formativos defendido pela proposta da UFCG ao REUNI representa um ataque à dimensão intelectual e ideopolítica da formação, pois indica um processo que culmina na fragmentação das Diretrizes Curriculares de 1996, logo atuando na imposição de óbices aos elementos imperativos do projeto pedagógico do

curso de graduação em Serviço Social, lançando-o em arenas superficiais atinentes ao trato da realidade social e da própria profissão.

Podemos apontar aqui, também, outra característica peculiar do curso de Serviço Social, que é o profundo posicionamento crítico e o diálogo permanente com a ABEPSS. A finalidade do Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFCG é instituir uma formação acadêmico-profissional pautada no ensino, pesquisa e extensão. O projeto pedagógico foi elaborado respeitando as seguintes diretrizes legais e constitucionais:

Propõe-se a construir uma identidade cultural no Curso de Serviço Social da UFCG/CCJS, observando as diretrizes legais constitucionais, Título VIII, Capítulo III, da Educação da Cultura e do Desporto; LDB (Nº 9.394/96), Capítulo IV, da Educação Superior; Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social – Parecer CES/CNE 1.363/2001 a Resolução nº 26/2007 da UFCG, em vigor; Resolução Nº 15/2002 do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior, bem como das orientações contidas no documento “Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social” aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) no dia 08/11/1996 (PROJETO PEDAGÓGICO, 2013, P. 12).

O Projeto Pedagógico estipula as atribuições necessárias à qualidade da formação acadêmico-profissional, que preze pela interdisciplinaridade, pelo fomento ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, e que não se distancie das orientações das diretrizes nacionais para o ensino de graduação em Serviço Social. O trabalho docente se desdobra por meio da interação permanente com os estudantes, coordenando equipes, articulando teoria e prática, assumindo a condição de pesquisador(a) e orientando trabalhos acadêmicos.

Nessa linha de análise sobre o processo de formação em Serviço Social, é cabível sinalizarmos algumas considerações sobre o ENADE, partindo da perspectiva que a concepção crítica sobre tal não é uma posição exclusiva dos/as docentes do curso de Serviço Social da UFCG, mas é um posicionamento hegemônico da categoria profissional, inclusive bastante reafirmada pelas entidades representativas da categoria numa dimensão mais ampla, a nível nacional. O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) não explícita uma preocupação real com os rumos da política de educação numa perspectiva de qualidade, mas muito vinculado a interesses mercadológicos.

Também é perceptível certa fragilidade na avaliação do ENADE, no sentido de não levar em consideração pontos importantes como os elementos que buscam materializar as Diretrizes, como por exemplo, uma formação profissional que priorize a dimensão ética, crítica e politizada. Isso nos remete à concepção defendida pela ABEPSS, que o SINAES/ENADE realmente não apresenta uma capacidade e nem critérios suficientes para avaliar a educação superior, tendo em vista que sua análise se mostra superficial.

Parece contraditória a defesa de outra proposta de avaliação do ensino superior, distinta dos mecanismos subjacentes ao ENADE, quando na última prova o curso de Serviço Social foi destaque em toda a UFCG, sendo um, de apenas dois cursos da instituição, que obtiveram nota máxima. Partindo desse pressuposto, é importante salientar que a crítica é digna e bastante necessária em face de lógica que permeia o sistema de avaliação.

Embora possua diversas críticas sobre a lógica que rege o modelo de avaliação do ensino superior proposto pelo ENADE, é preciso destacar que tal conquista revela o esforço cotidiano do brilhante quadro docente do curso de Serviço Social da UFCG, cuja qualificação teórica e comprometimento ético-políticos na formação de profissionais críticos e competentes são incontestáveis, sobretudo diante do contexto de sucateamento das universidades públicas e conseqüente desvalorização dos/das professores/professoras.

Nessa perspectiva, consideramos a auto avaliação um ponto importante, inclusive para a identificação de desafios e possibilidades no interior da formação acadêmico – profissional.

Portanto, é sempre viável resgatar os aspectos históricos e sociais que envolvem nossa realidade, nesse caso o curso de Serviço Social, no intuito de apreender sua trajetória para apontar possíveis avanços e recuos. É partindo dessa perspectiva que, no tópico seguinte, buscaremos apreender os principais desafios e possibilidades postos ao ensino de graduação em Serviço Social no contexto da UFCG campus Sousa - PB.

4.2.1. Impasses e possibilidade postos a formação acadêmico-profissional em Serviço Social no campus Sousa - PB

O Serviço Social brasileiro conforma um legado de intensas transformações, inclusive no interior da dimensão teórico-metodológica e ideo-política, influenciando indubitavelmente o eixo técnico-operativo. Assim, o conjunto de avanços e desafios que marcam o caminho trilhado pelo Serviço Social ao longo de tantas décadas não pode ser pensando fora da relação direta que possui com os mais diversos elementos que delineiam a realidade brasileira e incidem significativamente na formação dos/das assistentes sociais, determinando conseqüentemente seus perfis.

Segundo Albuquerque e Pereira (2016), o cenário contemporâneo é responsável por despertar no seio da categoria profissional de Serviço Social inquietações de grande envergadura, uma vez que as transformações em curso na sociedade brasileira rebatem de várias formas na materialização do projeto ético-político, principalmente no campo da formação acadêmico-profissional, cuja construção está fundamentada na crítica severa aos referenciais conservadores que perpassaram e ainda se fazem presente na profissão.

É nesse quadro contemporâneo de tantos desafios, contradições e possibilidades que perpassam a formação acadêmico-profissional de assistentes sociais que seguiremos na tentativa de captar, de maneira cristalina e concisa, os determinantes mais relevantes da trajetória do curso de Serviço Social no Alto Sertão da Paraíba, mas especificamente na UFCG, criado recentemente a partir do REUNI, conforme ressaltado anteriormente.

Note-se que, nesse contexto perverso, a política de educação é desenvolvida a partir dos poucos recursos que lhes são destinados, culminando na intensificação da precarização de tal política. Dentre as principais dificuldades encontradas no processo de formação acadêmica é o número reduzido de professores/as do curso, o que parece afetar densamente à qualidade da formação profissional, principalmente em virtude da polivalência dos afazeres docentes, que além da necessidade de se prepararem para administrarem aulas, ainda são incumbidos da responsabilidade de coordenarem projetos de pesquisa, extensão, monitorias, coordenação de curso, de estágios, entre outros.

O MEC no relatório de avaliação do curso expressou “o número de vagas implantadas atende muito bem à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da IES” (MEC, 2014, p. 07), ou seja, para os avaliadores do MEC, considerando-se uma oferta anual de 50 vagas, o curso já contaria com um número suficiente de docentes. Ora, considerando-se a lógica do REUNI, a proporção de alunos/as por professor está expressa na razão de 18/1 e, nessa perspectiva, para um curso com um total de 159 (cento e cinquenta e nove) discentes com matrícula ativa (como é o caso do curso em questão) não seria necessário mais do que 8 (oito) ou 9 (nove) docentes em seu quadro efetivo.

Todavia, ao desconsiderar as particularidades da formação de cada curso - a exemplo de uma série de disciplinas do currículo que, sendo atribuições privativas de docentes com formação específica naquela área, não podem ser ministradas por docentes de áreas afins, assim como o mesmo no que diz respeito à supervisão acadêmica dos estágios obrigatórios e a orientação de muitos temas de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) – e, ao mesmo tempo, desconsiderar que além do ensino também a pesquisa e a extensão são atividades precípuas do trabalho docente no ensino superior. Assim, a proporção assinalada acaba por priorizar o ensino em detrimento da pesquisa e, dessa forma, desconfigura o papel e o caráter da universidade ao “[...] transformar na prática, muitas das atuais universidades federais também em instituições voltadas apenas para o ensino” (ANDES-SN, 2007, p. 17). Ademais, contribui para a precarização do trabalho docente, como afirma Pereira (2010, p. 325):

O trabalho docente nas instituições públicas, particularmente as federais, vem sofrendo um processo contínuo de precarização atrelado às exigências produtivistas e atravessado pela lógica mercantil, ainda que inserido em IES públicas. Sem dúvida, a abertura de novos cursos em IES públicas e federais é um fato positivo, porém cabe uma análise acurada das condições do trabalho docente nestas IES, bem como do aligeiramento da formação profissional incentivado pelo Programa REUNI.

Esta lógica possibilita o adoecimento do corpo docente, devido à sobrecarga de atividades e a exigência mercantilista de produção, que busca sempre dar respostas quantitativas para a manutenção do *status quo*, usando como estratégia uma formação acadêmico-profissional aligeirada e com muitas fragilidades. Fato que ocasiona o desenvolvimento de sujeitos com dificuldades para realizarem análises

críticas e comprometidas com o projeto profissional. Ao contrário, o que se produz com isso não passa de um perfil de profissional que desenvolva um papel de apaziguador de tensões e conflitos, negando, portanto, o caráter da educação como um meio de luta para ampliação dos direitos sociais e alargamento da cidadania, mas enxergando e fazendo desta uma mera mercadoria lucrativa.

Em relação ao estágio supervisionado obrigatório, o mesmo está organizado no curso dividido em Estágio I (6º semestre) e Estágio II (7º semestre), com 150 horas de campo em cada. As supervisões acadêmicas acontecem nas disciplinas de Seminário Temático em Serviço Social I e II, respectivamente, de 60 horas cada, ultrapassando o mínimo de 45 horas recomendado pela Política Nacional de Estágio da ABEPSS. Para além de Sousa, cidade sede do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS), os campos de estágio estão também distribuídos em diversas outras cidades da região, contemplando instituições das políticas de saúde, assistência social e assistência estudantil, sem dispor ainda de estagiários do curso inseridos em outros espaços sócio ocupacionais, a exemplo da previdência e área sócio jurídica.

No campus do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, onde funciona o curso de Serviço Social da UFCG, existe uma biblioteca, cujo acervo é destinado para os cursos existentes: Serviço Social, Direito, Administração e Ciências Contábeis. Quanto à bibliografia encontrada no acervo, segundo o MEC (2014, p. 12):

[...] existem 140 títulos e 1206 exemplares da bibliografia básica e 188 títulos e 861 exemplares da bibliografia complementar; contudo, percebe-se também que na bibliografia há uma concentração em dois autores de referência do Serviço Social em quase todas as disciplinas. Finalmente no item 'Periódicos Especializados', destacamos que o único periódico do Serviço Social disponível é Serviço Social e Sociedade.

De fato, conforme registra o relatório de avaliação do MEC produzido em ocasião da visita para reconhecimento do curso de Serviço Social na UFCG – *Campus* Sousa, “o tempo médio de permanência do corpo docente no curso, considerando os 14 professores que ministram aulas no curso de Serviço Social é de 2,7 anos” (MEC, 2014, p. 03), indicando a existência de um grande fluxo de saída de professores/as do curso para outras instituições de ensino superior, federais ou estaduais, seja por redistribuição ou via aprovação em novo concurso público. Aliás, tal rotatividade tem se revelado bastante comum em *campus* fora de sede, especialmente aqueles

localizados no interior, não sendo, portanto, nenhuma exclusividade do curso de serviço social da UFCG tampouco do *campus* de Sousa-PB.

A permanência de docentes é um dos fatores que poderá contribuir significativamente para a consolidação dos novos cursos, haja vista a ampliação das possibilidades de fortalecimento do projeto pedagógico coletivamente construído, indicando – em larga medida – um certo nível de compromisso assumido por aquele conjunto de docentes para com o projeto de formação a ser implementado e potencializado naquele curso. Afinal, a cada saída de um docente e chegada de um novo há uma interrupção das atividades e projetos que vinham sendo desenvolvidos e demanda-se um tempo para que os sujeitos recém-ingressos possam se situar da dinâmica local e de fato se inserir nas atividades em andamento e/ou propor novos projetos a serem desenvolvidos.

Essa rotatividade, que é uma característica tão marcante no quadro docente do curso de Serviço Social em Sousa-PB, pode prejudicar o processo de ensino e aprendizado. A depender do quanto esse processo de ensino e apreensão teórico-metodológica seja prejudicado, é possível que aconteça, dentre outras, o fortalecimento da equivocada interpretação no trato da realidade social: teoria *versus* prática.

Tal Guerra (2013), entendemos que se trata de um dos principais falsos dilemas da formação e do exercício profissional do/da assistente social. Inclusive porque em uma profissão com a complexidade do Serviço Social em termos de demandas e necessidades sociais as quais intervém para responder, é indispensável investir no aprendizado teórico, metodológico e ético-político no campo do processo de formação, sob pena de não ser possível uma inserção qualificada nos mais diversos espaços sócio- ocupacionais, dada a ausência de conhecimentos fundamentais para o desvelamento do seu trabalho profissional, da questão social e das políticas sociais.

Contudo, se considerarmos o atual projeto político-pedagógico do curso podemos apreender pelo menos dois indicativos importantes das observações registradas pelo corpo discente, segundo pesquisa realizada por Valentin (2017). Primeiro, o estudo da possibilidade dos(as) discentes não serem inseridos(as) em campo de estágio tão tardiamente como ocorre atualmente (apenas no 6º período do curso), inclusive ampliando a carga horária dos mesmos em campo de estágio, a qual consta no atual PPC como totalizando apenas 300 horas. Não se trata de querer imputar ao estágio a percepção de que este seria o momento do “ensino da prática”,

mas de reconhecer o lugar privilegiado que este ocupa na formação profissional. De acordo com a recomendação da Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS, a carga horária disponibilizada para o estágio supervisionado obrigatório deve ser de no mínimo 15% das 3.000 horas (carga horária mínima do curso de Serviço Social), significando que ainda faltam mais 150 horas para adequar o estágio do curso de Serviço Social da UFCG à orientação nacional.

Ademais, independente do Núcleo Docente Estruturante (NDE) considerar possível ou não que a inserção em campo de estágio ocorra antes do 6º período do curso, há também uma evidente necessidade de maiores investimentos no âmbito da extensão universitária, via programas e projetos que possibilitem aos/as discentes a aproximação com competências e atribuições privativas de assistentes sociais, fortalecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na formação profissional.

Segundo, a necessidade incontestável de que a disciplina de Instrumentalidade do Serviço Social assuma o seu lugar de componente obrigatório e não apenas figure entre a lista de optativas, conforme consta no PPC, pois sem dúvidas a formação deve viabilizar discussões aprofundadas sobre esse conhecimento tão relevante para o trabalho profissional.

Não há, assim, que se falar em competência profissional sem o estabelecimento da necessária unidade indissociável entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão numa perspectiva que longe de hierarquizar ou subsumir uma dimensão a outra, reconhece que a intervenção profissional do/a assistente social e, por decorrência, os conhecimentos mobilizados em seu processo formativo, não podem assumir formato restrito a mero acúmulo teórico, tampouco a simples manuseio de técnicas ou engajamento político.

Enfim, não se pode creditar a nenhuma das dimensões supracitadas de forma isolada a responsabilidade por uma ação profissional competente, ainda que se reconheçam as particularidades existentes entre elas, pois o que se pretende é justamente a formação de um profissional crítico, teoricamente qualificado, eticamente comprometido e politicamente articulado, dado o caráter interventivo da profissão de Serviço Social.

É nesse processo de maioria intelectual da profissão e levando-se em consideração que o corpo profissional não se constitui um todo homogêneo, mas, um espaço contraditório onde, historicamente, permeiam várias perspectivas teóricas,

diferentes concepções e posicionamentos ideo-políticos, que o exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional é assegurado nas Diretrizes Curriculares de 1996, compreendido pela categoria como um dos principais avanços impressos neste documento, bem como no próprio Código de Ética de 1993.

Alerta Coutinho (1991, p. 16) que a construção de projetos coletivos implica a eleição de valores e, neste campo, o pluralismo não seria sinônimo de “ecletismo ou relativismo moral”. Explica o referido autor que “não poderemos construir um sujeito coletivo [...] se não aceitarmos o fato de que muitos dos sujeitos singulares ou particulares que participarão dessa construção são diferentes de nós e pensam diferente de nós”. Contudo, a abertura para o diferente no campo da formação de valores, não significa a aceitação de qualquer coisa, enfatiza o autor. Exemplifica seu posicionamento justificando que, embora não concorde com algumas das reivindicações dos ecologistas e feministas, é inegável que estes propõem ou se agarram a valores éticos, universais.

Já no campo do conhecimento, a questão do pluralismo requer bastante cuidado para não cair no ecletismo ou no relativismo. Em nome do pluralismo, enquanto debate de ideias, abertura para o diferente, “não dá para conciliar pontos de vista inconciliáveis” (COUTINHO, 1999, p.13). Para o autor, não é possível a fusão entre os escritos de Marx e os escritos de Freud, pois, se estamos convencidos de que é verdade que a história se explica pela luta de classe, não podemos dizer que, também, é verdade o fato de que os conflitos decorrem do aumento da repressão sexual e, por conseguinte, do aumento da agressividade.

Se, por um lado, é inegável a inscrição do pluralismo nas referidas Diretrizes como um avanço – no sentido da necessidade de conhecimento e, principalmente, de um “debate sobre e com as várias tendências teóricas” - por outro lado, esta proposta de formação, conforme sustenta Boschetti (2004), possui uma clara orientação fundada na teoria social de Marx. Assim, o método crítico-dialético não é uma imposição, mas, por não anular a negatividade do real e possibilitar ao assistente social a apreensão das tendências do objeto, das possibilidades possíveis de intervenção nas expressões concretas da questão social para além da imediaticidade, constitui-se no método mais adequado para guiar o processo de formação acadêmico-profissional. Impositivo, como defendem as Diretrizes, dever ser o debate! E frise-se que, conforme nos lembram Bonetti *et al* (1996), a garantia e potencialização do

necessário debate mencionado pressupõe: 1) a superação do mito da neutralidade; 2) o reconhecimento da legitimidade da disputa de ideias e a desmistificação da harmonia nesse campo e 3) a não confusão entre o confronto de opiniões e a existência de rivalidades pessoais, sabendo que:

No que diz respeito à polêmica interna no Serviço Social, é preciso deixar claro que pluralismo não significa que todas as posições teóricas e político-profissionais se equivalem. Todas têm direito a uma expressão teórica e política, onde se lhe deve garantir o máximo de condições de liberdade de crítica e de discussão, no entanto essas concepções terão repercussão e influência diferenciadas na própria categoria. Essa vai optar e se posicionar por aquela que, a seu ver, melhor explica e enfrenta os dilemas da prática profissional, e que consegue decifrar mais amplamente essa realidade e os seus desafios (BONETTI *et all*, 1996, p. 197).

Comungamos, assim, com a assertiva de que a sustentabilidade do pluralismo como ferramenta necessária à liberdade do diálogo entre as perspectivas teórico-metodológicas no interior da profissão (e não como sinônimo de ecletismo teórico e, portanto, de um retrocesso) só é possível mediante a reafirmação da hegemonia do método-crítico dialético. No entanto, como isso vem sendo constantemente ameaçado, pelas condições objetivas do próprio ensino superior e, também, pela negação da teoria social crítica, o pluralismo tende a constituir-se muito mais numa armadilha teórico-política do que mecanismo para garantia do debate.

Portanto, o pluralismo destaca-se como um dos princípios que rege tanto a formação quanto o trabalho profissional e os mecanismos organizativos da categoria e se revela na trajetória do curso de Serviço Social da UFCG.

Em síntese, com base na perspectiva crítico-analítica da realidade social, de situar os acontecimentos e entender as relações sociais a partir de sua concretude, chegamos ao entendimento de que a formação acadêmico-profissional em Serviço Social, no contexto da UFCG, enquanto primeiro curso público e presencial da área no Alto Sertão da Paraíba é de fundamental relevância e tem contribuído com a inserção da classe da trabalhadora no espaço universitário.

Apesar dos inúmeros desafios que circundam a emergência e o desenvolvimento do curso de Serviço Social da UFCG em Sousa, dentre eles o quantitativo e a rotatividade do quadro docente e as limitadas vagas de estágio, dentre tantos, não podemos desconsiderar que o curso faz parte do processo de interiorização do ensino e que isso representa uma resposta ao fato de que

anteriormente muitos estudantes não tinham condições de cursarem um curso de nível superior, pois precisavam se deslocar para outro município ou região para conseguir obter o título de assistente social em uma universidade pública. Como possibilidades podemos destacar a sua sintonia com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e o seu importante papel desempenhado na região, contribuindo tanto para a formação acadêmico-profissional, quanto para a politização dos sujeitos sociais, membros da classe trabalhadora, .

5 APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

A construção de um debate em torno da expansão e interiorização do ensino superior no estado da Paraíba exige, a priori, uma análise densa sobre os traços mais gerais que caracterizam a educação nos moldes da sociedade capitalista, proporcionando indiscutivelmente um entendimento conciso das concepções que regem as práticas educativas com base no movimento sócio histórico e dialético da realidade.

O sistema educacional sempre manteve um vínculo bastante profundo com a real e complexa reprodução do conjunto de interesses da burguesia. Sendo assim, não há como deixar de reconhecer que a educação, inclusive na contemporaneidade, se configura como um dos instrumentos através dos quais as classes dominantes exercem seu poder e influência sob o conjunto da classe trabalhadora, atribuindo nitidez ao caráter político-econômico das políticas educacionais voltadas ao atendimento mais urgente possível das necessidades do capital.

Há que se destacar que, como bem abordamos ao longo desse estudo, os anseios e interesses de classes repercutem na direção das políticas de educação do país. Não obstante, é no seio da íntima relação entre Estado e Capital que se situa o quadro mais profundo de sucateamentos das universidades públicas brasileiras, em detrimento do avanço das instituições de ensino privado e a distância. Esse ponto é essencial para entendermos que de fato a educação também é expressão da luta de classes.

Ao tratar da realidade brasileira, foi possível identificar que o sistema educacional vem sofrendo uma significativa metamorfose, especialmente a partir dos anos 1990, cuja base de desencadeamento é o processo de contrarreforma universitária. Logo, essa é uma das mais cristalinas formas de fragilização dos direitos sociais, reafirmando largamente que no contexto atual a educação se caracteriza como uma mercadoria, cujo poder aquisitivo é quem determina as formas de acesso e de formação.

No que diz respeito a expansão do ensino superior no Brasil podemos dizer que ocorreu, principalmente, durante os governos Lula, sob o discurso de democratização do acesso. Apesar de a expansão privilegiar o setor privado, em detrimento de investimentos nas universidades públicas, importa evidenciar que a classe

trabalhadora se deparou com a oportunidade de se qualificar profissionalmente. O governo federal investiu na criação de programas como FIES, PROUNI e REUNI, que asseguram vagas em instituições públicas e privadas e assumem um papel fundamental na lógica da interiorização do ensino.

A interiorização do processo de formação acadêmico-profissional foi positiva no sentido de evitar o deslocamento de muitos estudantes para outros municípios ou estados. As condições de permanência no espaço universitário sempre foi uma questão, principalmente porque distante da família, com baixa renda, os estudantes se viam compelidos à evasão. Nesse sentido, levar as instituições para perto das classes que mais necessitam não só possibilitou a certificação profissional àqueles que não tinham condições de morar em outros lugares, como contribuiu com o desenvolvimento local e regional a partir da formação de assistentes sociais e sua inserção no mercado de trabalho.

O REUNI está voltado às universidades federais e se destaca no quesito interiorização do ensino. Na medida em que nos propusemos a sinalizar ainda que brevemente a dimensão histórica da emergência da UFCG, também encontramos respostas para vários questionamentos que nortearam nossa pesquisa, proporcionando a certeza da viabilidade da análise sobre a proposta de adesão da UFCG ao REUNI. Importante frisar que apesar do MEC divulgar a aprovação do REUNI como sendo facultativo às universidades, essa autonomia se apresenta sob uma forma relativa, tendo em vista que a não adesão ao Programa poderia resultar em inflexões drásticas ao pleno funcionamento da universidade.

Assim como outras instituições federais, a UFCG formalizou a adesão ao REUNI logo após sua implementação. Porém, expectativas foram contrariadas a partir do momento em que os efeitos da adesão começaram a surgir, pois a conquista de recursos exigia necessariamente o cumprimento rigoroso de várias metas. Dentre as principais consequências destaca-se o grande aumento no número de vagas em proporção muito inferior aos recursos financeiros liberados para manutenção da universidade.

No processo investigativo, identificamos a existência enormes desafios entre o acesso e a precarização no contexto de surgimentos e desenvolvimento de cursos de nível superior nas cidades interioranas do Brasil. Na verdade, essa é uma realidade ainda muito presente, sobretudo em localidades em que esses não existiam e se existiam era estritamente vinculado à rede privada de ensino.

Apesar dos desafios elencados neste trabalho é inquestionável a importância do REUNI, principalmente por compreendermos que o Programa de alguma forma representa um enfrentamento às desigualdades regionais de acesso ao ensino superior. Entretanto, apreendemos que isso não pode ser usado como justificativa para deixar de realizar críticas às precárias condições de infraestrutura e de qualidade na formação acadêmico- profissional nos cursos que o Programa oferece.

Vale evidenciar que em 2010 o curso de Serviço Social emergiu como um dos 15 (quinze) cursos de graduação criados sob a lógica do REUNI, funcionando no turno matutino e com projeção de 201,6 matrículas. Com um corpo docente ínfimo mediante as demandas da universidade, mas principalmente do próprio curso, o Serviço Social franqueou no interior da UFCG a oportunidade para uma série de debates fervorosos em torno dos mais diversos pontos vinculados à formação profissional.

Uma formação profissional deve estar ancorada nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, elementos constitutivos da dimensão qualitativo do processo acadêmico. É sob essa perspectiva que realizamos a discussão sobre os impactos na seara da formação de assistentes sociais críticos e competentes em Serviço Social no âmbito da UFCG a partir do REUNI.

O REUNI estabelece a transformação da estrutura acadêmica como estratégia para materializar o processo de interiorização do ensino superior na Paraíba, dentre elas a revisão nos métodos de ensino e a reorganização dos cursos de graduação, baseada na revisão dos currículos.

As noções de organização didático-pedagógica dos currículos difundidas pela REUNI expressam o andamento do processo de flexibilização da formação profissional, colocando em jogo a direção teórico-metodológica. As resoluções recentemente aprovadas pela Câmara Superior de Ensino da UFCG seguem mostrando os compromissos que a instituição assumiu para atender as metas do Programa de reestruturação.

O conjunto de metamorfoses pelas quais passam as universidades brasileiras impuseram uma série de inquietações à categoria profissional de Serviço Social. Nesse sentido, tornou-se urgente a necessidade de conhecer os aspectos predominantes da formação de assistentes sociais no interior da Paraíba, especificamente na UFCG.

É incontestável que as metas do REUNI imprimem tendências complicadas para o funcionamento da UFCG, a exemplo da quantidade ínfima de docentes que

constroem o curso de Serviço Social. Ao identificarmos essa problemática, desenvolvemos as reflexões sobre o quanto isso implica diretamente na formação profissional, tendo em vista que a sobrecarga de trabalho docente expressa uma realidade de precarização no interior da universidade e, conseqüentemente, interfere nas condições de plena realização do processo ensino-aprendizagem.

O adoecimento docente também aparece como característica peculiar do atual contexto, marcado pela intensificação e mercantilização do trabalho no sentido de desenvolver respostas cada vez mais rápidas e de cunho meramente quantitativo para atender as exigências de manutenção do *status quo*.

Registramos ao longo desse trabalho, que a formação profissional em Serviço Social no Campus Sousa-PB demanda a ampliação do quadro docente. Ora, se o número de docentes ainda é insuficiente para a quantidade de turmas ativas, podemos entender que este é um dos desafios centrais no ensino de graduação em Serviço Social na UFCG, pois implica na oferta e participação dos estudantes em atividades de pesquisa, extensão, monitoria etc., podendo interferir na qualidade da formação.

Foi o desenvolver desse trabalho que nos possibilitou as aproximações sucessivas a formação acadêmico-profissional em Serviço Social no Alto Sertão da Paraíba, com vistas a desvendar os influxos das exigências do REUNI nesse processo formativo, bem como analisar as reais possibilidades de efetivação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Tal percurso analítico foi imprescindível para a captação de potenciais e fragilidades que caracterizam a formação de assistentes sociais no sertão paraibano e, conseqüentemente, possibilitar ao corpo docente do respectivo curso questões passíveis de discussão, que possam influenciar direto ou indiretamente numa nova elaboração e/ou aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social na UFCG.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf >, acesso em: 13.012. 2019, 16: 00: 10.

ADUFCG. **Adufcg divulga nota sobre minutas de resolução de educação semipresencial e mobilidade estudantil.** Disponível em: http://www.adufcg.org.br/noticias/2016/03/20/adufcg_divulga_nota_sobre_minutas_d_e_resolucao_de. Acesso em: 08 de junho de 2020.

ALBUQUERQUE, Cynthia Studart; PEREIRA, Eveline Medeiros. **Transformações contemporâneas, educação e realidade brasileira: formação profissional em Serviço Social na experiência do IFCE.** Recife, Imprima, 2016.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia de trabalho.** 2º ed. Londrina: Práxis, 2007.

ALVES, Giovanni. **Brasil: o futuro do pretérito – notas sobre as perspectivas do trabalho no século XXI.** In: MACÁRIO, Epitácio; DIAS, Edilyanne; MEDEIROS, Richelly Barbosa de; ALEXANDRE, Tainara. **Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público.** Fortaleza – CE: Projeto Editorial Práxis, 2018, p. 57 – 76.

ANDES-SN. **As novas faces da reforma universitária do governo Lula e impactos do PDE sobre a educação superior.** In: **Cadernos Andes.** Brasília, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

AMORIM, José Edilson de. Decreto 6.096 (24/04/07) – REUNI – alguma reflexão. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/reuni/artigo_edilson_amorim_2.pdf2007. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

AMARAL, N. C. **Financiamento da educação superior.** Estado X Mercado. São Paulo: Cortez; Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 2003.

BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo - Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil.** 21 de novembro de 2017. Disponível em < <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>>. Acesso: 19.10.2019.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Não passarão!** Ofensiva neoconservadora e serviço social. In: Revista Serviço social e sociedade, n. 124, São Paulo: Cortez, 2015, p.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. **A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição.** In: SADER, A.; GARCIA, M. Brasil, entre passado e o futuro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 2010, p.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CASA CIVIL. **Decreto 6096 de 24 de abril de 2007:** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Brasília: 2007.

BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; MILANI, Ana Maria. **A crise econômica e a desarticulação social na América Latina:** o endividamento estrutural. In: Bahia Análises & Dados, n. 3, Salvador, 2003, p. 677 – 691.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra - reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. Cortez Editora – São Paulo, 2º ed. 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. **Implicações da crise do capital na política de educação superior no Brasil no contexto atual.** In: SANTOS, C. M; LEWGOY, A. M. B; ABREU, M. H. E. A supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios. Ed: Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2016, p. 19 – 30.

BOSCHETTI, Ivanete. **O desenho das Diretrizes Curriculares e Dificuldades na sua implementação.** In: Temporalis, nº 8, Porto Alegre: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004.

BONETTI, D. et alii. **Serviço Social e ética.** São Paulo: CFESS/Cortez, 1996

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRENNER, Robert. - **O Boom e a bolha.** Os Estados Unidos na economia Mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira; SILVA, Edna Tania Ferreira. **Mediações das atuais demandas postas aos assistentes sociais.** In: Teoria & Política Social, nº 1, 2008.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **A crise do capitalismo dependente brasileiro.** In: MACÁRIO, Eptácio; DIAS, Edilyanne; MEDEIROS, Richelly Barbosa;

COUTINHO, C. N. Gramsci. **Um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

ALEXANDRE, Tainara (orgs). **Dimensões da crise brasileira:** dependência, trabalho e fundo público. Projeto Editorial Práxis, 2018, p. 23 – 55.

CEPÊDA, Vera Alves; MARQUES, Antônio Carlos Henrique. **Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil:** aspectos democráticos e inclusivos. Perspectivas, São Paulo, v. 42, jul./dez. 2012, p. 161- 192.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; ARAÚJO, Rhoberta Santana de. **Política de expansão das universidades federais via contrato de gestão: uma análise da implantação do REUNI na Universidade Federal do Pará.** In: **Universidade e Sociedade**, nº 46. Brasília: ANDES, 2011.

CHAUI, Marilena. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

CHESNAIS, François. **Mundialização: o capital financeiro no comando.** In: Revista Outubro, São Paulo, n. 5, p. 7-28, 2001.

COLEGIADO PLENO, 2007. **Ata da 21ª Reunião Extraordinária do Colegiado Pleno do Conselho Universitário**, realizada no dia 24 de outubro de 2007, mimeo.

CORSI, Francisco Luiz. **Crise estrutural e reconfiguração espacial do capitalismo. América Latina e Leste Asiático: duas trajetórias distintas.** In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, julho 2011.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979- 1998).** Niterói, 2005. 549 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

DANTAS, Rodrigo. **A grande crise do capital.** In: Cadernos de Ética e Filosofia Política. nº 14, Cidade : Editora, Janeiro de 2009, p. 47 – 72.

DURIGUETO, M. L. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário.** São Paulo: Cortez, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FILHO, Barnabé Medeiros. **O golpe no Brasil e a reorganização imperialista em tempo de globalização.** In: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudiney (orgs). O golpe de 2016 e a educação no Brasil. Uberlândia – MG: Editora Navegando, 2018, p. 5 – 26.

FIORI, J. L. (org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes 1999.**

FONTES, Virgínia. **Capitalismo, crises e conjuntura.** In: Serviço Social e Sociedade, n. 103. São Paulo: Cortez, Setembro a dezembro de 2017, p. 409-425.

GUERRA, Yolanda. **Formação Profissional em Serviço Social: polêmicas e desafios.** In. SILVA, José Fernando Siqueira; SANT'ANA, Raquel Santos; Lourenço, Edvânia Ângela de Sousa (Org). Sociabilidade Burguesa e Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 235- 254.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** Ed. 21. São Paulo: Loyola, 2011

HOBSBAWM, E. J. - **A era dos extremos**. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia. das letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro e questão social. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 24ª ed., São Paulo: Cortez, 2013.

JUNIOR. Adilson Aquino Silveira. **A cultura pós-moderna no Serviço Social em tempos de crise**. In: Revista Temporalis. Brasília, nº 31, jan/jun, 2016, p 167 - 187.

KOIKE, Marieta. Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais. CFESS, ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CEAD/UnB. Brasília. 2009.

LARA, Ricardo; PEREZ, Davi Machado. **Consolidação e atualidade do capitalismo dependente no Brasil**: a contribuição de Florestan Fernandes. In: Temporalis, n. 29, Cidade: Editora, Janeiro/junho de 2015, p 28 - 40.

LARA, Ricardo; LUPATINI, Márcio; TRISTÃO, Ellen Lucy. **O processo de mundialização do capital e sua forma “adequada” de conhecimento**. Revista HISTEDBR On-Line, 9(33e), 2009, p. 65-91.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. Londrina: Planta, 2004.

LEHER, Roberto. **Autonomia Universitária e liberdade acadêmica**. In: Revista Contemporânea de Educação. Rio de Janeiro: Editores Adhoc, v. 14, Jan/abr 2019, p. 208 – 226.

LENIN, V. **Imperialismo**: estágio superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **A supervisão de estágio na formação em Serviço Social**: novas configurações e desafios. In: SILVA, José Fernando Siqueira; SANT'ANA, Raquel Santos; Lourenço, Edvânia Ângela de Sousa (Org). *Sociabilidade Burguesa e Serviço Social*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013, p. 283 - 310.

MAGALHÃES, Fernando. **Tempos pós-modernos**: a globalização e as sociedades pós-industriais. São Paulo: Cortez, 2004.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, I, 1, 1968.

MARIZ, Thompson F. **REUNI: para onde caminha a universidade?** Campina Grande (PB), 2007. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/reuni/artigo_thompson.pdf. Acesso em: 19 de maio de 2020.

MENDES, Jussara Maria Rosa. **Os desafios das Diretrizes Curriculares na afirmação do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In: *Temporalis*, nº 8, Porto Alegre: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004.

MÉZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar.** São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, Istvan. **Das crises cíclicas à crise estrutural.** In: MÉSZÁROS, Istvan. *Atualidade histórica da ofensiva socialista.* São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo/Unicamp, 2002.

MOTA, A. E; AMARAL, A. S. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social.** In: MOTA, Elizabete. *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social.* São Paulo: Cortez, 1998, p.

MORAES, Reginaldo. **O golpe de 2016, suas raízes. Perspectivas da resistência.** In: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudiney (orgs). *O golpe de 2016 e a educação no Brasil.* Uberlândia – MG: Editora Navegando, 2018, p. 79 – 88.

NAVARRO, Vera Lúcia. **A reestruturação produtiva na indústria de calçados de couro em França (SP).** In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes (orgs.). *O avesso do trabalho.* São Paulo: Expressão Popular, 2004, p.79-152.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** Cortez Editora – 8º ed, 2012.

OLIVEIRA, Rodrigo Ferreira. **A contra-reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica.** In: *Revista Urutagua – acadêmica multidisciplinar – Cidade: DCS/UEM*, 2011, p 26 - 34.

OLIVEIRA, Thaís Diniz. **Determinantes da retomada do crescimento no governo Lula: interpretação do modelo de crescimento com equidade.** In: *Revista Debate Econômico.* v.3, n.2, jul-dez. 2015, p. 1 – 27.

ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria. **Educação e luta de classes.** São Paulo, Expressão Popular, 2008.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Expansão dos cursos públicos de Serviço Social entre os anos de 2003 a 2016: desafios para a formação profissional.** In: *Revista Katálysis.* Florianópolis, v. 21, n. 1, jan./abr. 2018, p. 188 – 199.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Perfil expansionista do ensino superior brasileiro e impactos na formação profissional em Serviço Social.** In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpídio. A supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p 31 - 56.

PEREIRA, Larissa Dahmer; FERREIRA, Andreza Telles dos Santos; SOUZA, Andrea Cristina Viana de. **Análise Comparativa entre a expansão dos cursos de Serviço Social EAD e Presenciais.** In: Revista Temporalis. Brasília (DF), ano 14, n. 27, jan./jun. 2014. p. 181-202.

PINASSI, Maria Orlanda. **Florestan Fernandes e a crise do capital:** a urgência da educação e formação da consciência crítica. In: Germinal: marxismo e educação em debate, n 2. Salvador: Dezembro 2014, p. 110 – 117.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social Brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **A crise política e o papel da educação na resistência ao golpe de 2016 no Brasil.** In: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudiney (orgs). O golpe de 2016 e a educação no Brasil. Uberlândia – MG: Editora Navegando, 2018, p. 27 – 46.

SILVA, Adriana Brito da et al. **A extrema-direita na atualidade.** Serv. Soc.Soc., São Paulo, nº 119, p. 407 – 445, set. 2014.

SOUSA, Ana Paula Ribeiro de; COIMBRA, Leonardo José Pinho. **A “democratização” do ensino superior em tempos neoliberais:** uma análise do processo de expansão das Universidades Federais pela via da interiorização. IN: X Seminário Nacional do HISTEDBR: 30 anos do HISTEDBR (1986 – 2016) contribuições para a história e a historiografia da educação brasileira. Unicamp – SP, 2016, p. 1 – 24.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma:** dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. Economia e sociedade, v. 21, n. 4, p. 909-941, 2012.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital.** São Paulo, Instituto Lukács, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **Proposta da UFCG ao REUNI.** Campina Grande, 2007 (mimeo).